

O POVO PORTUGUÊS DIZ NÃO ÀS ARMAS NUCLEARES



As Marchas da Paz realizadas em Lisboa e no Porto foram grandiosas manifestações unitárias contra a ameaça nuclear e constituíram estrondosa derrota para os sectores que contra elas desencadearam uma campanha de rara violência que evidencia por si só a importância política da defesa da Paz - Págs. centrais

Comício de Amizade PCP-PCUS

Apesar da arbitrária recusa pelo governo "AD"/Balsemão/Freitas da concessão de vistos à delegação do PCUS que visitaria Portugal a convite do PCP, realizar-se-á o comício de amizade hoje, às 21 e 30, no Palácio de Cristal, no Porto, com a presença de Álvaro Cunhal - Pág. 2

Dois milhões de trabalhadores aprovam paralisação geral

Representantes de 231 organizações sindicais aprovaram a proposta da CGTP/Inter-sindical para uma paralisação geral de 24 horas no próximo dia 12 de Fevereiro - Págs. 4 e 5

SEMANA

Nacional

13

Quarta-feira

Segundo o Instituto Nacional de Estatística houve uma quebra de 19% nas exportações nos 10 primeiros meses de 1981, tendo a Balança Comercial portuguesa atingido, também o ano passado, um défice superior a 300 milhões de contos ■ Um comunicado da CGTP-IN considera que o adiamento da discussão do «pacote laboral» na Assembleia da República é um recuo táctico do Governo imposto pela luta dos trabalhadores, com a intenção de os levar a adiar ou abdicar das lutas em curso ■ Representantes sindicais dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, Carris e CP anunciam novas paralisações para os próximos dias 20, 21 e 22, com a possibilidade de paralisação simultânea da Transtejo e Rodoviária Nacional num destes dias; em causa a necessidade de dar uma resposta global à actuação concentrada do Governo e dos conselhos de gerência destas empresas públicas contra os direitos dos trabalhadores e o sector nacionalizado dos transportes.

14

Quinta-feira



Oposição... ao PCPI

É entregue na Assembleia da República um abaixo-assinado de cerca de 115 mil assinaturas de cidadãos portugueses sob a designação «Apelo aos deputados da Assembleia da República sobre a revisão constitucional» que exige, nomeadamente, toda a transparência ao processo de revisão constitucional e o respeito pelos termos constitucionais de revisão especificados na Lei Fundamental do País ■ Mário Soares, em conferência de imprensa dada em nome da direcção do Partido Socialista para anunciar a «intensificação da oposição ao Governo», surge com uma violenta campanha anticomunista; esta «oposição» do secretário-geral do PS mereceria rasgados elogios do Governo através do seu porta-voz, Marcelo Rebelo de Sousa.

15

Sexta-feira

No plenário sindical promovido pela CGTP-IN e aberto a todos os sindicatos, é aprovada por unanimidade e aclamação uma grande jornada de luta, concretizada numa paralisação geral durante todo o próximo dia 12 de Fevereiro; são três as consignas dessa luta: «contra a política da AD», «AD fora do Governo» e a reivindicação da «resolução da crise, com os trabalhadores e no respeito do 25 de Abril»; estavam representados neste plenário sindical (o maior desde o 25 de Abril) cerca de dois milhões de trabalhadores, tendo aderido à paralisação, para além de todas as organizações sindicais da Inter, mais 33 sindicatos não filiados na Central Sindical ■ O PCP protesta contra a recusa de concessão de vistos por parte do Ministério dos NE a uma delegação do PCUS, convidada pelo PCP a visitar o nosso país e participar, no próximo dia 21, no Porto, num comício de amizade, sublinhando que tal recusa constitui «no plano interno, um acto arbitrário e repressivo, limitativo das liberdades democráticas e, no concreto, da actividade e iniciativa do PCP; no plano externo, uma nova manifestação do servilismo ao imperialismo norte-americano».

16

Sábado

Muitas dezenas de milhares de pessoas manifestam-se em Lisboa e Porto exigindo o fim à corrida aos armamentos e a proibição de estacionamento ou trânsito de armas nucleares em território português; a jornada em defesa da paz foi promovida pelo Movimento Nacional de Opinião Pública «Não às armas nucleares» ■ O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, sublinha numa entrevista à RDP/Antena 1 que «a resignação do general Eanes como Presidente da República, após a revisão da Constituição, não é uma hipótese, é um objectivo da direita».

17

Domingo



Acidentes de trabalho: os números

O secretário-geral do PS, Mário Soares, em digressão por algumas localidades do Norte do País, insiste na tónica de, a propósito das «críticas» ao Governo, desencadear violentas campanhas anticomunistas ■ Um publicação do Instituto Nacional de Estatística revela que em 1980 se verificaram em Portugal Continental 285 621 acidentes de trabalho, dos quais 233 541 envolveram trabalhadores masculinos, provocando a morte de 327 trabalhadores, 317 dos quais homens; foi na indústria transformadora que se verificou o maior número de acidentes ■ É anunciado que a Marcha contra o Desemprego que, está a ser preparada pelo movimento sindical unitário arrancará no próximo dia 28 de Março, prolongando-se até 3 de Abril.

18

Segunda-feira



Joaquim Leitria

O porta-voz da Presidência da República, Joaquim Leitria, afirma ao «Diário de Lisboa» que «o Presidente da República não aceitará uma redução de poderes que desvirtuem o compromisso que assumiu perante o eleitorado que o reelegeram em 7 de Dezembro de 1980», acrescentando que «esse compromisso só pode ser cumprido com os poderes com que todos nós e elegemos» ■ O governo soviético afirma que a recusa de vistos a cidadãos da URSS pelo Governo português viola a Acta Final de Helsínquia, apresentando um protesto ao Executivo da AD/Balsemão, que o «recusou» ■ Ocorrem alguns incidentes no cemitério da Marinha Grande entre membros do PS e da UCT e sobreviventes e vários familiares dos operários que fizeram o 18 de Janeiro, os quais ficaram indignados pela hipocrisia «homemagem» pretendida por quem, segundo consideraram, no momento actual, apenas procura dividir os trabalhadores.

19

Terça-feira

Os secretariados e uniões das UCPs e Cooperativas Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém denunciam a visita ao Alentejo do ministro Basílio Horta e do seu numeroso séquito como uma operação de propaganda, totalmente inútil pois o ministro não deu qualquer resposta aos inúmeros problemas que lhe foram colocados em Évora, limitando-se a anunciar um novo aumento do preço das rações, adubos e gasóleo ■ O Presidente da República, em comunicado, reafirma que «em nenhuma circunstância abdica, nem poderá abdicar, do direito e da responsabilidade que tem de continuar uma intervenção política activa no quadro das regras constitucionais que estiverem em vigor» e ainda que «seja qual for a evolução decorrente da revisão constitucional, o Presidente da República continuará fiel aos compromissos que assumiu para com os portugueses, porque deles mereceu a expressão livre da sua adesão».

Efeméride da Semana — A 18 de Janeiro desencadeia-se uma greve contra as leis anti-sindicais fascistas, que teve como principais centros a Marinha Grande, Silves, Coimbra e a zona operária de Setúbal e Lisboa.

Editorial

A BATALHA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL

BATALHA DO REGIME

Em política, principalmente numa situação nacional tão grave e complexa como a que vivemos hoje no País, saber distinguir a árvore da floresta é uma regra basililar.

Na densa floresta da confusão política, intencionalmente disseminada pelos fazedores de «factos políticos» da «AD» para induzir em erro o Povo português, importa discernir o vínculo real dos acontecimentos e pôr à prova uma visão aguçada dos caminhos que se abrem às forças democráticas para arrancar Portugal da crise que a «AD» e o seu Governo Balsemão/Freitas engendram.

A situação nacional é, em primeiro lugar, grave porque essa crise, de carácter global, se agravou numa escala excepcional e certas das suas manifestações se aproximam de um ponto de rotura.

É além disso complexa porque a crise abarca sectores muito diferenciados que se interpenetram e ainda porque nela se enlaçam factores de ordem interna e externa numa relação de interdependência que nos afecta muito particularmente.

Da massa dos problemas nacionais saídos desta situação de crise, cada vez mais dois aspectos dominantes emergem na hora actual:

Um, temo-lo dito e insistimos, é o da completa falência política da «AD» e do seu Governo Balsemão/Freitas que levou à drástica redução da sua base de apoio e ao debilitamento da sua coesão interna — de uma «AD» cujas esperanças de sobrevivência assentam exclusivamente na possibilidade de levar avante com êxito o seu plano subversivo contra a democracia e o 25 de Abril.

Outro, que cada dia que passa adquire facetas novas, é o do poderoso ascenso do movimento popular de massas, o qual assume de maneira crescente uma vincada expressão política.

O crescendo de lutas (concentrações, manifestações e greves) que culminaram na grandiosa jornada nacional de 12 de Dezembro — por sua vez ponto de partida para uma nova escalada de acção contra a política antipoperária do Governo «AD» — as importantes «Marchas da Paz» de Lisboa e Porto contra a ameaça nuclear, que foram objectivamente autênticas jornadas anti-«AD» e ainda o vasto movimento cívico de defesa da Constituição ainda em curso são desse poderoso ascenso do movimento popular de massas as manifestações mais salientes.

É neste quadro que a batalha da revisão constitucional se inscreve e se tornou extraordinariamente aguda nos últimos dias com a intensificação e o estranho alargamento da frente política da guerrilha institucional contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

A revisão constitucional como eixo visível do plano subversivo contra o regime democrático (há outro eixo menos visível — o da conspiração) é, de facto, a «árvore» que a «AD», o seu Governo Balsemão/Freitas, a sua máquina de propaganda articulada nos órgãos de comunicação do Estado, e os seus estranhos aliados, querem fazer submergir na floresta dos «factos políticos» fabricados na «provetta».

Aquilo que o Povo português pôde assistir nestes últimos dias ultrapassa numa escala sem precedentes tudo o que até agora se havia verificado neste capítulo.

Multiplicaram-se em vários tons os ataques ao PR e ao CR; certos aspectos do sórdido plano subversivo contra o regime democrático revelaram-se numa forma mais precisa; os objectivos imediatos da operação estão à vista, o véu começa a romper-se.

O lado mais perverso do plano subversivo da «AD» e dos seus aliados é a tentativa de mascarar os seus ataques ao PR e ao CR, a propósito da revisão constitucional, com uma autêntica cruzada anticomunista.

O anticomunismo vesgo nas suas formas mais grosseiras e primárias foi a tónica geral dos que se propõem arrancar Abril da Constituição da República como passo prévio essencial para arrancar Abril das instituições e da vida diária dos portugueses.

Numa significativa consonância, a «AD» e Mário Soares e a sua tendência no seio do PS, desenvolveram os mais absurdos ataques contra o PCP como cortina de fumo das suas

manigâncias contra o Presidente da República e para a revisão inconstitucional da Constituição.

A denúncia pelo PCP da conjura para fazer demitir o Presidente da República logo a seguir à revisão constitucional e provocar eleições presidenciais antecipadas colocando Mário Soares em Belém encheu de furor e também de pânico os próceres da «AD».

A posição do PCP é clara e é conhecida, só os inveterados anticomunistas de todos os matizes tentam deformá-la e cozinhar na base do seu anticomunismo sórdido a argumentação contra o PR, o CR e a Constituição.

O PCP, ante as consequências nefastas da política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo «AD», ante o desastre a que Portugal está a ser conduzido, ante os perigos que se configuram nas concordâncias entre a «AD» e o PS no seio da Comissão Parlamentar para a revisão constitucional, tem insistido na exoneração do Governo «AD»/Balsemão/Freitas; na dissolução da actual Assembleia da República e convocação de novas eleições nos prazos constitucionais; na formação de um Governo de gestão que assegure transitoriamente os negócios correntes do País e dê garantias de isenção e honestidade democráticas em eleições antecipadas a realizar nos prazos legais.

O PCP tem alertado para os perigos de uma revisão constitucional que ponha de facto a decisão das chefias militares e outros dos actuais poderes constitucionais do PR nas mãos da «AD» sob o comando de um ultra-reaccionário, jurado inimigo da democracia como é Freitas do Amaral, actual ministro da Defesa, perigos, resultantes da hipótese de tais disposições poderem obter os dois terços de votos dos deputados.

O PCP, com as suas inequívocas propostas políticas, rigorosamente inseridas no quadro actual das instituições, tem insistido na única forma de obstar aos perigos de a «AD» poder reunir, à custa de uma insensata cedência do PS, os dois terços de maioria necessários a uma revisão da Constituição perfurada no plano de liquidação do regime democrático e das conquistas de Abril.

É uma pura manobra de confusãoismo político a argumentação dos chefes da «AD» e de Mário Soares de que o PCP é contra a revisão constitucional e quer impedi-la.

O que o PCP quer impedir, pelos meios que a Constituição é a legalidade democrática prevêm para o efeito, e a revisão inconstitucional da Constituição e o golpe de Estado que através dela se prepara. Aqueles que por cegueira política e condenáveis ambições pessoais se prestassem a fazer o jogo da reacção e da contra-revolução assumiram pesadas responsabilidades históricas perante o Povo português e o País.

Na Comissão de revisão constitucional da AR os comunistas não têm sido obstáculo nem opositores sistemáticos às propostas que se enquadram nos limites formais e materiais da revisão.

Podem discordar e têm discordado de propostas legítimas dos outros partidos mas não têm feito o bloqueio sistemático às alterações propostas.

Mas o PCP opõe-se e opor-se-á firmemente na Comissão e fora dela às propostas que na sua essência conduziriam a um autêntico golpe de Estado contra a democracia.

Essas são precisamente as da competência da nomeação das chefias militares e dos poderes actuais do Presidente da República sobre as quais a «AD» e o PS, a UEDS e a ASDI estão de acordo no âmbito da Comissão de revisão constitucional.

As consequências deste acordo, resultantes dos conluílos entre a «AD» e Mário Soares em troca do apoio da direita a uma eventual candidatura do secretário-geral do PS à Presidência da República — sem nenhuma hipótese de ser eleito no quadro político actual — estão já à vista como factores de desestabilização institucional e de instabilidade política com a posição pública assumida pelo PR encerrando a sua demissão antecipada no caso de lhe serem retirados os poderes na base dos quais se candidatou e foi eleito por substancial maioria absoluta em 7 de Dezembro de 1980.

A comunicação do PR, lida anteontem através da RTP e

PCP

Carreira Marques visita o Algarve

O camarada Carreira Marques, deputado comunista, visitou o Algarve no passado fim-de-semana, acompanhado por Lopes da Costa, também militante do PCP, arquitecto, ex-técnico do GAPA. O objectivo da visita foi proceder ao levantamento dos problemas da habitação na região algarvia, com o fim de contribuir para a preparação da interelação que o PCP dirige ao Governo e que decorre na AR. Encontros e reuniões de trabalho com membros de Cooperativas de Habitação Económica, Associações de Moradores e processos SAAL, em Faro, Olhão, Vila Real de Santo António, Quarteira, Silves, Monchique, Portimão e Lagos fizeram parte do programa da visita, conforme nota de imprensa divulgada pela DORAL.

A situação que constatou o deputado do PCP no Algarve reflecte a política que a AD

tem seguido no campo da habitação, sendo de salientar que, referindo apenas al-



O deputado Carreira Marques, do PCP, visitou o Algarve, onde se inteirou dos problemas do sector da habitação que sofre aquela região

gumas das situações inventariadas, se regista a total paralisação de dezenas de projectos já aprovados e pro-

movidos por Cooperativas de Habitação Económica e Associações de Moradores,



multos dos quais — o que é o mais grave — já em adiantada fase de construção, obras que se encontram totalmente

paralisadas por falta de financiamento por parte do Governo.

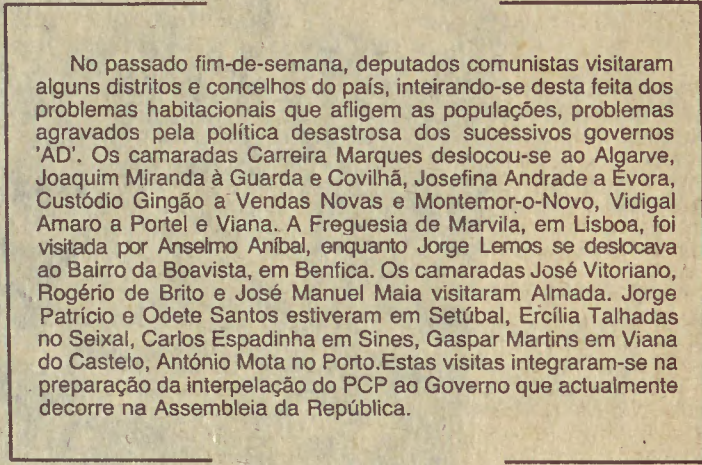
Soma-se a toda esta situação os próprios projectos promovidos pelo FFFH e a concretização dos processos SAAL, também paralisados por ausência de apoio financeiro do Estado.

Carreira Marques constatou ainda o escândalo que envolve os processos SAAL de Montegordo, em Vila Real de Santo António, onde 90 fogos, de um projecto de 130, já em fase final de construção, aguardam verba para se concluir, bem como o boicote do Governo e da Câmara AD de Monchique ao projecto de Construção SAAL que envolve dezenas de famílias.

O deputado comunista constatou ainda que muitos processos de construção de habitação social hoje bloqueados por acção do Governo, vêem diariamente os custos

da sua construção elevarem-se, tornando mais caras habitações sociais que, se houvessem sido apoiadas em tempo devido, já estariam

da DORAL do PCP — podem afirmar claramente que as consequências da política do Governo da AD para a habitação traduzi-



concluídas com custos extraordinariamente inferiores. Só no Algarve — como conclui a nota de imprensa

ram-se no mínimo no impedimento efectivo à construção de 3000 habitações sociais.

Dirigente do PCP em Itália

Em visita de trabalho à Itália, o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central e responsável da Secção Internacional do PCP encontrou-se na sede do Partido Comunista Italiano com os camaradas Giancarlo Pajetta, da Direcção do PCI e responsável do Departamento Internacional, António Rubbi do CC e responsável do Departamento para o Estrangeiro e Lina Fibbi, do CC e da mesma secção.

Durante os encontros realizados procedeu-se a um intercâmbio de informações sobre a situação nos dois países e sobre alguns aspectos da situação internacional, tendo sido também abordado o desenvolvimento das relações entre os dois partidos.

Comemoração da Revolução Cubana

A Associação de Amizade Portugal-Cuba promove no próximo dia 29, na Casa do Alentejo, em Lisboa, um jantar comemorativo da vitória da revolução cubana. Além do novo embaixador daquele país socialista no nosso país, dr. Carlos Lechuga Hevia, estarão presentes diversas personalidades dos meios políticos e culturais.

As inscrições para o jantar estão abertas na sede da Associação até ao próximo dia 25.

A recusa de vistos à delegação do PCUS

A prevista visita ao nosso país, a convite do CC do PCP, de uma delegação do PCUS chefiada por I. V. Kapitonov, membro do secretariado do CC do PCUS, não se pode concretizar devido à recusa dos vistos por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A propósito desta decisão do Governo português, a SIP do PCP divulgou no passado dia 15 a seguinte nota:

«A recusa dos vistos por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros à delegação oficial do Partido Comunista da União Soviética convidada a visitar Portugal pelo Partido Comunista Português constitui:

— no plano interno, um acto arbitrário e repressivo, limitativo das liberdades democráticas e, no concreto, da actividade e iniciativas do PCP;

— no plano externo, uma nova manifestação de servilismo ao Imperialismo norte-americano e de uma política de hostilidade para com países com os quais Portugal democrático mantém relações cujo desenvolvimento próprio seria de alto interesse para o nosso País.

«O PCP não pode deixar de considerar particularmente gra-

ve a atitude do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao considerar que «não tem que dar qualquer justificação para a recusa dos vistos», procurando encerrar neste poder absoluto e discricionário todas as tentativas de discussão que o PCP vem tomando para ultrapassar as dificuldades levantadas por aquele Ministério.

«A recusa dos vistos para a delegação do PCUS visitar Portugal a convite do PCP não pode deixar de ser relacionada com as declarações do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, no regresso da reunião da OTAN em 11/1/82, defendendo, para agravamento de directrizes

já anteriormente postas em prática pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, medidas limitativas das relações de Portugal com a URSS.

«O PCP irá tomar novas iniciativas visando a reconsideração por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros da decisão agora tomada.

«Desde já se anuncia que se manterá a realização do comício de Amizade PCP-PCUS previsto para o dia 21 do corrente, no Porto, com os objectivos que lhe estavam fixados, acrescidos eventualmente daqueles que a evolução deste assunto justifi-



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1099 — Lisboa CODEX, Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARIL, Av. Santos Dumont, 57-59, 3.º Dr. — 1000 Lisboa Tel. 76974/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1099 Lisboa CODEX, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARIL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-59, 3.º Dr. — 1000 Lisboa, Tel. 779828/779825/769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 86 — 1200 Lisboa, Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto, Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 185, Pedrulha — 3000 Coimbra Tel. 31285.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora, Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa, Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63 — 1000 Lisboa, Tel. 776936/776939, Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto, Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora, Tel. 900044.

Composto e impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Dezembro 54 180

Assembleia da República

Interpelação sobre habitação

O povo está farto de promessas

Os camaradas Silva Graça, Octávio Teixeira e Veiga da Oliveira abriram, terça-feira passada, os trabalhos da interpelação do PCP na Assembleia da República, perante um Governo morno e uma maioria que, pouco antes, procurara esconder os debates sob uma chuva de insultos. Mas as intervenções dos deputados comunistas, traçando o quadro negro da habitação em Portugal, chamariam à realidade quotidiana e aos problemas da esmagadora maioria dos portugueses.

Depois de lembrar — novamente! — as promessas de que a própria 'AD' foi a primeira a esquecer-se ("uma casa para todos"), Silva Graça falou das tristes realidades, da triste política seguida pelo Governo da maioria.

Estamos perante uma política de Habitação apontada para o regresso aos períodos mais retrogrados e negros do fascismo, privilegiando quase exclusivamente a iniciativa privada, atrofiando com o objectivo de liquidar o sector público, dificultando ao máximo a aquisição de casa própria (que tinham prometido), abandonando o solo à gula e ganância das grandes empresas e especuladores imobiliários, apolando os senhorios contra os direitos mais elementares dos inquilinos.

Todos sabemos o que o fascismo nos legou neste sector. Um défice de cerca de 600 000 fogos, centenas de baldios de lata, milhares de "ilhas" e "pátios", milhares e milhares de casas degradadas nos cascos velhos dos centros urbanos.

A isto soma-se a ausência dramática de infra-estruturas e equipamentos essenciais. Para um parque de cerca de 2,6 milhões de fogos, o censo de 1970 revelava-nos que 1 430 000 não tinham abastecimento de água, 1 690 000 não tinham casa de banho,

1 240 000 não possuíam rede de esgotos e 1 220 000 estavam desprovidas de rede eléctrica.

Depois de sublinhar que, a seguir ao 25 de Abril, a participação popular e a substituição dos gerentes fascistas das câmaras por administrações democráticas e algumas medidas dos Governos provisórios tinham aberto esperanças de uma solução dos problemas habitacionais, Silva Graça salientou alguns exemplos do que fora realizado, apesar da resistência de especuladores e do aparelho burocrático: — aumento de 3 mil para 8 mil, o número de fogos lançados pelo FFI;

— lançamento de cerca de 9000 fogos pelas Câmaras Municipais, correspondentes a participações de mais de 2 milhões de contos (o que traduz um aumento de cerca de 400%);

— cumprimento integral do programa "1,2 milhões de contos" (DL 656/74) e que correspondeu à construção de 3600 fogos em 18 meses, abrangendo 120 concelhos; — lançamento de 10 mil fogos de renda limitada através do Programa de CDH;

— lançamento do Programa SAAL, envolvendo cerca de 6000 fogos.

O deputado do PCP afirmou depois, com exemplos em apoio, que a política de cedências à direita e a política de direita, cuja

responsabilidade pertence à 'AD' nos últimos anos, tem favorecido a "iniciativa privada" — afinal os grandes especuladores e grandes empresas de construção civil", não resolvendo os problemas concretos da habitação.

O grande negócio

Sobre a especulação falou depois o deputado Octávio Teixeira: A 'AD', disse, tem encabeçado a habitação na óptica do grande negócio, que deve ter como objectivo único a obtenção rápida do mais elevado lucro.

Criticando o abandono progressivo dos contratos de desenvolvimento, o estrangulamento financeiro de novos programas promovidos pelo sector cooperativo, dos programas SAAL e da promoção pública directa, Octávio Teixeira explicaria as razões da 'AD' para a extinção do Fundo de Fomento da Habitação: a eliminação de qualquer forma de moderação, ainda que mínima e deficiente, da especulação dos promotores imobiliários.

O deputado comunista salientou depois que o crédito bancário e as bonificações do Estado são canalizados prioritariamente para as habitações de preço mais elevado, afirmando mais adiante que, após a brutal redução de crédito para a aquisição de novos fogos, muitos milhares de portugueses se viram repentina e brutalmente defraudados das expectativas que a 'AD' lhes criara.

O problema da habitação — sublinhou ainda — é designadamente o problema da habitação das classes de modestos rendimentos, que constituem

a grande maioria dos portugueses, é um problema social e político que não pode ser abandonado à iniciativa individual e à economia privada. A experiência do nosso país é mais do que suficiente para o comprovar, já que em pleno final do século XX, faltam alojamentos para cerca de 40 por cento das famílias portuguesas.

Encerrando a primeira série de intervenções do PCP, o camarada Veiga de Oliveira, depois de definir os objectivos essenciais da interpelação ao Governo (caracterizar as intoleráveis e dramáticas situações que centenas de milhares de famílias portuguesas vivem; discernir as causas mais importantes e as responsabilidades dos governantes na matéria; apontar as principais medidas antidemocráticas e antipopulares do Governo e, finalmente, mostrar com clareza que o problema da habitação pode e deve ser resolvido, mas só o será por um Governo democrático), desmascarou as "sete medidas essenciais avançadas pelo Governo" confrontando-as com a sua prática política, concluindo pela sua inutilidade para a solução do problema da habitação.

Um Governo democrático — disse —, com uma política democrática empenhar-se-ia

sem ambiguidades, nem falsos pretextos, na resolução das carências habitacionais dos portugueses.

Em primeiro lugar, tal tarefa é urgente, quer para o bem-estar do progresso do povo, quer como contribuição para o desenvolvimento económico do nosso país. Em segundo lugar, tal tarefa é possível e realizável os seus objectivos, no estrito quadro do Estado democrático-constitucional e nas presentes condições económico-financeiras.

Como amplamente está demonstrado pela experiência nacional e alheia, o primeiro pressuposto para atingir o objectivo é a participação dominante e predominante do sector público da iniciativa e promoção da construção de novas habitações.

Tal significaria em Portugal o estabelecimento de um Plano Nacional de Habitação o que no longo prazo eliminaria as carências e estabilizaria uma situação de equilíbrio entre as novas necessidades e a produção anual. Paralelamente, e nos primeiros três a quatro anos, implicaria um Plano de Emergência para as Situações Extremamente Degradadas e de Urgência.

Insultos, linguagem do despeito

Provavelmente com o fito de impedir que a interpelação do Partido Comunista Português fosse notícia, ou talvez porque assustados com a crescente implantação no movimento popular que se opõe à "AD" e à política oportunista e divisionista encarnada por sectores de partidos democráticos, algumas bancadas da Assembleia propuseram-se "ofuscar" a iniciativa parlamentar do PCP, na passada terça-feira. Fizeram-no sob a batuta de Silva Marques, do PSD, que se levantou no momento em que os deputados comunistas se preparavam para intervir sobre a questão da habitação, que preocupava a esmagadora maioria dos portugueses.

O "social-democrata" queria falar sobre as "brutalidades" que afirmou terem ocorrido no cemitério da Marinha Grande e na Marcha da Paz; queria também falar sobre as declarações do porta-voz da Presidência da República.

Corroborando, o deputado ecologista do PPM, Luís Coimbra, queria também produzir declarações sobre "os caceleiros ao serviço do PCP" e ainda sobre a questão das declarações do porta-voz do PR, José Niza, do PS, alinhou na manobra, tentando explicar que o fazia porque o seu camarada Fadigas, do PS e da UGT, tinha estado envolvido nos incidentes da Marinha Grande. O CDS também se mostrou interessado em produzir uma declaração sobre as três questões.

O tom estava dado. A palavra de ordem era atacar os comunistas. Os pretextos eram a Marinha Grande, a Marcha da Paz. A questão do Presidente da República, que todos tiveram o cuidado de misturar com as duas outras, era aparentemente aces-

sória, já que nenhuma importante declaração foi feita nesse sentido.

O camarada Carlos Brito declarou que o PCP não se oporia a que todos os partidos que o quisessem, fizessem as declarações que entendessem sobre o que pretendiam ser "questões relevantes da vida nacional". Mas o PCP não aceitará prejudicar a interpelação que marcou.

O dirigente comunista adiantou uma proposta: a interpelação continuaria com os mesmos tempos já ditribuídos e findaria na quinta-feira de manhã. A direita não estava de acordo, mas não houve outro remédio. Nem os comunistas se prestaram a falar logo de início, como desejavam os partidos que propuseram aquele período de antes da ordem do dia, preenchido o mais das vezes por insultos ao PCP. Só a grande dignidade dos deputados comunistas permitiu que os graves acontecimentos ocorridos na AR não fossem perder a este órgão de soberania a credibilidade democrática que ainda possui.

A Constituição, o PR e a solução da crise

Em resposta a solicitações de diversos órgãos de informação, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota na passada segunda-feira, a propósito de declarações nesse dia prestadas a um verpetimento pelo porta-voz da Presidência da República:

1. De há muito o PCP vem alertando todos os democratas portugueses para o facto de as forças reacçãoárias, através da orientação dada ao processo de revisão da Constituição e beneficiando dos acordos estabelecidos com a Direcção do PS, prepararem um verdadeiro golpe de Estado de que são elementos essenciais a retirada ao Presidente da República dos seus actuais poderes militares transferindo-os para o governo da AD, esvaziando assim drasticamente as principais competências do Presidente da Repúbli-

ca eleito em 7 de Dezembro contra o candidato da AD.

2. De igual modo, o PCP tem repetidas vezes alertado para que, com tal esvaziamento de poderes do Presidente da República, um dos objectivos das forças reacçãoárias, no quadro do referido golpe de Estado, é criar uma situação susceptível de conduzir à renúncia do general Ramalho Eanes.

3. O PCP considera essencial reafirmar nesta ocasião que a solução democrática e constitucional mais eficaz, tanto para pôr termo à desastrosa política do governo AD como para afastar os perigos que pairam sobre o regime constitucional, é a imediata demissão do governo AD, a dissolução da Assembleia da República e a convocação no prazo constitucional de novas eleições le-

gislativas com a formação de um governo em condições de garantir a seriedade e democraticidade do acto eleitoral.

4. O PCP manifesta a sua convicção de que, realizando-se novas eleições, a AD seria derrotada e seria estabelecida na Assembleia da República uma maioria democrática correspondente à opinião popular, abrindo-se um novo curso na vida política portuguesa favorável à concretização de uma alternativa democrática e criando condições para que o processo de revisão da Constituição salvaguardasse inteiramente os princípios fundamentais do regime democrático, as conquistas de Abril, o equilíbrio dos órgãos do poder, o compromisso constitucional das Forças Armadas com a democracia.

"Zangam-se as comadres descobrem-se as verdades"

A maioria já deixa passar inquéritos. Talvez por causa do jogo do empurra entre os partidos da direita, cada um a querer sacudir a água do capote, ou então o tamanho eco dos escândalos são tão fortes que os deputados "AD" recuaram ficar mal se, como era hábito, recusassem na Assembleia a abertura de inquéritos parlamentares. Nas últimas sessões da semana passada, dois pedidos de inquérito, ambos da iniciativa da ASDI, foram aceites por unanimidade. Um deles sobre o negócio de aviões, o outro sobre as reservas que um assessor do Governo se teria, a si próprio, atribuído...

«Este Governo não governa, governa-se». Esta uma frase que se ouve com frequência entre os trabalhadores e os democratas, desde que a «AD» alcançou o poder. Os pedidos de inquérito agora aprovados pela AR apontam também nesse sentido, solicitando o esclarecimento de factos graves.

O referido assessor é, nada mais nada menos que Prates Canelas, colaborador chegado de Goulão. Teria ficado com 18 reservas e os trabalhadores da Reforma Agrária, que conhecem a actuação deste e doutros MAP's, perguntariam: mas só fez isso?

A camarada Josefina Andrade, em intervenção que produziu na altura, também lembrou que o âmbito do inquérito aprovado deveria ser alargado, nomeadamente à atribuição de reservas a outros assessores governamentais, para além de Prates Canelas, e a outros funcionários.

Deveria abranger — disse ainda a deputada comunista — a chamada entrega de terras a agricultores; a redução de Goulão, Teria ficado com 18 reservas e os trabalhadores da Reforma Agrária, que conhecem a actuação deste e doutros MAP's, perguntariam: mas só fez isso?

A camarada Josefina Andrade, em intervenção que produziu na altura, também lembrou que o âmbito do inquérito aprovado deveria ser alargado, nomeadamente à atribuição de reservas a outros assessores governamentais, para além de Prates Canelas, e a outros funcionários.

Deveria abranger — disse ainda a deputada comunista — a chamada entrega de terras a agricultores; a redução de Goulão, Teria ficado com 18 reservas e os trabalhadores da Reforma Agrária, que conhecem a actuação deste e doutros MAP's, perguntariam: mas só fez isso?

A camarada Josefina Andrade, em intervenção que produziu na altura, também lembrou que o âmbito do inquérito aprovado deveria ser alargado, nomeadamente à atribuição de reservas a outros assessores governamentais, para além de Prates Canelas, e a outros funcionários.

Deveria abranger — disse ainda a deputada comunista — a chamada entrega de terras a agricultores; a redução de Goulão, Teria ficado com 18 reservas e os trabalhadores da Reforma Agrária, que conhecem a actuação deste e doutros MAP's, perguntariam: mas só fez isso?

A camarada Josefina Andrade, em intervenção que produziu na altura, também lembrou que o âmbito do inquérito aprovado deveria ser alargado, nomeadamente à atribuição de reservas a outros assessores governamentais, para além de Prates Canelas, e a outros funcionários.

Deveria abranger — disse ainda a deputada comunista — a chamada entrega de terras a agricultores; a redução de Goulão, Teria ficado com 18 reservas e os trabalhadores da Reforma Agrária, que conhecem a actuação deste e doutros MAP's, perguntariam: mas só fez isso?

A camarada Josefina Andrade, em intervenção que produziu na altura, também lembrou que o âmbito do inquérito aprovado deveria ser alargado, nomeadamente à atribuição de reservas a outros assessores governamentais, para além de Prates Canelas, e a outros funcionários.

Deveria abranger — disse ainda a deputada comunista — a chamada entrega de terras a agricultores; a redução de Goulão, Teria ficado com 18 reservas e os trabalhadores da Reforma Agrária, que conhecem a actuação deste e doutros MAP's, perguntariam: mas só fez isso?

A camarada Josefina Andrade, em intervenção que produziu na altura, também lembrou que o âmbito do inquérito aprovado deveria ser alargado, nomeadamente à atribuição de reservas a outros assessores governamentais, para além de Prates Canelas, e a outros funcionários.

Deveria abranger — disse ainda a deputada comunista — a chamada entrega de terras a agricultores; a redução de Goulão, Teria ficado com 18 reservas e os trabalhadores da Reforma Agrária, que conhecem a actuação deste e doutros MAP's, perguntariam: mas só fez isso?

cado tal legislação em segredo e de, «com um soporo», ter piorado o Código de 1979.

E deram exemplos: O Governo afasta o princípio da verdade material, não permitindo a alteração do rol de testemunhas. A prática tem vindo a demonstrar que por razões várias o trabalhador chega ao dia da audiência sem a presença de qualquer testemunha arrolada. A morosidade da justiça laboral, os impedimentos criados às testemunhas pelas entidades patronais, levam com frequência a tal situação. E onde o Código de 1979 reconhecia os princípios da verdade material e da efectiva desigualdade das partes na relação laboral, estabelecendo em nome desses princípios e em favor do trabalhador, a possibilidade de a alteração do rol de testemunhas, naqueles termos o Código de 1981, o legislador «AD», pressurosamente usou a tesoura.

Permitiu-se também uma inovação, mesmo em relação ao Código de 1963, reduzindo o âmbito de desfavor do trabalhador. Onde para haver desistência da instância se tornava necessário, sempre, uma audiência de conciliação, o legislador veio agora permitir que a desistência, antes da contestação, se faça por mero termo nos autos. Sem a presença do juiz, sem a presença do delegado, quicá sem a presença do próprio advogado do trabalhador. Este princípio, respaldado do Processo Civil Comum, é uma clara opção pelo privilégio das entidades patronais. O Governo fechou os olhos a qualquer excepção, exercidas pela entidade patronal, em relação ao trabalhador, permitindo que os trabalhadores sejam espoliados, valendo-se do aforismo: quando os olhos não vêem, o coração não sente.

Mas porque a «AD» sente e vibra cada vez que os interesses patronais estão em jogo, eis que se resolve ainda a manter a morosidade do processo laboral alterando no Código de 1979 aquilo que viria a acelerá-lo. Referimo-nos concretamente aos articulados. Será de facto uma inovação, estabelecer que os quesitos são formulados nos próprios articulados. Mas sabe-se que isso acelerará o processo de trabalho. E sabe-se como a AD é avessa a estas inovações!

Por fim, o diploma baixou à Comissão, depois de votada a ratificação. Contra ela pronunciam-se todos os partidos da oposição, menos a ASDI, que se absteve e a UDP que não estava lá.

Dar a conhecer os problemas reais

Registraram-se ainda, em período de antes da Ordem do Dia, duas importantes intervenções de deputados comunistas. Cada uma versando tema diferente, uniu-as a preocupação de trazer à Assembleia da República o conhecimento directo dos problemas dos portugueses.

O camarada Custódio Gíngão, que em princípios de Dezembro prometera trazer à AR informações sobre uma deslocação que ia fazer a França e sobre as dificuldades sentidas pelo emigrante nas condições de transporte a que estão sujeitos quando visitam Portugal em período de férias, falou sobre este problema velho mais que se renova sempre duas vezes por ano.

No fim de um ano árduo e cansativo de trabalho — disse Custódio Gíngão —, os emigrantes não merecem a prenda de Natal que o Governo, ano após ano, lhes vai oferecendo, que é viajar em combóios como se de latas de sardinha se tratasse, viajar muitas vezes sem água nas carruagens, sem aquecimento, casas de banho que não funcionam, uma por falta de água, outras ainda por vêm cheias de malhas dos emigrantes.

O deputado comunista, que acusou o Governo de apenas se preocupar com as divisões dos emigrantes, fazendo letra morta da legislação mesmo por ele aprovada, deu abundantes exemplos, por si próprio verificados, do abandono a que aqueles trabalhadores portugueses são votados.

Por seu lado, o camarada António Mota deu conta da visita que efectuou, nos passados dias 9 e 10 do corrente, a zonas das freguesias da Sé e Miragela — do Porto — atingidas pelo temporal. Nesta visita participaram outros membros do grupo parlamentar do PCP, vereadores e eleitos municipais da APU assim como os eleitos daquelas Juntas de Freguesia, e alguns arquitectos e engenheiros.

O deputado comunista acusou a Câmara «AD» do Porto de escamotear os graves problemas, que ali denunciou: Encontram-se hospedados em diversas pensões da cidade do Porto cerca de 600 pessoas, moradores nesta freguesia, em virtude de terem ficado sem um tecto onde se pudessem acolher como resultado dos temporais. Estas populações que vivem já em condições brutais e mesmo desumanas viram as suas casas, eu diria mais, os seus «tegiúros», danificados completamente: telhados rutilam, telhas voaram, paredes abriram, soalhos racharam pelas fortes infiltrações de água e pela má conservação destes edifícios.

Mas a Câmara «AD» do Porto não está minimamente interessada em resolver os problemas destes moradores e dos outros que esperam nova tragédia: mantêm a mais desumana indiferença e uma insensibilidade criminosas perante tal miséria e sofrimento de largas centenas de pessoas, isto a pretexto de que «desgraças há muitas» e «não se pode valer a tudo».

A população do Porto já há muito vem afirmando que a grande desgraça é ter à frente do município uma presidência «AD». Lá diz o ditado popular: «quem sai aos seus não degenera» ou seja «tal Câmara, tal Governo».

Finalmente, na sexta-feira passada, houve unanimidade. Tratou-se de aprovar dois projectos de lei da ASDI. Assunto: o vinho e o queijo. Mais especificamente a criação de uma zona demarcada para os vinhos de Pinhel e o outro «a demarcação de zonas regionais de produção de queijo e a criação da zona demarcada de queijo da serra».

Revisão Constitucional

Convenção Nacional Democrática

Organizações populares querem debater problemas da revisão constitucional

Um apelo aos deputados da Assembleia da República, que na passada semana foi entregue aos líderes dos grupos parlamentares já com 130 mil assinaturas, e a preparação de uma Convenção Nacional Democrática que, em Março próximo, debaterá em Lisboa os problemas da revisão constitucional, vem desmentir as acusações de alguns partidos — da direita e não só — que pretendem ser apenas o Partido Comunista Português a única força interessada em defender o essencial da Constituição da República, actualmente ameaçada por acordos que, na revisão, visam tornar a Lei Fundamental do país num documento esvaziado do seu conteúdo.

Aliás, as manobras que novamente se desenvolvem no sentido de, por um lado, pretender identificar apenas com o PCP algumas preocupações nacionais, e por outro lado isolar os comunistas nas batalhas que actualmente os democratas e os trabalhadores portugueses travam, continuam a falhar redondamente.

Basta recordar as grandes manifestações ocorridas ultimamente no país — contra a política do Governo, pela paz e contra a Guerra nuclear — para se iniciar em defesa da Constituição da República, para se concluir que quem sai isolado são as forças, os partidos e as personalidades que se distanciam (ou são claramente contrárias) dos interesses fundamentais da maioria do povo.

Professores universitários, magistrados e advogados, engenheiros e escritores, artistas e críticos, sacerdotes e jornalistas, sindicalistas e eleitos das autarquias locais, o próprio Presidente da Assembleia Constituinte e o primeiro Presidente da Assembleia da República, antigos ministros e muitos deputados que contribuíram para que a Constituição seja o que é, encabeçam as assinaturas do apelo aos actuais deputados. São personalidades conhecidas pelos seus ideais democráticos e pela

sua acção profissional, moral e política, pela sua intervenção cívica. São personalidades que cobrem um vasto leque ideológico e que se situam politicamente do lado do 25 de Abril. Independentes ou filiados em partidos democráticos, une-os a preocupação de não facilitar aos inimigos da democracia os meios de, no presente ou no futuro atentarem contra ela.

Não os move a intenção de retirarem dessa batalha em defesa da Constituição de Abril dividendos partidários. Mas, indo ao encontro das aspirações e interesses do povo, adquirem junto dos portugueses uma credibilidade moral e política que falta aos que, por oportunismo, ignoram os perigos que corre a democracia quando se entrega à direita os meios de promover o golpe contra o regime saído do 25 de Abril.

A gravidade dos perigos

Os perigos de uma revisão contra a democracia estão aí. Negá-los é vão. Pretender (mesmo mantendo no campo social e económico, expressamente, as conquistas populares na Constituição da República) que não constitui perigo para a credibilidade do regime a transferência dos poderes fundamentais que o Presidente da República detém, "explicando" que a revisão

constitucional é para o futuro, é ignorar o presente e é ignorar as intenções da direita que, com tais poderes nas mãos, se apressaria a dar o golpe que iria anular tudo o que na Constituição garante as liberdades e um projecto de sociedade livre de exploradores.

Os perigos foram compreendidos pelos signatários do apelo. Mas, para não perder a oportunidade de tal modo que represente uma verdadeira ruptura do actual sistema, comprometendo gravemente o equilíbrio entre os órgãos de soberania e conduzindo à governamentalização do poder, com prejuízo dos dois órgãos de soberania eleitos (Presidente da República e Assembleia da República), a participação das Forças Armadas, e da sua hierarquia pela actual coligação governamental e à neutralização do sistema de fiscalização da constitucionalidade propiciando assim a eternização no poder da actual maioria, bem como a futura violação impune da Constituição.

Um debate nacional

Enquanto que o texto do apelo já referia o perigo de a opinião

pública se não aperceber dos problemas levantados pela revisão, que continua a decorrer numa comissão restrita e fora dos olhares do país, uma Comissão Promotora, que a semana passada deu uma conferência de imprensa, dinamiza um já vasto movimento que pretende vir a realizar em Lisboa, em meados de Março próximo, uma Convenção Nacional Democrática para exame e debate dos problemas relacionados com a revisão.

Integrando organizações sociais de diferentes âmbitos e finalidades, de implantação e composição diversa, a Comissão pretende trazer à Convenção inúmeras outras associações sindicais, organismos e associações profissionais, colectivas de cultura e recreio, associações desportivas. Através de uma multitude de organizações populares, será o país inteiro que vai debater uma questão que diz respeito a todos os portugueses, a todos os cidadãos empenhados na construção de um país livre, democrático, independente, próspero e pacífico, como afirma o texto distribuído pelos promotores.

A Comissão Promotora, que funciona na sede da "Voz do Operário", em Lisboa, integra, à partida, as seguintes organizações sociais:

Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense; Associação dos Deficientes das Forças Armadas; Sociedade Portuguesa de Autores; Clubes Atlético de Moscavide, Galitos, Futebol Benfica, do Pessoal da Siderurgia Nacional e Sport Club Sacavense; Conselho das Mulheres do Norte; Comissão Nacional das Organizações de Deficientes; Conselhos de Mora-

dores da Cidade de Lisboa e de Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo; Cooperativas de Habitação Económica Lagoense e de Acção Cultural Nascente, de Espinho; Federação das Colectividades de Cultura e Recreio e Nacional das Cooperativas de Consumo -Fenacoop; Fitei, Porto; Grupo de Teatro Os Modestos, Porto; Cescop — Cooperativa Operária Gonçalo, Guarda; Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte, MARN; Movimento Democrático de Mulheres. Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos; Orfeão de Agueda; Casa Regional do Alentejo; Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes de Lisboa; Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; Têxteis da Braga; Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário; Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, Euterpe Alhandrense, Filarmónica Capricho Bejense, Filarmónica Silvense, António Augusto Aguiar, de Évora; Musical 5 de Outubro, do Seixal; Subcomissão de Trabalhadores da Quimigal-Barreiro; União dos Sindicatos de Lisboa e Porto; URAP, União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.

Iniciando um movimento de adesões, logo no dia seguinte, a União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal anunciou a sua disposição e disponibilidade para participar activamente nos trabalhos, comprometendo-se a desenvolver intensa actividade junto dos sindicatos e trabalhadores do distrito, com vista à participação activa, dinâmica e criadora dos trabalhadores neste problema que tanta importância tem para o futuro da democracia em Portugal.

De Norte a Sul do País, os democratas e os trabalhadores mobilizam-se. Trata-se de defender a Constituição de Abril. Mal vão os que a queiram subverter em silêncio.

Trabalhadores

24 horas de paralisação geral

-decide para 12 de Fevereiro a esmagadora maioria dos Sindicatos em plenário nacional

Proposta inicialmente para um período de 12 horas, a paralisação geral de 12 de Fevereiro acabou por ser aprovada em plenário nacional da CGTP-IN com uma duração de 24 horas.

Na sexta-feira passada em Lisboa, os representantes de 231 associações sindicais, entre elas 33 não filiadas, passaram assim para o dobro a proposta do secretariado e do conselho geral da CGTP-IN. Confirmado o dia 12 de Fevereiro próximo para a sua realização, a forma de luta foi aclamada por unanimidade e tem sido apoiada e analisada nos seus aspectos concretos em várias zonas do País. Os representantes de cerca de 2 milhões de trabalhadores sindicalizados de todos os ramos de actividade incluíram a demissão do Governo AD entre os três objectivos centrais da paralisação. Os outros objectivos baseiam-se na luta contra a política AD e pela «resolução da crise, com os trabalhadores e no respeito pelo 25 de Abril».

Realizado no Teatro Aberto, à Praça de Espanha em Lisboa, o plenário nacional, que se prolongou por todo o dia de sexta-feira, foi interrompido a meio da tarde para que os delegados se deslocassem a pé até São Bento, sede da Assembleia da República, onde entregaram a resolução acabada de aprovar pelo plenário da CGTP-IN.

A deslocação, que decorreu sem incidentes, foi interrompida pela PSP que pretendia classificá-la como «manifestação ilegal». A intervenção policial não impediu, no entanto, que os representantes dos trabalhadores chegassem juntos a São Bento.

Os dirigentes sindicais, além do chefe de gabinete do presidente da Assembleia da República a quem fizeram entrega daquele documento, contactaram na escadaria da Assembleia com deputados do PCP, UDP e UEDS.

País mais pobre e mais dependente

Após dezenas de intervenções (e não houve mais por-

que o tempo escasseava) aprovou-se uma resolução final que sintetiza várias tomadas de posição e análises sobre a situação político-sindical e sobre o panorama social do País que a CGTP-IN, as suas organizações intermédias e os sindicatos têm vindo a fazer com base nas realidades que os trabalhadores portugueses e a população em geral são obrigados a enfrentar diariamente.

A tónica geral do documento incide, como não podia deixar de ser, na constante e progressiva degradação das condições de vida das massas trabalhadoras e na forte oposição que os trabalhadores organizados têm erguido às pretensões reacionárias da política e dos Governos AD nos últimos anos.

«Portugal está mais pobre e mais dependente», lê-se a dado passo da resolução que se refere concretamente à dívida pública (mais de 750 milhões de contos, actualmente), ao aumento dos impostos, à estagnação da economia, ao aumento as-

sustador dos preços de bens essenciais, ao crescimento do desemprego (foi anunciada no decorrer do plenário a Marcha de 28 Março a 3 de Abril — ver página 5 desta edição), à proliferação dos contratos a prazo, à submissão do Governo AD face à «política aventureira e reacionária da administração Reagan».

O documento aprovado justifica inteiramente a forma de luta aprovada no plenário.

Na sequência de conflitos em empresas e sectores com um âmbito nunca visto depois do 25 de Abril, designadamente a partir do segundo semestre do ano findo; na sequência das lutas desencadeadas nesses sectores, que se têm agudizado devido à intransigência do grande patronato e do Governo, e à coordenação dessas lutas entre si e com ou-

tras acções de massas, designadamente as grandiosas manifestações de 12, 18 e 19 de Dezembro, as condições têm vindo a amadurecer para o desencadeamento de uma paralisação geral como a que agora foi marcada para 12 de Fevereiro.

«Nenhum país está bem quando o seu povo está mal», refere a resolução do plenário da CGTP-IN, querendo naturalmente significar que as ainda maiores fortunas e interesses de uns tantos grupos financeiros e dos seus representantes não fazem a fortuna do País.

Numa situação de crise generalizada do capitalismo, quando ex-monopolistas e agrários precisam de um governo que lhes dê ainda mais através de um **pacote laboral** que a CIP reclama urgentemente e de uma revisão constitucional donde

tudo o que possa ser base sólida da construção do socialismo é retirado (e se tenta mesmo acabar com a base de sobrevivência imediata do regime democrático tal como o define a Lei Fundamental do País), quando nas empresas nacionalizadas, na Função Pública e nos grandes sectores da produção se tenta impor à viva força e sem olhar a prejuízos um **tecto ou tectos salariais** inaceitáveis, os trabalhadores, a grande massa que representa verdadeiramente a força de trabalho do País vê-se obrigada a recorrer a formas de luta que os detentores do capital e o seu Governo tentam deturpar e apresentar desviados dos seus objectivos, identificando o interesse nacional com o interesse da AD e fazendo recair sobre os trabalhadores e as suas lutas os



erros e a própria incapacidade deste Governo e das forças económicas que representa.

Os preços dos bens e serviços essenciais foram aumentados escandalosamente. Além do poder de compra perdido com os salários que agora caducam, ao fim de um ano e mais de sucessivos aumentos de preços, o Governo e os seus conselhos de gerência nem sequer querem autorizar tabelas salariais que repõem pelo menos algum deste poder compra.

Ao mesmo tempo, as organizações legais dos trabalhadores em empresas e serviços são constantemente e impunemente atacadas. Patrões e lacaios, divisionistas e gente de confiança da AD em empresas e sectores nacionalizados e públicos costumam despedir, suspender, mandar para tribunal trabalhadores com responsabilidades atribuídas democraticamente pelos seus companheiros de trabalho. Dirigentes e delegados sindicais deparam cada vez com maiores dificuldades para exercer as atribuições para que foram eleitos e que lhes cabem por lei. Com os membros das Comissões de Trabalhadores sucede exactamente o mesmo. Chega-se ao cúmulo de arrombar ins-

talações utilizadas pelas organizações representativas dos trabalhadores.

E ao mesmo tempo as empresas onde essa e outras situações se verificam não prosperam, enchem-se de dívidas, não garantem os postos de trabalho, contra-tam trabalhadores a prazo.

Com a repressão, os responsáveis pelo descalabro das empresas tentam esconder a sua própria incapacidade para gerir. Tentam fazer dos trabalhadores, e principalmente dos seus representantes sindicais, «bodes expiatórios».

A realidade desmente diariamente essas atitudes de certo patronato e dos gestores identificados, tanto uns como outros, com a política deste Governo. Os trabalhadores não são responsáveis pela degradação das empresas e pelas dificuldades da economia nacional. Não são as suas reivindicações, pelas quais são geralmente obrigados a lutar, que agravam a situação do País. Quem agrava a situação do País é a política AD, é o seu Governo.

Foi perante essa situação analisada em pormenor, e em face dos riscos cada vez mais graves que a actuação da AD nas empresas e serviços pode provocar, que a CGTP-IN decidiu avançar

com a forma de luta aprovada pelo plenário nacional.

Para o êxito da luta

Para o êxito dessa jornada de luta marcada para 12 de Fevereiro a Central fez um apelo muito firme e já correspondido depois do plenário.

Está a decorrer um trabalho intenso de mobilização e esclarecimento a concretizar em grande número de reuniões e plenários nos vários sectores e ramos de actividade.

As Uniãoes distritais, designadamente Porto, Lisboa e Setúbal, já traçaram directivas regionais para os sindicatos filiados nessas estruturas intermédias da CGTP-IN.

Nos outros distritos e nos próximos dias vão ser decididas medidas idênticas, conforme as condições concretas de cada zona, sector e empresa.

Cada sector deve responsabilizar-se pela própria paralisação. O mesmo sucederá, aliás de acordo com as próprias decisões do plenário nacional, com os trabalhadores das empresas actualmente em luta e que só no distrito de Lisboa eram no princípio deste semana, antes da greve dos transportes, em número superior a 90 mil.

Ao contrário do que pretende o Governo As greves não são contra o público

Os transportes voltam a parar. Novamente o Governo «AD» tenta virar a greve contra o público. Enquanto anuncia mais uma vez os «esquemas alternativos», parece que mais reduzidos agora, prossegue com a sua campanha antigreve e tenta extrair da luta dos trabalhadores os dividendos políticos que facilmente julga obter com a televisão. Os Sindicatos afirmam entretanto que as «alternativas» governamentais para os transportes, embora sejam uma forma objectiva de atentado ao direito à greve, em nada influem no êxito das paralisações. Estas não são contra o público utente, como o Governo «AD» insiste em fazer crer, mas contra a imposição de salários inaceitáveis ao fim de mais de um ano (quase 16 meses, na maioria dos casos) após a sua entrada em vigor.

Ninguém nega os transtornos causados por uma greve conjunta num serviço público como os transportes. Mas não se deve esquecer que os principais utilizadores do Metro, da Carris, RN e CP, com passes ou pagando o seu bilhete, ao atribuírem responsabilidades pela paralisação, deparam em primeiro lugar com a política de um Governo que tenta impor na prática, para aplicação generalizada, uma série de tectos salariais sempre inferiores à reposição mínima do poder de compra e que, no caso da Função Pública, por exemplo, não chegam sequer aos 11 por cento.

Esse é o motivo central das formas de luta adoptadas pelos trabalhadores. É por isso que as greves não atingem apenas os transportes.

Esta semana estão em curso, foram marcadas para breve, ou anunciam-se paralisações nos sectores de portuários, pescadores, material eléctrico e electrónico, cristalaria, sector automóvel, sub-sectores da Função Pública e vestuário.

Em outros sectores e em-

presas mantêm-se sem solução situações de conflito que podem levar a breve prazo a paralisações ou a outras formas de luta pela contratação colectiva nos vários tipos de negociação que costuma assumir.

Quer se trate de contratos, quer de acordos colectivos, acordos de empresa ou cadernos reivindicativos, em todas as convenções a rever a tendência patronal, dos conselhos de gerência e do Governo é para boicotar ou dei-

xar correr até à intervenção do Ministério do Trabalho que naturalmente resolve sempre em favor das posições do patronato que são as do Governo e da sua política, através das chamadas «conciliações», que nada conciliam, antes optam pelos interesses da parte patronal.

É natural que essa fase da «conciliação» seja recusada por parte dos trabalhadores e dos seus representantes sindicais.

Assim é que os conflitos se deterioram, depois de as negociações se arrastarem por cinco meses e mais, como aconteceu no Metro, Carris, CP e em muitas outras empresas e sectores.

Embora conscientes — reafirmam as comissões negociadoras sindicais dos transportes — dos transtornos que a situação desta luta provocará na população utente, os trabalhadores do Metro, Carris, CP RN e Transtejo encontram-se confrontados com uma ruptura total no diálogo, provocada e assumida pelo Governo e respectivos conselhos de gerência, que continuam a manter uma intransigência absoluta face às justas reivindicações apresentadas pelos trabalhadores que tem como razão fundamental a reposição do poder de compra perdido em mais de 15 meses de inflação constante em que o agravamento do aumento do custo de vida atingiu nesse

período mais de 30 por cento, não parando de subir entretanto e não se vislumbrando quaisquer perspectivas de este Governo reformular a sua política económica de desastre nacional.

«Ruptura provocada e assumida», reafirmam as co-

stantes de convenções anteriores, que reside em dos motivos mais fortes da luta, pois se trata de defender, tanto nos transportes como na Função Pública e em outros sectores e empresas, o direito à negociação colectiva dos instrumentos de regulamentação do traba-

às zero horas de sábado, 23.

O Metro paralisa 72 horas de quarta a sexta-feira. O trabalho é retomado, em princípio, na madrugada do próximo sábado.

A Carris não funciona nos dias 21 e 22. As 48 horas de paralisação terminam, como no Metro, às zero horas de

- **Paralisações nos transportes coincidem amanhã e incluem a RN**
- **Agudizam-se conflitos noutros sectores**

missões negociadoras sindicais. Não se trata de um passo a dar por uma das partes, usando o diálogo e a negociação para as quais os Sindicatos continuam disponíveis. Os trabalhadores dos transportes enfrentam a tentativa de imposição pelo Governo de um tecto salarial muito inferior a 17 por cento. Não se trata de negociar, mas de impor.

E nessa imposição, para além dos motivos mais directos das paralisações nos transportes, isto é, as tabelas salariais actualizadas e a manutenção das regalias sociais entretanto obtidas e

lho. O direito à negociação directa e não à imposição de regras e tabelas que os trabalhadores através das suas organizações sindicais ou outras não debateram nem aprovaram.

Paralisações entre 20 e 22

Metro, Carris, CP, RN e Transtejo páram separadamente e em conjunto entre 20 e 22 do corrente.

As paralisações vão de 24 a 72 horas, desde as zero horas de 20, quarta-feira, até

sábado, 23.

A CP pára dois dias, em 21 e 22. O trabalho é portanto retomado também na madrugada de sábado, dia 23.

A RN e a Transtejo páram 24 horas no dia 22. Na madrugada de sábado, 23, será também retomada a actividade nestas empresas.

Num balanço dos motivos que assistem aos trabalhadores para utilizarem a greve contra os directivos e imposições do Governo, as comissões negociadoras sindicais sublinham que a luta é para defender os interesses e direitos de todos os traba-

lhadores e referem os objectivos gerais do Governo que são:

- Impor um tecto salarial de miséria a todos os trabalhadores;

- Suprimir regalias e direitos já conquistados pelos trabalhadores;

- Despedir milhares de trabalhadores (proposta de lei 70/II);

- Limitar o direito à greve, como única forma de impor «pacificamente» as suas medidas de repressão e de opressão aos trabalhadores;

- Destruir as empresas públicas de transportes através do seu desmantelamento e da entrega das partes rentáveis ao patronato privado;

- Tudo isto tem um plano cuidadosamente preparado sob o nome de pacote laboral.

Num comunicado aos trabalhadores e à população, entretanto distribuído, as comissões negociadoras sindicais justificam o agravamento das formas de luta, designadamente a paralisação conjunta de amanhã, que ao contrário da greve de 5 a 7 do corrente, inclui a RN e a Transtejo. Dessa justificação ressaltam as razões já apontadas e para a RN, segundo as CNS, os trabalhadores, conscientes de que pagarão por tabela a aplicação das medidas em curso no sector dos transpor-

tes, conscientes ainda de que o tecto salarial também os atinge, recusam-se a ser utilizados miseravelmente pelo Governo; recusam-se a serem joguetes, elementos de divisão e confusão contra os seus camaradas de sector. Por isso e porque continuam em luta contra o desmantelamento da empresa, nacionalizada como se sabe, associam-se à luta para lhe dar o contributo do seu sentir de unidade e consciência de classe.

Nos outros casos dos transportes mantêm-se no essencial os motivos da greve anterior.

Uma nova proposta na base dos 19 por cento, que a comissão administrativa apresentou na Carris, seria entretanto rapidamente retirada «por pressão do Governo», afirmam os Sindicatos. A proposta seria prematura. A intenção, era apresentá-la mais tarde. Só por lapso, sublinham os Sindicatos acusando o Governo de desonestidade, é que a proposta surgiu nesta altura sendo imediatamente retirada da circulação. Por «lapso» é que ela apareceu, diria a comissão administrativa da Carris tentando esconder o que é evidente: a tentativa do Governo de reverter o processo de negociações para o Ministério do Trabalho depois de desgastar os trabalhadores até aceitarem «pacificamente» a imposição do tecto salarial.



Trabalhadores

Tecto salarial é para furar

Greve conduz a aumentos superiores a 20%

Como resultado das lutas dos trabalhadores, da coordenação das lutas de massas, da solidariedade e apoio que têm merecido das forças democráticas as reivindicações salariais justas em empresas e sectores, foi possível ultimamente furar por larga margem o tecto do Governo AD no sector da limpeza no distrito do Porto, e nas empresas EDP e Covina. Nesses como em outros casos, os aumentos da massa salarial foram superiores a 20 por cento. Várias formas de luta prosseguiram entretanto em empresas por todo o País. Os conflitos derivam na maior parte do desrespeito pelos contratos, designadamente a falta de pagamentos de salários (em alguns casos com meses de atraso) dos despedimentos, da insegurança do emprego e da repressão.

O movimento sindical apoia e acompanha essas lutas juntamente com as outras organizações representativas dos trabalhadores, nomeadamente as suas comissões (CTs) e organismos coordenadores de zona e sector.

A luta pela actualização salarial deu novamente resultados contra o tecto, desta vez na Covina. Depois de vários dias de paralisação e de outras formas de luta os cerca de 1200 trabalhadores daquela unidade fabril da Póvoa de Santa Iria, perto de Lisboa, conseguiram 25,1 por cento de aumento da massa salarial.

A grande adesão a mais uma série de greves, prevista para se prolongar por toda a semana finda, foi suspensa perante a proposta da administração, que os seus representantes dos trabalhadores acharam aceitável.

Num plenário realizado entretanto, o pessoal da Covina confirmou a aceitação dos seus representantes sindicais.

Segundo a proposta apresentada nas negociações, a tabela salarial aumenta 23 por cento e os novos salários entram em vigor a partir de 1 de Janeiro em curso.

Outras regalias de ordem monetária, fazem subir para

mente a suspensão e apoiará todas as acções destinadas a defender o exercício da actividade sindical naquela empresa de elevadores de Marvila.

A acusação patronal é contestada pelos representantes dos trabalhadores. Declarações da delegada sindical, que aquela entidade considera ofensivas, são um pretexto para alimentar um clima repressivo na Selta e, designadamente, um modo de "escamotear a má administração" da empresa.

Efacec

Na central térmica que a Efacec possui em Setúbal, os trabalhadores prosseguiram em meados da semana finda a sua luta pela actualização do subsídio de deslocação. Depois das paralisações de Dezembro e de um prazo para a administração dar uma resposta às reivindicações, os trabalhadores marcaram um plenário no sentido de agudizar a luta,

Novembro findo vêm efectuando paralisações parciais em defesa de uma revisão salarial justa.

Depois de paralisarem duas horas por dia durante 7 semanas contra os aumentos de salários impostos pela administração e que deixam de fora cerca de 30 por cento dos trabalhadores, estes mantinham a sua reivindicação inicial de 2500 escudos de aumento e passavam a

salários, suspenderam a publicação do jornal em 29 de Maio do ano findo, "por absoluta falta de meios técnicos e materiais".

"Gonçalves Crespo"

Finalmente foram pagos os salários de Agosto e Setembro do ano lectivo 1979/80 (!) aos professores provisórios que nesse ano leccionaram na Escola Prepara-

tuado plenários em Lisboa, Tramagal e Porto, decidiram "parar diariamente uma hora num período de três dias em apoio das suas reivindicações, cujo caderno não foi aceite pela administração, que se recusou a negociar.

Têxtil do Canelo

O leilão dos bens da empresa têxtil do Canelo, em Ruães, distrito de Braga, que

e a salvar 600 empregos; a Comissão Concelhia do PCP em Vila Nova de Famalicão denunciava, em comunicado recente, o aumento do desemprego no concelho, designadamente nos casos da Flexus, L. Araújo, Indústria de Caniços, Fábrica do Ribirão, Magalhães Lobo e Silec, bem como a falta de medidas concretas e necessárias à defesa dos postos de trabalho de empresas como a Têxtil Elétrica, Carides, Finja, Ornitex e Sampaio Ferreira.

Na Atlantic Company, segundo 8 sindicatos representativos dos trabalhadores desta empresa que trabalham na Herdade da Comporta (concelho de Alcácer do Sal e Grândola) a administração ainda em meados de Janeiro se recusava a pagar os salários do mês anterior. Reafirmando a sua vontade de tudo fazer "para encontrar uma solução justa e legal", os sindicatos "têm feito todo o possível para resolver o problema". Mas ainda recentemente não tinham conseguido "levar a administração, ou os Ministérios do Trabalho e da Agricultura a repor a legalidade". A direcção da empresa alega "incapacidade financeira" e, ainda segundo os sindicatos, afirma que o Estado não paga as dívidas à Companhia, que se dedica à comercialização de arroz.

A União dos Sindicatos de Setúbal divulgava também um comunicado, onde a par do apoio à jornada de luta nacional de 12 de Fevereiro, chamava a atenção para os casos da Setenave, SNR (Sociedade de Reparação de Navios), CPP (Companhia Portuguesa de Petróleos), Parry, Ormis, Serela, Lisnave, Setubauto, Arsenal do Alfeite, Entrepósito, e Firestone onde se luta, nomeadamente, em algumas por salários em atraso, noutras pelo 13.º mês e noutras ainda pela salvaguarda das nacionalizações, pela satisfação de cadernos reivindicativos, pela manutenção de regalias alcançadas e pela defesa de postos de trabalho em perigo, como é principalmente o caso da Lisnave.



Os 25,1% de aumento na Covina não foram obtidos sem luta, que incluiu concentrações.

paralisar diariamente 2 horas e meia.

Em conferência de imprensa, terça-feira da semana passada, representantes do pessoal acusaram a administração de utilizar dinheiros da banca proveniente de um contrato de viabilização não para o progresso da empresa, mas nomeadamente para promover quadros e chefias "que se identificam com os métodos de um

tória Gonçalves Crespo, Pontinha, em Lisboa. Ao contrário de outros estabelecimentos de ensino, que de imediato efectuaram os pagamentos, os serviços da secretaria da "Gonçalves Crespo" recusaram-se desde o Verão de 80 até agora a pagar aqueles salários, mergulhando o assunto numa teia burocrática impressionante. A funcionária responsável da secretaria, ora evocava normas contraditórias do Ministério no respeitante ao pagamento de salários de Agosto e Setembro aos docentes provisórios, (será que são trabalhadores de segunda?) ora dizia que tinha de ser o(s) Conselho(s) Directivo(s) a decidir, ora afirmava que não valia a pena os professores em causa terem grandes pretensões, até porque as verbas em dívida eram pouco significativas... Na sua edição de 19 de Novembro de 1981, o "Avante!" tinha denunciado esta situação.

Cambournac

A greve e a movimentação dos trabalhadores da Cambournac prosseguia no princípio desta semana. A adesão aumentara, pois os salários deixaram de ser pagos a todo o pessoal.

Um plenário decidiu agudizar a luta e incrementar a campanha de solidariedade.

A banca, o secretário de Estado do Tesouro e a Secretaria de Estado do emprego são os primeiros responsáveis pelo futuro da empresa e pela garantia dos postos de trabalho, reafirmam as organizações representativas dos trabalhadores.

Cintideal

Prevista para terminar em 29 do corrente, a greve da Cintideal de Castanheira do Ribatejo, iniciada em 11 de Janeiro em curso doi decretada para obrigar a entidade patronal a pagar salários em atraso e a acabar com o sistema do trabalho rotativo, que tem reflexos graves nos salários de parte do pessoal.

Campelos

Pela reintegração dos 27 trabalhadores despedidos da fábrica de Campelos, no concelho de Guimarães, realizou-se recentemente uma concentração à entrada daquela empresa, seguida de um corte da estrada em que participaram cerca de mil pessoas, obrigando o presidente da Câmara a deslocar-se à povoação.

Segundo os Sindicatos, os 27 trabalhadores foram despedidos ilegalmente na sequência de uma greve em Novembro findo.

MDF

Exigindo que a administração receba amanhã, 22, a comissão negociadora sindical (CNS), os trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira, depois de terem efec-

pregava 600 trabalhadores, foi alvo de protesto popular. A venda de matérias-primas e de obra acabada foi interrompida, na terça-feira da semana passada, tendo o representante do tribunal chamado a GNR que deslocou 30 praças para o local. Na cidade de Braga decorre, entretanto, o processo de falência. A descapitalização da empresa através do leilão é, segundo os sindicatos, um meio de evitar o pagamento das dívidas aos trabalhadores.

Outras lutas eram ainda assinaladas na semana que passou no CT-2 (Centro de Formação Profissional) no Porto; na Simões & Ca., de Lisboa, onde o Estado assumiu a responsabilidade da dívida à Caixa Geral de Depósitos, o que em princípio, se destina a evitar a falência.

... mas o pão não aumentou

Aprovados em reunião de Conselho de Ministros, a 23 de Dezembro último, os aumentos de alguns bens alimentares, viriam, no entanto, a ser anunciados e aplicados em meados de Janeiro, que este Governo não gosta de dar os desgostos todos de uma só vez.

Por isso e para não os fazer coincidir com o aumento dos preços dos combustíveis — que anunciou no fim do ano — o Governo preferiu esperar mais alguns dias para que entretanto se esquecessem aquelas más notícias — o aumento da gasolina, da electricidade, dos transportes, quase tudo coincidente.

Assim, só em meados de Janeiro os portugueses vieram a saber que o açúcar, o arroz, o leite e a manteiga aumentavam de preço. Mas o Governo descansava os portugueses: por agora o preço do pão não sobe.

O país suspirou aliviado. Que interessa que o arroz carolino custe agora 56\$00 o quilo e o arroz gigante 41\$50, que o leite pasteurizado custe 17\$50 o litro e o de longa vida 26\$50, que o açúcar custe 45\$00 o quilo? Sim, que significam estes aumentos se, por enquanto, o pão não sobe de preço? Aliviado, o país nem reparou sequer que a bandeira dos táxis vai passar de 18 para 22 escudos e que a fracção do taxímetro encurtou 30 metros (os 2\$00 por 165 metros passaram para 135 metros).

Assim como não reparou que as rendas comerciais aumentaram mais 17 por cento e que as rendas condicionadas vão subir mais 15 por cento.

O país só pensava no pão que ainda não iria aumentar. E o Governo, nos sucessivos comunicados que difundiu, procurou não esquecer tão grande benesse.

Por isso mesmo, talvez, o país não se tenha apercebido que existe o perigo das razões aumentarem o que, a verificar-se, vai aumentar o preço da carne. Mas que importa isso se o pão mantém ainda (por algum tempo) o preço actual.

Também não repararam os portugueses — tão embevecidos que estavam com o facto de um produto não subir de preço — que os derivados do leite vão aumentar em flecha. Para já é a manteiga, mais tarde serão os iogurtes e o queijo, para não falar das natas, do leite em pó e dos produtos de pastelaria que utilizam estes produtos.

E quem liga importância ao facto do azeite já custar mais de 200\$00 o litro e ser de má qualidade? Ninguém, tudo pensa no pão!

E quem liga ao facto de não haver batata no mercado? Qual quê, pois se o pão...

Quem dá valor ao preço de 50\$00 por uma alface ou de 120\$00 por uma couve portuguesa? E quando se fala nisso às donas de casa, encolhem os ombros indiferentes e respondem que o importante é o pão não ter aumentado!

E os ovos a 77\$00 a dúzia? E o óleo a 80\$00 o litro? E o peixe? E a fruta?

Nada! Os portugueses só pensam no pão! Que uma carcaça ainda custa 1\$70 e o poder de compra até aí ainda vai.



Mobilização contra o desemprego

O Plenário Nacional da CGTP-IN reunido em Lisboa na última sexta-feira marcou para o período de 28 de Março a 3 de Abril a **Marcha contra o Desemprego**.

Incluída nas grandes acções de massas previstas para breve, a jornada merecerá grande empenhamento na mobilização por parte de todo o movimento sindical.

Designadamente a juventude, vítima principal do desemprego, moverá as suas organizações sociais e políticas para o êxito da Marcha.

Cerca de 30 mil jovens procuram actualmente um primeiro emprego, refere um documento aprovado naquele Plenário sobre a realização da Marcha.

Mais 50 mil pessoas, para além do número já exorbitante dos desempregados, ficarão no ano findo sem os seus empregos.

A instabilidade de muitas empresas, a má gestão, os contratos a prazo, a repressão exercida sobre dirigentes, delegados sindicais e membros de CT's contribuem, entre outros factores, para o aumento do desemprego e a agudização da luta pelo direito ao trabalho.

Marionetas

Um "Sindegraf", que logo pelo nome cheira a paralelo, acaba de ser criado por "marionetes movidas por orientações de entidades patronais e partidárias".

Esclarecendo que a criação desse "sindicato" não é obra dos trabalhadores mas dos seus inimigos, a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa salienta num comunicado que o processo de formação do paralelo "é um processo artificial dinamizado de fora para dentro do sector".

A Federação exorta "todos os trabalhadores ao debate firme e sereno, ao esclarecimento dos seus companheiros menos informados, ou que por um motivo ou outro tenham reservas em relação à orientação da sua organização de classe".

Depois de caracterizar na generalidade a situação política designadamente no que respeita à "grande ofensiva do patronato e do Governo da direita" contra as conquistas e direitos dos trabalhadores, a Federação dos gráficos faz um apelo à unidade, que "em todas as circunstâncias é necessária", e ao desmascaramento da "propaganda demagógica do divisionismo", pois hoje, mais do que nunca, "dividir é trair".

O "Sindegraf" — conclui a Federação — por muitos apoios que tenha ("do patronato, do Governo da direita ou de órgãos da comunicação social") não passará de "uma organização fantoche, isolada dos trabalhadores, que muito cedo envergonhará os seus próprios dinamizadores".

Encontro sobre a Saúde

"Contra as medidas 'AD' para o sector" e "em defesa do Serviço Nacional de Saúde" a União dos Sindicatos de Lisboa promove, depois de amanhã, sábado, 23 de Janeiro, com início às 14 e 30, na Faculdade de Direito (Anfiteatro 1) em Lisboa, um Encontro subordinado ao tema **Os Trabalhadores e a Saúde**.

A iniciativa é aberta à participação de dirigentes e delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores.

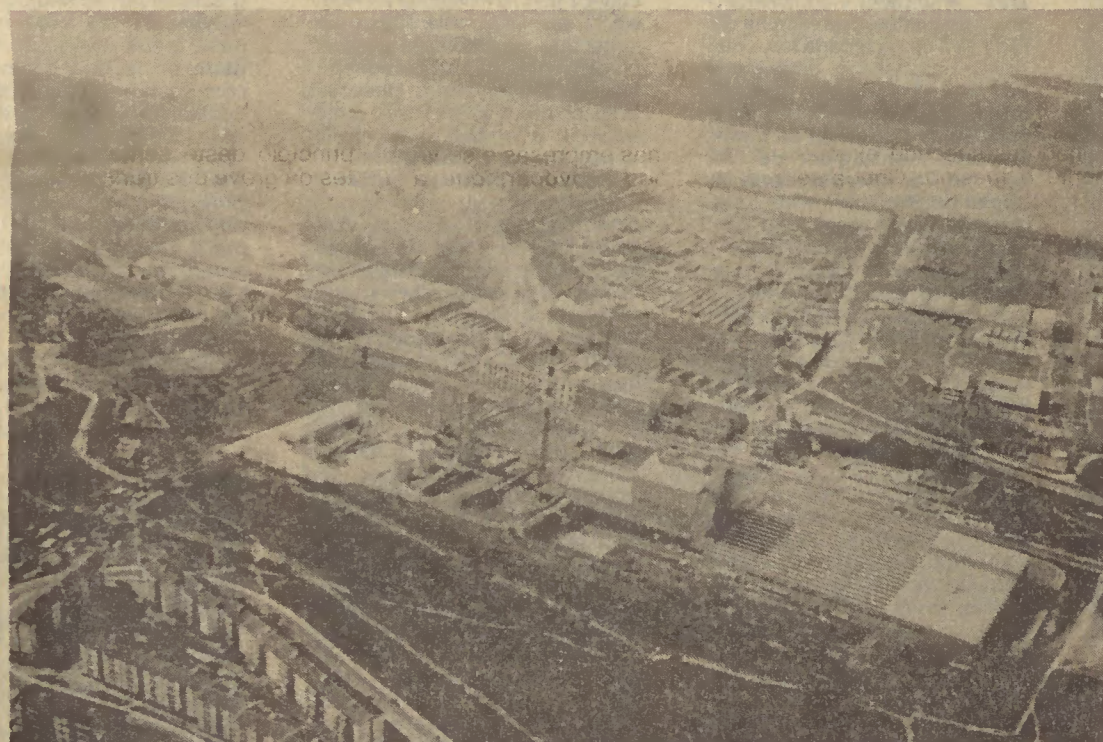
Música em debate

O Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações, promove, com entrada livre, no próximo sábado, 23, pelas 15 horas, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, ao Campo Grande, um debate sindical sobre a Lei 12/81 referente à "protecção da música portuguesa na sua difusão pela Rádio e pela Televisão".

Participam, além dos Sindicatos dos Músicos, dos Trabalhadores de Espectáculos, da Actividade Cinematográfica, dos Jornalistas, dos Professores da Grande Lisboa, da Escola de Música do Conservatório Nacional de Lisboa, Escola de Jazz do Hot-Clube de Portugal, Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Sociedade Portuguesa de Autores, Sociedade de Língua Portuguesa, Associação Portuguesa de Críticos, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Juventude Musical Portuguesa, Grupo Animação Cultural, Departamento de Juventude da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional, João de Freitas Branco, António Victorino de Almeida, Michel Giacometti, José Niza, Maria Belo, Carlos do Carmo, Pedro Caldeira Cabral, Joaquim Pessoa, Fernando Serafim, Luís Cília, João Paulo Guerra, João Nuno Represas, António Manuel Ribeiro, José Afonso, Segreiros de Lisboa, Carlos Paredes, Fernando Alm, Vitorino e Janita Salomé, e Grupo Vocal Arsís dirigido por Francisco d'Orey.

O Sindicato das Telecomunicações, promotor do debate, lembra que a Lei 12/81 de 21 de Julho "foi apresentada, discutida e aprovada na Assembleia da República sem que os trabalhadores da Rádio e da TV tivessem sido chamados a pronunciar-se sobre o projecto, através do seu Sindicato", como é da lei.

Num apelo à participação no debate do próximo sábado, o Sindicato das Telecomunicações sublinha o facto de o assunto interessar «aos profissionais da Rádio e da Televisão e a todos os ouvintes e telespectadores».



Uma imagem da Covina que emprega cerca de 1200 trabalhadores

25,1 por cento o aumento global.

Benite Garcia

A firma Benite Garcia, de Peniche, pretende despedir todos os trabalhadores e admitir contratados a prazo.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas do Centro, foram desencadeadas várias acções de luta por aquela empresa não ter pago os salários de Dezembro e o subsídio de Natal.

A disposição de luta mantém-se contra os despedimentos e pelo pagamento das remunerações em dívida.

Selta

"Acções sindicais adequadas" para impedir o despedimento de uma delegada sindical da Selta foram anunciadas recentemente pela direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

O SIESI contestará legal-

mente a suspensão e apoiará todas as acções destinadas a defender o exercício da actividade sindical naquela empresa de elevadores de Marvila.

Laboratórios Andrade

A administração dos laboratórios farmacêuticos Andrade, da Venda Nova, perto de Lisboa, deve habilitar a gestão da cantina com os meios de que necessita. A reclamação é dos trabalhadores da empresa reunidos em plenário. O refeitório deve continuar em funcionamento. E em vez do subsídio de refeição, entretanto recusado pelos trabalhadores, o pessoal deslocado da cozinha, deve continuar encarregados das refeições.

Oliva/ITT

Abuso do poder, arbitrariedade, falta de respeito pela legalidade democrática e prepotência do patronato são práticas inaceitáveis pelos trabalhadores da transnacional Oliva/ITT, de S. João da Madeira, que desde 19 de

ou outro gestor" em detrimento de outros de "reconhecido valor técnico" e para constituírem um grupo de consultores e técnicos (staff) "comprado a peso de ouro e seleccionado na base da incompetência e da subordinação subserviente", afirmam os representantes dos trabalhadores.

"A Tribuna"

Num requerimento fundamentado em numerosos dados concretos, o grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República pergunta ao Governo, através do Ministério do Trabalho, se já foi tomada alguma medida, designadamente no sentido de apurar "onde foram utilizados os apoios financeiros concedidos pela Secretaria de Estado do Emprego à Interempresarial (proprietária do ex-jornal "A Tribuna") para pagamentos dos salários que não foram pagos aos trabalhadores". Estes, depois de três meses sem

Um livro que foi a alvorada despertadora do horizonte literário nos anos 40

UMA NOVA EDIÇÃO DE

Avante!

edições
Avante!

Soeiro Pereira Gomes

Milhares de pessoas nas Marchas

Do Saldanha ao Rossio um desfile combativo em que a juventude foi presença destacada

Nem as condições atmosféricas (além do frio, a chuva chegou a cair com alguma intensidade), nem a propaganda tendenciosa desencadeada pelas forças de direita e pela direcção do PS através de certos órgãos de Comunicação Social (com destaque especial para a TV, nomeadamente com os serviços noticiosos da véspera), conseguiram evitar o êxito da Marcha da Paz, que mobilizou milhares de cidadãos, nas ruas de Lisboa, no passado sábado, à tarde.

A promoção do desfile, cujo objectivo principal era a afirmação popular na luta pela Paz, patrono dos Povos, que o imperialismo quer destruir, coube ao Movimento Nacional de Opinião Pública "Não às Armas Nucleares", organização amplamente unitária que tem vindo a alertar o País para o perigo

nuclear, a corrida aos armamentos e as ameaças que pairam sobre o Mundo.

A manifestação decorreu entre o Saldanha e o Rossio, tendo-se iniciado alguns minutos depois das 15 e terminando já por volta das 18 horas.

A cabeça do desfile seguiam várias personalidades bem co-

nhecidas da vida política, cultural, sindical e social do nosso País, juntamente com Gus Savage, deputado por Chicago na "House of Representatives", membro do Congresso dos EUA e um dos 18 membros do "Black Labour Caucus" do Congresso Americano que se inspira nos ideais e acção de Martin Luther King; e Pierre Vermeulen, do Bureau Politico do Partido Socialista Belga e Ministro de Estado (título honorífico reservado só a certos ex-membros do Governo belga).

"Vida sim, morte não" — foi uma das palavras de ordem que mais se ouviu ao longo do imenso desfile, entoada por homens, mulheres e jovens de quase to-

dos os pontos da região de Lisboa e também da margem sul.

A imaginação, o espírito criador, a combatividade e a consciência plena da importância de que neste momento se reveste a participação popular na luta pela Paz (sentimento que, aliás, foi também sublinhado nas grandes manifestações realizadas recentemente noutras capitais europeias) foram, sem dúvida, notas de destaque na Marcha do passado sábado em Lisboa. Uma referência especial para a juventude, cuja presença constituiu um motivo de maior vivacidade no conjunto do grande desfile.

Logo nas primeiras filas, atrás de um pano com a inscrição "A Juventude diz não às armas nucleares", seguiam centenas

de estudantes. Muitos deles identificavam as suas escolas: P. António Vieira, Velga Beirão, Secundária da Damaia, Alfredo da Silva, Luísa de Gusmão, António Arroio, Secundárias de Loures, Sacavém e Amora. Outros cartazes assinalavam a presença de jovens da Amadora, de S. Iria de Azóia, Setúbal, Zona Oriental de Lisboa, de Benfica, da Moita, departamento juvenil do Sindicato do Comércio e Serviços, etc.

Neste diversificado grupo de jovens viam-se as primeiras máscaras anti-gás, as primeiras bombas brancas, balões e bandeiras do desfile. Algumas cartolas com o cifaão bem visível "explicavam" a estreita ligação do capitalismo internacional à política belicista e à corrida aos armamentos. Um autocarro com vários motivos exibiu também cartazes caricaturando a figura de Reagan.

"Somos milhões e milhões contra a bomba de neutrões" e "Empregos, saúde e pão/ armas nucleares não!" foram outras palavras de ordem que os manifestantes entoaram durante a "descida" até ao Rossio. Nos passeios aglomeravam-se milhares de pessoas que, com curiosidade e muitas vezes com aplauso, observavam a evolução do desfile e particularmente os cartazes, os panos, os carros e objectos com que se simbolizava, por um lado, a corrida aos armamentos, o militarismo, os objectivos destruidores do imperialismo, e por outro, os desejos de paz, cooperação, entendimento, liberdade, trabalho, cultura, desenvolvimento e defesa da Natureza, aspirações de todos os Povos do Mundo.

Além das máscaras anti-gás, dos fatos pretos com esqueletos desenhados, dos mísseis e bombas (construídas em papelão e com outros materiais), viam-se também carros de mão com grandes flores coloridas e pombas. E compreendia-se o significado do enterro da guerra: bombas e outros objectos de destruição numa padiola, num funeral muito bem encenado, onde não faltavam os "choros" sentidos e o luto carregado dos "imperialistas". Um funeral que

virá, certamente. A última resposta será sempre dada pela luta dos Povos.

Ainda nas primeiras filas surgiam jovens de Oeiras, Seixal, Torres Vedras e Alverca, Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes de Lisboa, Secretariado da RIA-Reunião Inter-Associações (Ensino Superior), estudantes do ISEF, Medicina, Direito, Ciências e ISPA, que desfilavam ao som de pandeiras. "Já tivemos 15 anos de guerra. Estamos fartos" — salientava um pano do Grupo de Acção pelo Desarmamento da Parede. Mais atrás, um grande mapa de Portugal tinha desenhado um sinal "Stop", numa afirmação que os portugueses não querem expor o seu país ao flagelo nuclear.

"Defendamos a vida, defendendo a paz", proclamava um painel do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), representado no desfile por vários núcleos (Lisboa, Odivelas, concelho de Vila Franca de Xira, etc.). Cartazes, panos e outros distícos assinalavam também a presença de mulheres do Barreiro, Montijo, Sesimbra, Setúbal, Cova da Piedade, Pinhal Novo e Sines. "Nós mulheres damos vida, não a queremos destruída", dizia um cartaz daquela última localidade. Nesta "zona" da manifestação seguia um numeroso grupo de crianças (algumas com ramos de oliveira e flores) e uma delegação de mulheres da Reforma Agrária.

O desfile continuava com a participação de dirigentes, sócios e amigos da Associação Portugal-URSS (com vários núcleos representados), Movimento Português contra o Apartheid e Associação Portugal-Angola.

Um grande cartaz da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) com fundo azul e uma pomba branca desenhada, registando a inscrição "Não às armas nucleares", anunciava a participação dos trabalhadores na Marcha da Paz, com os seus cartazes e panos de rico colorido, onde o humor e a imaginação não faltaram. Foram particularmente notadas as presenças de trabalhadores metalúrgicos de Lisboa, das Câmaras Municipais do distrito de Santarém, têxteis, da hotelaria (estes trouxeram carros de mão com belas flores de papel, simbolizando assim a "alegria de viver"), aduaneiros, trabalhadores do hotel "Sheraton", Juventude trabalhadora do sector da hotelaria, trabalhadores da indústria de bebidas, indústria farmacêutica, bancários, trabalhadores de seguros, das telecomunicações, da EDP, EPAL, CDL, do Comércio e Serviços, da "Mompri", da Central Automática, da Metalúrgica Duarte Ferreira, da Siderurgia Nacional, do sector químico, rodoviários, da Sorefame, da Covina, da RN, TAP e Autocooop, da actividade cinematográfica, engenheiros, trabalhadores científicos, professores da Grande Lisboa, da Gulbenkian, de "o diário", da Standard Elétrica, da Cambournac, trabalhadores civis dos departamentos militares, trabalhadores da Saúde, da Função Pública, da "Ico-sal", da "Pereira e Brito", entre muitos outros de vários sectores e empresas. Desfilaram igualmente representações de reformados e membros da URAP, do Juventude Futebol Clube e do Centro Náutico Molitense.

"Em Portugal quem manda são os portugueses — Independência nacional", lia-se num dos cartazes. Perito, transportava-se um "foguetão" com as seguintes inscrições: "Destino: Portugal. Made in USA", ao mesmo tempo que desfilavam fantoches, um rancho folclórico de Alenquer, o Rancho Coral da Liga dos Amigos da Mina de S. Domingos (Loures), o Grupo Coral Unidos do Baixo Alentejo (Alverca) e a banda de música da Sociedade Filarmónica Inícrivel Almadaense. Havia ainda manifestantes com chapéus de chuva contendo inscrições alusivas à luta pela Paz e ciclistas com telegramas (exigindo "vida sim, morte não!"). "A paz de Reagan é a nossa morte" — destacava um dos panos, atrás do qual desfilavam

moradores de Alcântara, Graça, Beato e Chelas, além de trabalhadores da Petrogal e da Comissão de Base de Saúde de Ferreira do Alentejo.

Carros alegóricos (um deles com a frase "Euroclima não!"), jovens mascarados de flores, de esqueletos e de militares, manifestantes transportando "armamento" diverso, crianças com pombos verdadeiros, jovens com batas brancas assinaladas a preto com o símbolo do desarmamento, despertavam o olhar curioso de largas centenas de pessoas ao longo da Marcha.

Também não passaram despercebidos os grandes panos em que as organizações dos trabalhadores portugueses denunciavam a política de submissão dos governantes "AD" perante os EUA e a orientação belicista dos falções de Ronald Reagan. Cite-se, a título de exemplo, o pano da Lisnave: a Estátua da Liberdade (conhecido monumento de Nova Iorque) transformada na figura de Reagan, exibindo numa das mãos um fantoche muito parecido com Freitas do Amaral, vestido com a bandeira americana e segurando uma bomba, dizendo: "Bom trabalho!"

"Paz em Portugal, nem Balsemão nem Amaral", "Reagan escuta, a Europa está em luta", "AD e Amaral trazem guerra a Portugal", "Reagan deixa-nos em Paz", "Hiroxima nunca mais!", eram inscrições que facilmente se liam (e ouviam), no conjunto do desfile.

Já na ponta final, destacava-se a presença de democratas de Almada, Barreiro, Seixal, V. Franca de Xira, Azambuja, Sobral de M. Aguiar, Oeiras, Cascais, Sintra, Avelalva-Cacém, Mem Martins, Queluz, Damaia e Amadora, entre outros.

O desfile encerrava com um pano de grandes dimensões dos trabalhadores da Sorefame. Entretanto, com a chegada da cabeça da manifestação ao Rossio, a sua fisionomia começa a sofrer uma profunda alteração. À medida que o desfile desemboca na Praça, com as pessoas a distribuírem-se pelo seu largo espaço, o ambiente vai crescendo em cor e entusiasmo. Sobre um palanque instalado no extremo sul, tendo como fundo dois enormes panos onde se podiam ler "Não às Armas Nucleares em Portugal" e "Pela Paz, pelo Desarmamento", dá-se, então, início a um período de intervenções em que usaram da palavra algumas das muitas individualidades aderentes à Marcha da Paz.

Apresentados por José Manuel Nunes e Mário Figueiredo, todos os oradores, falando em nome individual ou no das organizações por si representadas, expuseram os motivos que estiveram na base da sua adesão. "Porque me sinto cidadão da Europa e me dói pensar a milenária terra de culturas e civilizações barbaramente devastadas pelo holocausto nuclear — afirmou Rui Grácio do Movimento "Não às Armas Nucleares" — estou com a Marcha da Paz".

Para António Melo, em representação do Secretariado da RIA (Reunião Inter Associações) "a questão da Paz e do Desarmamento é uma questão de primordial importância que diz respeito a todos os povos". Depois de considerar que a corrida aos armamentos e outra guerra poderiam levar à destruição do nosso mundo, aquele dirigente associativo concluiu que o nosso futuro — que é o da juventude e dos estudantes — depende, entre outras coisas, do desarmamento e da defesa da Paz.

Sucedem-se, entretanto, difundidos pela aparelhagem instalada nos quatro cantos do Rossio, os apelos para que os presentes se aproximem mais do palco. Vinha longe a cauda da manifestação mas já era preciso começar a arrumar melhor. "Queremos combater pela plenitude da vida — lembrou um cristão, Emílio Martins, da Liga Operária Católica — pois acreditamos num Deus dos vivos e não em deuses de mortos".

Seguiu-se a intervenção de Beatriz Ruivo, da Organização dos Trabalhadores Científicos, sector particularmente conhe-



dor da produção e dos efeitos mortíferos das armas nucleares. O seu poder "de destruição e de horror são inigualáveis e causarão a destruição da Humanidade", alertou aquela voz autorizada, para mais adiante dirigir um apelo a todos os que trabalham no sector da investigação científica no sentido de que "podam o seu saber e a sua actividade ao serviço do Desarmamento e da Paz".

Henrique Barahona Fernandes, destacado professor da Faculdade de Medicina, explicou também, em mensagem que enviou, as razões da sua adesão à Marcha da Paz: "Como médico, sinto-me no dever de reforçar este grito de alarme ante o risco das armas atómicas! Um suicídio colectivo, a destruição da natureza e da cultura, numa 'epidemia' jamais vista que nos levaria milhões de anos para trás, regressando à era antes do desenvolvimento da Vida na terra! Seria a sua destruição total — o nada ou alguns sobreviventes com doenças degenerativas, ou mudada a espécie humana — um novo começo de evolução...". E prosseguiu: "O eminente catedrático: 'Cabe-nos a obrigação de prevenir! Tomemos consciência do risco e, com ânimo, inteligência e sentimentos dos valores supremos em questão, tenhamos a coragem de ultrapassar as quezílias e interesses que nos dividem'".

"O aumento constante do perigo de guerra nuclear — considerou Dieter Dellinger, jornalista — impõe aos portugueses como



Proclamação

Não às armas nucleares em Portugal e no mundo! Sim à negociação, ao desanuviamento, ao desarmamento e à paz!

Os participantes na grande Marcha da Paz de 16 de Janeiro de 1982, em Lisboa e Porto.

Alarmados com a escalada global da corrida quantitativa e qualitativa aos armamentos, a incessante acumulação sem precedentes do potencial explosivo nuclear, agravada agora na Europa com a planeada instalação de novos mísseis, a decisão de produzir a bomba de neutrões, a anunciada concepção de guerra nuclear "limitada", tomando cada vez mais próximo um holocausto europeu e mundial que destruiria a civilização, devastaria o globo e poria em causa a própria sobrevivência da Humanidade.

E mais ainda, com a gravíssima e inculcável ameaça que representaria — para a independência, segurança, paz e sobrevivência da Pátria Portuguesa — a instalação, estacionamento e trânsito de armas nucleares em Portugal, sem que até agora, de qualquer modo e por nenhum órgão de soberania tenham sido prestadas à opinião pública nacional as completas explicações e as inequívocas garantias de que tal não aconteceria nem acontecerá, acumulando-se, antes pelo contrário, declarações de algumas personalidades governamentais e outros indícios inquietantes.

Mais confiantes e solidários com a luta crescente e decisiva da opinião pública europeia e mundial, das numerosas e poderosas forças da paz, de milhões de homens e mulheres, dos povos incluindo o povo português, para salvaguardar o Desanuviamento e a Paz, hoje mais do que nunca ameaçados, para fazer recuar o perigo de guerra e a ameaça nuclear, e garantir efectivamente o bem supremo de toda a Humanidade — a Paz! — o primeiro direito humano, o direito à Vida.

Proclamam mais uma vez, solenemente — dirigindo-se aos órgãos de soberania nacionais que possam vir a encetar decisões da maior gravidade na matéria, aos responsáveis das potências nucleares e à próxima sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU sobre o Desarmamento (Junho de 1982) —, e tendo em vista a defesa intransigente do interesse nacional, das aspirações e vontade iniludíveis do povo português, do Desanuviamento e da Paz: NÃO ÀS ARMAS NUCLEARES EM PORTUGAL! SEJA QUAL FOR A SUA NATUREZA, ORIGEM OU DESTINO!

E mais declaram que ■ na era nuclear, a única alternativa para a solução das questões internacionais litigiosas — por mais graves e difíceis — está na negociação, no diálogo, na coexistência, no desanuviamento, sem demora nem perda de tempo;

■ importa, pois, que as negociações internacionais em curso, ou que venham a abrir-se, entrem em bom caminho, respeitem o direito ao equilíbrio e a segurança igual de cada parte, e vão ao encontro da expectativa dos povos;

■ assim, urge neste momento que as negociações americano-soviéticas de Genebra contribuam para quebrar o ciclo vicioso na corrida aos euromísseis e resultem, no imediato, na suspensão da instalação de quaisquer mísseis de médio alcance em toda a Europa, dando início ao processo de redução recíproca, equilibrada de todos os mísseis e vectores nucleares de médio alcance já existentes no continente europeu até à eliminação completa e definitiva dos mesmos, e até à completa extinção de todas as armas nucleares táticas — se na verdade se quer assegurar não só o futuro do continente e de centenas de milhões dos seus habitantes, mas a Paz Mundial.

Pelo que, em conclusão, os portugueses e as portuguesas participantes nas grandes Marchas da Paz de 16 de Janeiro de 1982, em Lisboa e Porto, apelam instantaneamente a todos os patriotas, a todos os homens de boa vontade, a todos os que amam a Paz e querem defender a Vida, a todo o povo português, para que juntem a sua voz à dos povos da Europa e do Mundo, numa acção determinada por tão prementes, nobres e humanos objectivos:

FIM DA CORRIDA AOS ARMAMENTOS!
DESANUVIAMENTO, SEGURANÇA E COOPERAÇÃO EUROPEIAS!
REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DAS DESPESAS MILITARES MUNDIAIS!
PROIBIÇÃO E ABOLIÇÃO DE TODAS AS ARMAS NUCLEARES E DE DESTRUÇÃO MASSIVA!
DESARMAMENTO GERAL, SIMULTÂNEO E CONTROLADO!
INDEPENDÊNCIA NACIONAL, DEMOCRACIA E PROGRESSO SOCIAL PARA TODOS OS POVOS!
PAZ, AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE TODOS OS POVOS!



Marchas da Paz em Lisboa e no Porto



Mensagens para todo o mundo levadas pelas águas do Douro

Muitos milhares de pessoas — mulheres, crianças e particularmente jovens — participaram na Marcha da Paz no Porto.

A imaginação e a criatividade deram à Marcha um colorido e uma alegria próprios de uma manifestação de confiança no futuro. Um futuro de paz, sem armas nucleares. E as crianças lá estavam a garanti-lo, de flores e pombas brancas nas mãos

e nos sorrisos, exigindo mais escolas e menos armas.

Cartazes e carros alegóricos, eram algumas formas encontradas pelos que participaram na Marcha de manifestar o seu desejo de paz, de pugnar pelo desarmamento, contra as armas nucleares.

Na Praça da Liberdade, a música e as danças populares iniciavam a festa da paz. Entretanto, mensagens de

vários pontos do mundo (Holanda, Grécia, Hungria) chegavam a saudar os presentes.

Uma largada de pombas anunciava o início do desfile — encabeçado por personalidades como Oscar Lopes, Raúl Castro, Viana Lima, Dulce Ruivo, Rui Luís Gomes, Virgínia Moura, José Morgado e Papiano Carlos — que depois de percorrer várias artérias da cidade

chegou à praça da Ribeira, onde dezenas de pessoas lançaram ao Rio Douro garrafas contendo mensagens de paz para os povos do mundo. Apesar de simbólico, este acto foi uma afirmação inequívoca da vontade paz no mundo.

E a força, a firmeza, a alegria que transparecia no rosto de quantos lançavam mensagens nas águas do Douro, continham de facto

uma apelo aos povos do mundo de luta pela paz. Estamos certos que esta mensagem lá chegará, apesar dos esforços do imperialismo para o impedir, tentando dominar e controlar os órgãos de comunicação social.

De regresso à Praça da Liberdade, e já sob chuva, estiveram pela paz com as suas vozes e a sua voz, Carlos Cunha, Manuel Freire e Brigada Victor Jara.



cariam inevitavelmente ameaçadas se em Portugal fossem instaladas armas nucleares.

"A História diz-nos que todas as corridas ao armamento terminaram na guerra", começou por sublinhar na sua alocução o padre Luís de França. Daí que "só uma tomada de consciência da opinião pública pode travar a corrida suicida aos armamentos que hoje põe em causa a própria sobrevivência da Humanidade". E concluiu, citando o Papa João Paulo II: "a Paz será o último nome da História".

O escritor Mário Dionísio reclamou que tudo se faça "para impedir uma nova guerra mundial, ainda mais destruidora do que todas as outras" e exprimiu o desejo de que "se extinga de vez a febre criminosa de querer vencer os outros pela força".

Particularmente saudadas foram as breves intervenções dos convidados estrangeiros, representantes do poderoso movimento que se estende um pouco por toda a Europa e América exigindo o fim da corrida armamentista e uma Paz duradoura que impeça a destruição total da vida no nosso planeta.

"Encontro-me aqui porque sou a favor do desarmamento mundial, do desanuviamento da Paz — começou por referir Gus Savage, deputado por Chicago, para prosseguir: "Estou aqui para provar que muitos americanos e membros do Congresso estão convosco pela Paz, prosperidade, liberdade e justiça para todos".

Pierre Vermeulen, do Partido Socialista Belga, acrescentou por seu lado que "se queremos ensinar aos nossos governos a Paz, temos de fazer com que eles tenham medo do Povo". Classificando a instalação de mísseis nucleares como "presentes envenenados", o dirigente socialista reafirmou a disposição firme do seu povo de lutar contra tais "prendas".

A anteceder o final da concentração, com todos os presentes a entoar "Grândola, Vila Morena", e quando já perto das 18 horas ainda muitos manifestantes entravam no Rossio, foi lida por Maria do Céu Guerra a proclamação aprovada pelos participantes na iniciativa, que publicamos noutro local.



"Telejornal": ofensa diária à dignidade da informação

A expressão cada vez mais aguda que a luta de classes está a assumir no nosso país tem, necessariamente, fortes reflexos na luta política e ideológica, provocando aquilo que alguns chamam a "radicalização" de posições mas que, às vezes, não é senão a clarificação dessas mesmas posições, pondo termo a ambiguidades e "cortinas de fumo".

O que em termos de comunicação social se passou nos últimos dias a propósito das Marchas da Paz é a este respeito bastante significativo. Vários casos poderiam aqui ser citados, mas vamos limitar-nos a dois, ainda que diversos entre si: um é a RTP, outro é o "Portugal Hoje".

Inadmissível

Nos últimos meses, e mais concretamente nas últimas semanas, todos aqueles aspectos caracterizadores da televisão proenxista têm vindo a acentuar de uma forma verdadeiramente escandalosa, criando uma situação que poderemos sem margem para dúvidas de classificar como sem precedentes. Com efeito, nunca nos últimos anos os serviços noticiosos — particularmente o Telejornal — assumiram um carácter tão afrontosamente ofensivo do pluralismo ideológico, da isenção partidária, da objectividade informativa e da própria dignidade profissional dos jornalistas.

Hoje em dia, o Telejornal já nem sequer procura fingir aquilo que não é — perdeu toda a vergonha e tirou a máscara. Nas palavras e nas imagens, ele surge todos os dias, ostensivamente, como o porta-voz da direita em geral e do governo AD em particular, no plano interno, e do imperialismo e da reacção internacional, no plano externo. Os membros do governo portugueses, a par com os seus colegas da administração norte-americana — nomeadamente, e não por acaso, o "falco" Haig e outros pássaros de igual jaez — assumiram o estatuto de presença diária nos pequenos

écrans, com total exclusão das partes contrárias. E quando os ministros não aparecem, lá estão certos lacaios disfarçados de jornalistas, para em seu nome e ao seu serviço manipularem a informação.

Trata-se, mais do que nunca, de um verdadeiro escândalo, que nem por ser compreensível no quadro geral da crise da AD e da insanável desagregação do projecto político da direita, deixa por isso de ser inadmissível e merecedor da mais firme e enérgica contestação.

Significativo

O que aconteceu a propósito da Marcha da Paz é verdadeiramente intolerável. Durante os dias que precederam a manifestação, os noticiários omitiram por completo referências à jornada, quer à sua preparação quer aos apoios que ia suscitando. No Telejornal da véspera quebraram o silêncio, referindo-se à iniciativa — mas exclusivamente pela ne-

gativa, afirmando que "aumentava a contestação" à Marcha da Paz!

O facto é que a Marcha tinha o apoio de mais de trezentas organizações diversas assim como de numerosas personalidades. E em Lisboa, tal como no Porto, foi um êxito, não obstante a contra-propaganda da RTP, cuja força e impactos populares são conhecidos — o que, afinal, só prova que os objectivos propostos pelos organizadores da manifestação correspondem ao profundo sentir da grande maioria da população...

O sucesso da jornada foi tão grande que o Telejornal se viu na necessidade de, no próprio dia da Marcha, montar uma nova operação de manipulação, ainda mais acintosa e evidente. De uma

que a reportagem da Marcha propriamente dita, ocupou-se um trio de figuras aparentemente não homogêneo, mas que afinal se revelou com uma assinalável afinidade. E foi assim que vimos e ouvimos dois membros do governo AD, aos quais se juntou um dirigente do PS (Jaime Gama) debatarem uma série de mentiras e calúnias sobre a Marcha e seus objectivos. Tudo dito com um tal fervor pró-imperialista que antes parecia estaríamos a assistir a mais uma das quotidianas palestras de mister Haig.

Triste exemplo

A RTP é um órgão de comunicação pertencente ao Estado, pago com o dinheiro do povo e sujeito a determinados princípios de objectividade e pluralismo, legalmente consagrados. E por isso que a acção informativa do Telejornal pode frequentemente classificar-se, com razão, como ilegítima e anti-constitucional.

Já no que se refere aos jornais privados a situação é diversa, ou seja, as manobras e as intrigas contra-revolucionárias de "O Dia" ou os dislates reacçãoários do "Tempo", por exemplo, têm apenas a ver, em princípio, com a higiene mental dos respectivos leitores e a idoneidade cívica do leitor democrata... mas desprezíveis.

O mesmo não acontece ou, pelo menos, não deveria acontecer em relação ao "Portugal Hoje", um jornal em princípio situado no campo democrático mas que, com demasiada frequência, surge elavado de um sectarismo anticomunista que ultrapassa as fronteiras do "normal". Nessas alturas, a deontologia é atirada para trás das costas, e aí temos o

"Portugal Hoje" a enfileirar alegre e activamente em tudo o que cheira a anticomunismo. Como aconteceu agora, também a propósito da Marcha da Paz.

Os títulos de primeira página dos dias 16 ("Hoje em Lisboa e Porto: a fraude da paz") e 17 ("Violência pela paz"), impressos em grandes "manchetes", bastam por si próprios para mostrar qual o papel que o "Portugal Hoje" quis desempenhar, mas a leitura das "notícias" e dos "comentários" tira quaisquer dúvidas.

Não vale a pena entrar em pormenores. Mas certamente que não deixou de ser penoso para os leitores daquele jornal que participaram na Marcha terem verificado, no dia seguinte, que a "reportagem" publicada versava quase exclusivamente os tais incidentes acima referidos, silenciando por completo, entre outros, os seguintes elementos:

— O texto, mesmo que resumido, da Proclamação aprovada.

— A identidade dos oradores no comício e, no mínimo, o tom geral das suas intervenções.

— A identidade dos convidados estrangeiros presentes e a recepção de inúmeras mensagens também do estrangeiro.

Isto para não falar, claro, em aspectos como por exemplo uma descrição dos participantes na manifestação, aludindo aos milhares de crianças e jovens, à participação massiva de mulheres, etc.

Solicita ajuda

Mas compreendem-se as omissões. Seria delicado para o "Portugal Hoje" fazer os comentários que faz sobre a manifestação se ao mesmo tempo informasse que a Proclamação não diz nada daquilo que o jornal denuncia; que entre os oradores no Rossio e os presentes à frente da Marcha se encontravam pessoas dos mais diferentes quadrantes ideológicos, políticos e confessionais, incluindo padres católicos, protestantes e de outras religiões, deputados comunistas, socialistas, sociais-democratas e outros, dirigentes de sindicatos CGTP e da UGT, etc., que um dos convidados pertence

ao Congresso dos Estados Unidos, e o outro, vindo da Bélgica, além de ministro de Estado e membro do bureau político do PS belga; que entre as muitas dezenas de mensagens recebidas de Portugal e do estrangeiro, constam-se as enviadas pelos organizadores de outras jornadas semelhantes já realizadas na Europa.

Mário Soares e seu grupo, por motivos que têm exclusivamente a ver com a sua política de conciliação e cedências à direita, fez tudo (com a solicitação ajuda, como se vê, do "Portugal Hoje") para que as Marchas da Paz de Lisboa e Porto aparecessem perante a opinião pública como sectárias, partidárias, e como nada tendo a ver com as realizadas nos últimos meses em várias capitais europeias. Os portugueses não se deixaram enganar. E quanto às outras manifestações, elas foram realmente diferentes das nossas num ponto: é que lá, os partidos socialistas e social-democratas dignos desse nome deram-lhes o seu apoio e nelas participaram activamente, enquanto cá foi o que se viu...

Das Polónias perante a "Justiça" militar



FUTEBOL: Rio Ave soma e segue...



Reuniões plenárias de três Direcções Regionais

DORP (Porto) —

«Contrariamente aos esforços conjugados da “AD” e de Mário Soares, que pretendiam consumir no segredo dos gabinetes o seu acordo com vista à alteração golpista da Constituição, o Povo português segue hoje com crescente e preocupada atenção a manobra das forças derrotadas pela eleição do actual Presidente da República em 7 de Dezembro de 1980»

Realizou-se no passado domingo no Centro de Trabalho da Boavista a primeira reunião de 1982 da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP. Durante a reunião foi analisada a situação política nacional e regional e considerados problemas que se predem com o desenvolvimento da luta e com o reforço da organização do Partido. Passamos a expor as suas conclusões.

Contrariamente aos esforços conjugados da AD e de Mário Soares, que pretendiam consumir no segredo dos gabinetes o seu acordo com vista à alteração golpista da Constituição, o povo português segue hoje com crescente e preocupada atenção a manobra das forças derrotadas pela eleição do actual Presidente da República em 7 de Dezembro de 1980.

É necessário que todos os trabalhadores e democratas ganhem rapidamente consciência da natureza, dos verdadeiros objectivos e dos perigos que comporta esse plano golpista que uma Mário Soares à AD e que visa, designadamente, esvaziar o Presidente da República das principais competências civis e militares com que foi eleito pelo povo português e colocar as Forças Armadas sob completo controlo partidário da AD (segundo o tenebroso projecto de legislação apresentado publicamente pelo dirigente do PS, Jaime Gama, passaria a competir a Freitas do Amaral não só a escolha dos chefes de Estado-Maior de todas as Armas, como dos comandantes das Regiões Militares e chefes de todas as unidades, bem como todas as promoções aos cargos superiores das Forças Armadas).

A reunião plenária da DORP do PCP decidiu desenvolver um largo esforço de informação e de esclarecimento sobre os perigos que o plano de revisão golpista da constituição, acordado entre a AD e Mário Soares, envolve para o futuro do regime democrático. E nesse sentido apela a todos os trabalhadores e democratas, designadamente aos socialistas, para a acção comum ou convergente — como em 7 de Dezembro de 1980 — para travar e derrotar esta manobra em curso.

A farsa de Mário de Soares

A demissão do Governo AD que está a conduzir aceleradamente o País pelo caminho do descalabro e que agrava a um nível nunca antes visto as condições de vida do povo português, torna-se, cada dia que passa, na reclamação e

aspiração que unifica a luta e o descontentamento de todo o Povo português.

A luta da classe operária e dos trabalhadores desenvolve-se e intensifica-se, como claramente ficou expresso nas recentes adesões massivas, à greve da construção civil, do material eléctrico e de outros sectores na região do Porto. Cresce o protesto dos agricultores, ergue-se o descontentamento dos pequenos comerciantes e industriais, generaliza-se a reclamação das mulheres contra o custo de vida e dos jovens contra a situação do ensino e do desemprego.

Aliado da AD na revisão golpista da Constituição, aliado da AD nos ataques ao movimento operário e popular e em particular ao PCP (com largo e generoso recurso aos grandes meios de Comunicação Social, como a Televisão e que a AD impede o PCP de ter acesso), aliado com a AD na UGT fanático para promover o divisionismo sindical, aliado da AD contra a Marcha da Paz, apoiado por centenas de personalidades de diversos quadrantes (incluindo socialistas) representativas da vida social, religiosa, política e cultural do País e por centenas de organizações populares, aliado da AD para sustentar um



governo completamente desacreditado— Mário Soares lança-se agora na farsa duma ofensiva verbal contra o governo “AD” (que um membro do próprio Governo se apressou a saudar rapidamente...) para desviar a atenção do Povo português do plano golpista em que está envolvido com a AD, em torno da revisão constitucional.

A reunião plenária da DORP do PCP decidiu intensificar a luta de massas pela demissão do Governo, pela dissolução da AR, pela nomeação dum Governo isento e pela realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República e apela a todos os democratas, designadamente aos socialistas, para o esforço comum ou convergente com vista à concretização desta alternativa democrática à continuação da política do actual Governo.

A reunião debateu detalhadamente questões da vida interna do Partido relativas ao trabalho de organização e direcção e considerou medidas com vista ao reforço da estruturação e da actividade do PCP.

O PCP surge mais uma vez e na actual crise como o grande, firme, provado e combativo partido dos trabalhadores, como a força que defende intransigentemente e de modo mais consequente as conquistas democráticas do povo português, como uma força indispensável no quadro da aliança de forças capaz de assegurar a solução dos problemas nacionais e o futuro democrático de Portugal — concluiu a reunião.

DORSA (Santarém):

«Baixaram os salários reais, é entravada a revisão dos contratos colectivos de trabalho e a satisfação dos cadernos reivindicativos (MDF, Matrena, Prado, Lusofane, etc.).»

A actual situação política nacional e regional, a actividade do PCP e da APU nas autarquias, as próximas eleições para os órgãos autárquicos e a acção do Partido e das organizações, tendo em conta a necessidade do seu reforço — estes os temas que estiveram em debate na reunião plenária da Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA), realizada no passado dia 16.

Segundo o comunicado final divulgado após a reunião, «analisando a situação política, a DORSA do PCP confirmou que o Governo “AD” Balsemão/Freitas do Amaral e as forças reacţionárias suas aliadas desenvolvem uma brutal ofensiva golpista e subversiva contra as conquistas do Povo Português e todas as transformações democráticas alcançadas com a revolução de Abril e consagradas na Constituição da República Portuguesa».

O documento refere no princípio os principais aspectos que marcam a acção política e governativa da “AD”, salientando a propósito:

«Os Governos “AD” não resolveram, pelo contrário, agravaram todos os problemas nacionais, contribuíram grandemente para o descalabro económico e para a degradação da vida do Povo Português. A produção industrial e agrícola esmagam, baixam as exportações. Aumenta assustadoramente o défice da balança de transacções, atingindo os 2000 milhões de dólares. A dívida externa ultrapassa largamente os 600 milhões de contos, mais de 300 contratos pelos Governos da “AD” desde 1979.

«A política reacţionária da “AD” e do seu Governo Balsemão/Freitas do Amaral significa a degradação das condições de vida do povo.

«Baixaram os salários reais, é entravada a revisão dos contratos colectivos de trabalho e a satisfação dos cadernos reivindicativos (MDF, Matrena, Prado, Lusofane, etc.). Cada vez é maior o número de empresas com atraso no pagamento de salários e regalias».

E mais adiante:

«As mulheres e os jovens vêm-se cada vez mais discriminados, sujeitos aos contratos a prazo, ou engrossando o exército dos desempregados. Os reformados, pensionistas e deficientes viram baixar os seus recursos já muito diminuídos.

«A ofensiva contra a Reforma Agrária e as nacionalizações são grandes golpes contra a economia nacional, aumenta o desemprego e acentua o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

«Os pequenos e médios agricultores viram a sua situação agravar-se, há um desprezo completo do Governo “AD”

pelos problemas da agricultura, com preços ruinosos para os produtos, aumento dos factores de produção e dificuldades de escoamento; aumenta a especulação dos grandes intermediários, aumentaram as dificuldades de acesso ao crédito.

«Os pequenos e médios comerciantes viram os seus interesses sacrificados: têm sido os cortes de crédito, as elevadas taxas de juro e a baixa do poder de compra das massas.

«O aumento do custo de vida atinge níveis preocupantes, o Governo “AD” lança para cima dos ombros dos trabalhadores o grande peso da crise económica, são aumentados os preços dos combustíveis, dos transportes, dos medicamentos, das consultas médicas e internamentos hospitalares. Aumentam os produtos de primeira necessidade (açúcar, arroz, azeite, etc.).

«Aumenta a degradação do aparelho escolar, o acesso ao ensino é cada vez mais difícil, acentua-se a desinformação nos grandes meios de comunicação social.

«Os intelectuais e quadros técnicos viram agravar as suas condições de vida e de trabalho, com a política de recuperação capitalista e latifundista dos Governos “AD”».

Depois de exortar «a classe operária e todos os trabalhadores, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, as mulheres, os jo-

vens, os reformados e pensionistas, deficientes, intelectuais e quadros técnicos do distrito de Santarém a lutarem na defesa dos seus interesses, direitos e garantias constantemente ameaçados pela acção das forças reacţionárias e do Governo “AD” Balsemão», a DORSA do PCP declara:

«So a luta e o seu desenvolvimento permitirá travar a política antipolítica e antidemocrática da “AD”. No momento, impõe-se desenvolver a luta por objectivos concretos e imediatos, ganhar as mais amplas massas a lutar por uma alternativa democrática à política da “AD”. Assim apela-se a todos os trabalhadores e à população do distrito a participarem activamente na jornada de luta do dia 12/2/81: um dia de paralisação geral, marcada pelo plenário da CGTP-IN».

Poder Local e reforço da APU

Detendo-se nas questões do Poder Local, os comunistas de Santarém sublinham:

«Os governos “AD” mantêm a ofensiva contra as autarquias locais: é a tentativa de revisão institucional da Constituição procurando acabar com a eleição directa, é o roubo das verbas pertencentes às autarquias da não aplicação da Lei das Finanças Locais, criando imensas dificuldades às autarquias e não sendo possível a construção de muitas obras já iniciadas e satisfazer as vastas carências das populações».

A Direcção Regional do Partido «conclui que a acção dos eleitos APU tem sido decisiva para a defesa e resolução dos problemas das populações. Os eleitos da APU não recusarão



Os problemas que afectam as classes laboriosas nos distritos de Santarém (em cima: imagens da MDF, uma das mais importantes empresas da zona) e em Trás-os-Montes (com realce particular para a agricultura) foram debatidos nos plenários das respectivas Direcções Regionais do PCP.



juízos da castanha e da azeitona (culturas gravemente afectadas pela geada).

Recentemente, em Mirandela, os agricultores mobilizaram-se, bloquearam a rua principal durante cinco horas, para exigir do MAP a abertura da feira de porcos, o que foi conseguido.

Os produtores de amêndoa dos concelhos de Torre de Moncorvo e de Freixo de Espada-à-Cinta mobilizaram-se, promovem abaixo-assinados, contactam os órgãos de poder, exigem do Governo a fixação do preço de garantia e o escoamento da produção.

No distrito de Vila Real, pelo escoamento e pagamento da batata de consumo e de semente e do gado; em Vila Pouca de Aguiar e Chaves pela actualização dos preços do leite e contra a discriminação dos preços em relação ao litoral; reuniões, concentrações e desfiles de Compartes e Conselhos Directivos de Baldios em Vila Real, pela defesa e cumprimento da Lei dos Baldios.

Não obstante os agricultores terem conseguido algumas vitórias, fruto da sua luta e da sua capacidade mobilizadora, muitas das suas reivindicações continuam a não ser resolvidas.

O caso da batata

Prossegue o documento: «Nesta situação, os agricultores não têm outra alternativa que não seja o de continuarem a luta: contra os aumentos dos factores de produção; pela fixação dos preços justos e compensadores à produção, do gado, do leite, da batata, da amêndoa e do vinho, etc; pela revogação urgente da Portaria sobre a batata de semente; pela defesa e cumprimento da lei dos Baldios; pelo pagamento integral da indemnização da castanha e do subsídio do gasóleo.

«De sublinhar no presente momento, a manobra em curso à volta da batata de consumo. O Governo que ainda não pagou totalmente a batata da colheita de 80/81 escodada em Julho passado; o Governo que fixou o preço



assumir as suas responsabilidades, continuando a dar exemplos de capacidade e de iniciativa na realização de profundas aspirações das populações».

E conclui: «A DORSA do PCP considera que as eleições autárquicas a realizar nos finais de 1982 são uma das grandes, se não a maior das batalhas políticas. Por isso a dinamização da APU em todos os concelhos e freguesias, são questões centrais para todas as organizações do Partido». Referindo-se à «realização de encontros e reuniões do Partido ou da APU», aponta a necessidade de «começar desde já a realizar contactos com homens e mulheres que venham a integrar as listas da APU, dispostos a lutar pela resolução dos problemas da população e pelo progresso da sua terra — fazendo o levantamento dos problemas e situações e o desenvolvimento da informação às populações, questões a serem desde já acompanhadas pelas organizações concelhias do Partido».

Serão apresentadas listas APU em todos os órgãos autárquicos do distrito de Santarém. «Nesse sentido a DORSA apela a todos os militantes do Partido, em conjunto com outros democratas, para que se empenhem na constituição das listas APU, contribuindo para a defesa do poder local democrático», diz o documento.

Depois de se referir ao problema habitacional e acentuará as desigualdades sociais.



Os problemas que afectam as classes laboriosas nos distritos de Santarém (em cima: imagens da MDF, uma das mais importantes empresas da zona) e em Trás-os-Montes (com realce particular para a agricultura) foram debatidos nos plenários das respectivas Direcções Regionais do PCP.



que irá conduzir à ruína de pequenos e médios viticultores.

Não concretizando a instalação do Entrepósito da Régua, mantendo a comercialização do Vinho do Porto como monopólio das Casas Exportadoras de Gaia, mantendo o imposto de transacções sobre a comercialização dos vinhos das Adegas de Cooperativas, o Governo AD/Balsemão favorece o enriquecimento das Casas Exportadoras à custa do empobrecimento dos produtores da Região do Douro».

E acrescenta: «Contra a desastrosa política deste Governo têm lutado e continuarão a lutar os agricultores do Douro, em defesa do sustento da valiosa riqueza que produzem, por medidas de apoio técnico e económico que permitam: reconverter as vinhas; explorar os montados; desenvolver o conjunto da agricultura da Região do Douro e melhorar as condições de vida dos Durieneses».

Habituação, Saúde, Educação

«Vai custar mais viver em Trás-os-Montes», alerta a DORT, que, a propósito, refere: «O recente Orçamento aprovado pela AD na Assembleia da República, virá agudizar ainda mais as condições de vida do povo transmontano.

Só o aumento do custo de vida que se prevê para este ano irá ultrapassar largamente os 20%.

A existência do Fundo de Fomento de Habituação, permitiu que centenas de famílias em Chaves, Vila Real, St.ª Marta de Penaguião, Macedo de Cavaleiros, Bragança, Mirandela, Moncorvo, Vimioso, Alfândega da Fé, Vila Flor, Murça, Pinheiro, Sanfins do Douro, Freixo de Espada à Cinta, etc, tiveram acesso à habitação social, bem como muitas outras viram as suas habitações melhoradas ao abrigo dos empréstimos PRID. A extinção do FFF, fará aumentar a especulação dos terrenos, das habitações e das rendas de casa, impedirá a resolução do proble-

ma da revisão constitucional («a revisão inconstitucional da Constituição assume uma extrema gravidade para a democracia portuguesa», quando o PS/M. Soares faz acordos de revisão constitucional com Balsemão “AD”. O PS/FRS fez sua proposta inicial de Sá Carneiro e a do programa eleitoral da “AD”, por isso todo o regozijo e aplausos das forças da direita e reacţionárias», a DORSA aponta algumas das medidas necessárias para o reforço do Partido na região, salientando:

«A ligação a todos os militantes do Partido, a entrega dos cartões 82/83 a todos os militantes, revitalização e criação das células de empresa, o recrutamento, o aumento da venda do “Avante!” e de “O Militante”, a melhoria e abertura de Centros de Trabalho, o recebimento e aumento da quotização são factores importantes que as organizações do Partido no distrito devem ter em atenção».

«A DORSA do PCP discutiu e aprovou o calendário das iniciativas para o ano de 82 e decidiu a realização da Festa da Primavera nos dias 2, 3 e 4 de Abril — iniciativa já com tradições no povo do distrito de Santarém.

Tendo em conta as enormes tarefas que se põem à organização do Partido, a DORSA chama a atenção de todas as organizações no distrito para que elaborem, discutam e estabeleçam planos concretos a desenvolver até final do ano de 1982».

DORT (Trás-os-Montes):

«Os agricultores não têm outra alternativa que não seja a de continuarem a luta: contra os aumentos dos factores de produção, pela fixação dos preços justos e compensadores à produção, do gado, do leite, da batata, da amêndoa e do vinho, etc.; pela revogação urgente da Portaria sobre a batata de semente; pela defesa e cumprimento da lei dos Baldios; pelo pagamento integral da indemnização da castanha e do subsídio do gasóleo.»

Decorreu no passado dia 10 a primeira reunião plenária da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP. Foram discutidos aspectos orgânicos do reforço do Partido na região e problemas da situação política nacional e regional. Sobre a primeira questão foi decidido fazer uma discussão aprofundada da situação orgânica e de fundos na próxima reunião a realizar em Março. É dever de todos os democratas e em particular de comunistas e socialistas, unirem-se para defender a liberdade, a democracia e a Constituição de Abril. Unirem-se portanto para derrotar o Governo “AD” e a sua política subversiva.

Toda a actividade dos comunistas tem que ter hoje como fulcro a luta contra a revisão AD/Mário Soares da Constituição.

As poderosas Manifestações de 12 de Dezembro passado, incluindo a realizada em Vila Real, as acções de massas dos agricultores, das populações em defesa dos seus interesses, a pujança e a força das recentes lutas da classe operária, com uma referência especial às greves dos Transportes e Construção Civil, mostram o caminho a seguir. Continuemos a luta e a AD irá de vez para a rua. E Portugal continuará nos caminhos de Abril, sublinha a DORT na primeira parte do documento-síntese divulgado ao «Avante!» pela Comissão de Redacção da sua 1.ª reunião plenária.

Referindo-se à situação económica e social em Trás-os-Montes, a DORT do PCP salienta:

«Dois anos de política e de Governo AD, não só não resolveram, antes agravaram todos os problemas com que se debatem os diversos sectores da actividade económica e social da região de Trás-os-Montes.

«Como consequência da política AD/Balsemão, de subordinação aos interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, dos grandes negociantes e intermediários, de exploração e de desprezo pela população laboriosa transmontana, operários, empregados, pequenos e médios comerciantes e industriais, tem-se agudizado a crise económica e social e o progressivo atraso da região».

Repressão e exploração dos trabalhadores

As condições a que estão sujeitos os trabalhadores agrícolas e das empresas na região são assim denunciadas pela Direcção Regional do Partido:

«Sentindo-se apoiados pela política da AD de recusa sistemática da extensão da Portaria já em vigor nas terras do Sul, os grandes proprietários da Região

do Douro, sacrificam os trabalhadores agrícolas à mais desumana exploração.

«Procuram os grandes proprietários ignorar os mais elementares direitos dos trabalhadores agrícolas. Nas grandes quintas, recorrem com frequência aos despedimentos arbitrários, à recusa a «dar trabalho» aos trabalhadores que defendem os seus interesses, à suspensão das regalias sociais.

«Como mão de obra barata, os patrões recorrem a velhos e reformados, conseguindo desta forma fazer baixar os salários de 500/600\$00 nas vindimas para 350/400\$00 actualmente!! Não concedem férias nem subsídios. Recusam a atribuição do subsídio de Natal, etc.

«Milhares de trabalhadores agrícolas da Região do Douro, vêm ainda hoje o direito ao trabalho dependente da necessidade e vontade dos patrões e das condições climatéricas.

«Os trabalhadores agrícolas do Douro, saberão reforçar a sua unidade e organização, desenvolver a luta com determinação e firmeza contra esta política da AD, contra a humilhante exploração de que são vítimas, pelo direito ao trabalho, pela extensão e cumprimento da Portaria pelo direito a férias e subsídios, pelo direito aos feriados,

pelo direito ao subsídio de Natal, por uma vida digna».

E mais adiante:

«O recurso por parte do patronato transmontano aos contratos a prazo, nos mais diversos sectores da actividade produtiva, lança milhares de trabalhadores na instabilidade no emprego. Empresas como a CONOP, Cerâmica Flaviense, Cerâmica de Vila Real, Soares da Costa, Minas da Borralha e de Jales, SANABA, etc, têm já hoje ao serviço mais trabalhadores contratados a prazo do que efectivos!

«Empresas públicas, como a EDP, recorrem desproporcionadamente à utilização de intermediários contratantes de trabalhadores a prazo entregando aqueles grande parte dos salários dos trabalhadores!!!

«Na Cabanellas, Cavan, Cerâmica Flaviense e de Vila Real, Águas Campilho, Águas Carvalhos, Taboan e Cerâmica do Planalto, etc, o patronato suprime as liberdades sindicais, usa e abusa com frequência de despedimentos sem justa causa, procurando reprimir e abafar o crescente descontentamento dos trabalhadores.

«No Complexo Agro-Industrial do Cachão, cuja Administração é dominada politicamente pelo CDS, são instaurados processos

e despedidos trabalhadores sem justa causa, os membros da comissão de Trabalhadores de 1978 são perseguidos, sendo já o 3.º a quem é instaurado um processo disciplinar, o exercício das liberdades sindicais é impedido, instaura-se um aparelho pido de «vigilância» sobre os trabalhadores, não cumprem a contratação colectiva, aumentam os ritmos de trabalho e a exploração dos trabalhadores.

Acrésceta o documento da DORT:

«O Governo AD/Balsemão tem já para discussão na Assembleia da República uma lei, sobre despedimentos e contratos a prazo que a ser aprovada, significaria o fim dos direitos e da segurança no emprego dos trabalhadores transmontanos e de todos os trabalhadores portugueses.

«O tecto salarial de 17% imposto pelo Governo, a falta de cumprimento e o boicote às negociações dos contratos e acordos colectivos e de tabelas salariais, por parte do patronato, vão tornar a vida ainda mais difícil para milhares de trabalhadores transmontanos».

Agricultores lutam contra a ruína

Na agricultura, os resultados da política AD/Balsemão são francamente ruinosos. Subida drástica dos factores de produção; preços irrisórios aos produtos agrícolas; ausência de medidas de emergência (para atenuar os efeitos da seca); corte de verbas e subsídios à lavoura; falta de apoio técnico e financeiro. Em contrapartida, concedem créditos, financiamentos e subsídios aos grandes intermediários, comerciantes e importadores. O prosseguimento da política AD acentua cada vez mais, a degradação das condições de vida de milhares de produtores, o progressivo abandono de hectares e hectares de terra, a diminuição constante da produção agrícola e pecuária, lê-se a cada passo. Mais adiante, apontam-se algumas das principais lutas e acções de protesto concretizadas:

«No ano agrícola que findou, os agricultores mobilizaram-se, concentraram-se, protestaram, adoptaram diversas formas de luta.

No Norte do distrito de Bragança, pela atribuição e o pagamento da indemnização dos pre-

PCP

ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO

Freguesia da Costa da Caparica

É já no próximo sábado, dia 23, que se realiza a Assembleia da Organização do PCP da Freguesia da Costa da Caparica. Ordem de trabalhos: apresentação e votação do relatório elaborado pela Comissão de Freguesia cessante; eleição da nova CF e dos delegados à 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada; entrega de cartões do biénio 82/83; debate sobre a situação política.

A Assembleia efectua-se nas instalações do Centro de Traba-

lho. Estarão presentes os camaradas Augusto Flores, membro da Comissão Concelhia e responsável da organização da Costa da Caparica, e José Martins Vieira, membro do Comité Central do Partido e Presidente da Câmara Municipal de Almada.

A Costa da Caparica é a única freguesia do concelho de Almada que tem maioria "AD". A APU é a segunda força política e o PS a terceira.

No Sector de Serviços da OR do Porto

Vão realizar-se para entrega de cartões do biénio 82/83, reforço da organização, discussão da situação política e plano de luta, as seguintes Assembleias de Organização do Sector de Serviços da Organização Regional do Porto:

- Previdência, dia 22, às 21 e 30;
- Célula da Câmara Municipal do Porto, dia 23, às 15 horas;
- Organismo dos Bancários, dia 28, às 17 horas;
- Organismo dos Seguros, dia 29, às 17 horas;
- Organismo do Comércio, dia 30, às 15 horas.

Laranjeiro

Amanhã realiza-se uma Assembleia da Comissão Local do Laranjeiro, iniciativa integrada na preparação da 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Almada. A eleição dos delegados da zona do Laranjeiro constitui um dos principais pontos da ordem de trabalhos. Será também analisada a actual situação política e social.

Linda-a-Velha

Os comunistas da Organização Local de Linda-a-Velha do Partido Comunista Português, (Freguesia de Carnaxide), levam a efeito no próximo sábado, dia 23 às 14 e 30 a sua III Assembleia de Organização.

Está presente o camarada do Comité Central Jerónimo de Castro.

Célula da Petrogal

Realiza-se no próximo sábado, dia 23 de Janeiro, às 15 horas, no CT da Boa Vista, a III Assembleia de Célula da Petrogal, no Porto.

A realização da assembleia tem como objectivo aprofundar a discussão da actividade do organismo e dos problemas com que a Petrogal se debate, nomeadamente a defesa da sua nacionalização.

No concelho da Maia

Estão a realizar-se no concelho da Maia (Porto) as Assembleias de Organização para a entrega dos cartões do biénio 82/83, reforço da organização do Partido, discussão da actual situação política e planos de luta.

Depois da Assembleia realizada na freguesia de Milheirós, no passado dia 15, efectuam-se no próximo sábado, dia 23, as Assembleias da Freguesia de Águas Santas, e da zona do Castelo/Maia. A Assembleia de Freguesia de Águas Santas, a mais importante do concelho da Maia, realiza-se a partir das 15

horas, na Associação Recreativa «Os Restauradores do Bráz-Oleiro», sendo aberta à participação de todos os militantes do Partido da Freguesia.

A assembleia da Zona do Castelo terá lugar a partir das 21 horas, e será aberta à participação de todos os militantes do partido das freguesias de S. Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso, Gondim e Gemunde.

Participarão nestas assembleias camaradas da comissão concelhia da Maia e o camarada Horácio Guimarães, do executivo da DORP do PCP.

Iniciativas no Algarve

Carlos Brito em Tavira

Na qualidade de deputado eleito pelo distrito de Faro, Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, visita o Algarve em mais uma jornada de trabalho que envolve reuniões e contactos com alguns sectores da população algarvia.

Assim, no dia 23 (sábado), Carlos Brito reunirá com a Direcção da Cooperativa dos Oliviculto-

tores de Santa Catarina da Fonte do Bispo em Tavira, visitando depois algumas explorações agrícolas no concelho.

Nesta sua deslocação ao concelho de Tavira, contactará ainda com eleitos da Aliança Povo Unido (APU) nos órgãos de Poder Local do concelho, a fim de se informar e discutir os problemas com que se deparam a acção dessas autarquias.

A fim de inaugurar os importantes melhoramentos introduzidos no Centro de Trabalho do

PCP, a organização de Tavira, através da Comissão Concelhia, realiza, no próximo sábado um convívio no qual participará o camarada Carlos Brito que fará uma intervenção.

Reunião do Plenário da DORAL

Com a presença de José Victoriano e de Carlos Brito, reunirá o plenário da Direcção da Orga-

DORAL

nização Regional do Algarve (DORAL) do PCP, no próximo dia 24 de Janeiro, a fim de discutir e apreciar a situação política nacional e regional e aprovar um Plano de Actividades para o ano em curso, do qual constam as principais tarefas que se colocam no Algarve aos comunistas e à acção de massas em geral.

Transmontanos

«Informação e discussão de problemas do Nordeste Transmontano», este o tema da reunião que decorrerá no próximo dia 29, no CT Vitória, destinada aos camaradas naturais dos distritos de Vila Real e Bragança, residentes na área da Grande Lisboa e margem sul.

Estarão presentes os camaradas Sérgio Teixeira e Avelino Martins, da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP.

A reunião tem início marcado para as 21 e 30. Não faltel!

Encontro no CT de Marvila

No próximo dia 26, a partir das 18 e 30, decorrerá no Centro de Trabalho de Marvila um encontro de militantes do Partido destinado a camaradas com responsabilidades de direcção nas células de empresa e nas estruturas dos trabalhadores, informou o «Avante!» o Comité Local de Lisboa (CLL).

Participará o camarada José Casanova, da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Concelho de Oeiras

No próximo dia 29 haverá um plenário concelhio (Oeiras) no Centro de Trabalho de Algés, a partir das 21 horas. No dia 30, decorrerá um plenário de militantes da localidade de Paço d'Arcos no CT de S. Amaro de Oeiras e um convívio para entrega de cartões no CT da Terceira, às 15 horas.

Livros que podes encontrar em todas as bancas dos Centros de Trabalho

NOME DO AUTOR	TÍTULO	PREÇO	NOME DO AUTOR	TÍTULO	PREÇO
	ESTATUTOS DO PCP	10\$00		AS NACIONALIZAÇÕES: DEFESA E DINAMIZAÇÃO	100\$00
	PROGRAMA E ESTATUTOS DO PCP	70\$00			
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS I	20\$00	Lénine	PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO	80\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS II	40\$00	Lénine	KARL MARX E O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO MARXISMO	170\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS III	40\$00	Lénine	DEMOCRACIA SOCIALISTA	80\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS IV	40\$00			
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS V	80\$00	Karl Marx	TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL	100\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS VI	50\$00			
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS VII	90\$00	Lénine	DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO	20\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS VIII	90\$00	Lénine	IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO	70\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS IX	90\$00			
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS X	180\$00	Engels	DO SOCIALISMO UTOPICO AO SOCIALISMO CIENTIFICO	140\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS XI	210\$00	Marx, Engels	MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA	70\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS XII	230\$00	Engels	PRINCÍPIOS BÁSICOS DO COMUNISMO	30\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS XIII	250\$00			
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS XIV	250\$00	Lénine	O ESTADO E A REVOLUÇÃO	100\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS XV	400\$00	Lénine	OBRAS ESCOLHIDAS (1.ª Vol.)	400\$00
Álvoro Cunhal	DISCURSOS POLÍTICOS XVI	400\$00	Lénine	OBRAS ESCOLHIDAS (2.ª Vol.)	400\$00
Álvoro Cunhal	A QUESTÃO DE ESTADO, QUESTÃO CENTRAL DE CADA REVOLUÇÃO	20\$00	Lénine	OBRAS ESCOLHIDAS (3.ª Vol.)	400\$00
			E. Stépanova	KARL MARX, PEQUENA BIOGRAFIA	50\$00
	COMUNICADOS DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTAS PORTUGUES	30\$00	Vários	LÉNINE, PEQUENA BIOGRAFIA	100\$00
	DOCUMENTOS POLÍTICOS DO COMITÉ CENTRAL DO PCP (2.ª Vol.)	50\$00		A QUESTÃO FUNDAMENTAL DA FILOSOFIA	40\$00
	DOCUMENTOS POLÍTICOS DO COMITÉ CENTRAL DO PCP (3.ª Vol.)	70\$00		CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTIFICO I	75\$00
	VII CONGRESSO DO PCP	100\$00		CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTIFICO II	75\$00
	2.º ENCONTRO NACIONAL DA UJC	20\$00		CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTIFICO III	75\$00
	CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP	30\$00		CURSO BÁSICO DO COMUNISMO CIENTIFICO IV	75\$00
	ALARGAR A UNIDADE PARA REFORÇAR O MOVIMENTO ESTUDANTIL	40\$00	Álvoro Cunhal	SUPERIORIDADE MORAL DOS COMUNISTAS	15\$00
Álvoro Cunhal	A REVOLUÇÃO PORTUGUESA - O PASSADO E O FUTURO	100\$00	Álvoro Cunhal	FORÇA INVENCÍVEL DO MOVIMENTO COMUNISTA	15\$00
			Álvoro Cunhal	INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO	15\$00
	VIII CONGRESSO DO PCP	200\$00	Álvoro Cunhal	ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA DO PCP	15\$00
	1.º CONGRESSO DA UJC	100\$00			
	A JUVENTUDE PELO DIREITO AO TRABALHO	90\$00	Vários	O JORNAL DOS TRABALHADORES DA DEMOCRACIA E DO SOCIALISMO	50\$00
	A ESCOLA E A VIDA NO CAMINHO DE ABRIL (1.º Congresso da EC)	120\$00		AS ELEIÇÕES NO PORTUGAL DE ABRIL	250\$00
	ENSINO PARA A DEMOCRACIA, DEMOCRACIA PARA O ENSINO	120\$00		NÃO AO MERCADO COMUM - Conclusões Gerais	80\$00
	DESPORTO, DIREITO DO POVO	120\$00		NÃO AO MERCADO COMUM - Agricultura	100\$00
	QUADROS TÉCNICOS (Problemas e Perspectivas)	100\$00		NÃO AO MERCADO COMUM - Efeitos Globais da Adesão à CEE e Alternativa	130\$00
	IX CONGRESSO DO PCP	250\$00		NÃO AO MERCADO COMUM - Indústria	120\$00
Álvoro Cunhal	AVANTE COM ABRIL	20\$00		NÃO AO MERCADO COMUM - Pescas/ Comércio/Transportes/Turismo	100\$00
				PODER LOCAL NO PORTUGAL DE ABRIL	
	COM PORTUGAL PELA DEMOCRACIA (Resolução Política do IX Congresso do PCP)	15\$00		Intervenção de Álvoro Cunhal e Carlos Costa; Documentos-Síntese; Manifesto	160\$00
	A POLÍTICA DE SAÚDE PARA O PORTUGAL DE ABRIL	130\$00		PODER LOCAL - SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS	100\$00
	I CONGRESSO DA JCP	180\$00		PODER LOCAL - POLÍTICA DE UNIDADE/ INFORMAÇÃO AS POPULAÇÕES/ PARTICIPAÇÃO POPULAR	200\$00
	COM A UEC NAS ESCOLAS E REACÇÃO NÃO PASSARÁ	20\$00		PODER LOCAL - DESCENTRALIZAÇÃO E RELAÇÕES COM O PODER CENTRAL	150\$00
	A PALAVRA DO PCP	50\$00		PODER LOCAL - FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	250\$00
	COM O PCP PARA A UNIDADE POPULAR RUMO AO SOCIALISMO	10\$00		PODER LOCAL - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	200\$00
Albano Lima	SINDICATOS E ACÇÃO SINDICAL	30\$00		PODER LOCAL - HABITAÇÃO/ ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E POLÍTICA DE SOLOS	180\$00
	O DIREITO À SAÚDE	50\$00		PODER LOCAL - RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO	
Álvoro Cunhal	RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO COMITÉ CENTRAL AO VI CONGRESSO DO PCP	40\$00		REDE VIÁRIA/TRANÍITO E TRANSPORTES/ELECTRIFICAÇÃO	230\$00
				PODER LOCAL - ECOLOGIA	150\$00
	DOCUMENTOS DO COMITÉ CENTRAL DO PCP (1965/1974)	120\$00		PODER LOCAL - EDUCAÇÃO/CULTURA/ DESPORTO/Ocupação DOS TEMPOS LIVRES/JUVENTUDE	200\$00
	O PCP E A LUTA SINDICAL	80\$00		PODER LOCAL - PATRIMÓNIO CULTURAL	140\$00
Álvoro Cunhal	RUMO À VITÓRIA	260\$00		PODER LOCAL - SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL	150\$00
	AS GREVES DE 8 E 9 DE MAIO DE 1944	100\$00		PODER LOCAL - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (AGRICULTURA E PISCAS/ INDÚSTRIAS/CONSTRUÇÃO CIVIL/ COMÉRCIO/TURISMO)	230\$00
	MOVIMENTO SINDICAL E UNIDADE NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS	40\$00		PODER LOCAL - AS FREGUESIAS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL PORTUGUESA	240\$00
	A BANCA AO SERVIÇO DO POVO	12\$50			
Álvoro Cunhal	CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA (1.ª Vol.)	80\$00			
Álvoro Cunhal	CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA (2.ª Vol.)	80\$00			
	SAÍDA DA CRISE	60\$00			
	INDÚSTRIA EXTRACTIVA	40\$00			
	AS EMPRESAS INTERVENIONADAS	25\$00			
	BALANÇA DE PAGAMENTOS E A DÍVIDA EXTERNA	40\$00			
	INDÚSTRIA DOS CIMENTOS	20\$00			
	ENERGIA	60\$00			
	CORTIÇA	40\$00			

Juventude

Sessões da JCP no Seixal sobre revisão constitucional

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) realiza hoje, às 21 horas, no Centro de Trabalho do Seixal uma sessão pública sobre revisão constitucional.

Estará presente o camarada Jorge Patrício, deputado e membro da direcção da JCP. Na ocasião será exibido o filme «Primavera em Portugal».

No sábado, à mesma hora, haverá uma sessão com o mesmo programa, na Sociedade Musical «5 de Outubro», em Paio Pires.

Camaradas falecidos

Orlando Juncal

Conhecida figura dos meios democráticos portugueses, Orlando Juncal viu recentemente de forma súbita e inesperada interrompido o seu longo percurso de resistente e lutador antifascista que por vezes o conduziu às prisões da PIDE/DGS.

O nosso camarada desenvolvia actualmente a sua actividade política na célula dos advogados do sector intelectual do Porto do PCP.

José Ferreira

Militante na célula das Fábricas Mendes e Godinho, em Tomar, faleceu recentemente o militante comunista José Augusto Ferreira.

José Figueiras

Natural de Monchique, fale-

ceu recentemente, com 69 anos, o camarada José Correia Figueiras. Em Loulé, onde residia e militava, era entusiástico animador da difusão do «Avante!», tarefa que há anos cumpria com grande dedicação.

Patrício Araújo

Militante da organização concelhia de Torres Novas, faleceu recentemente o camarada Patrício de Araújo, natural de Braga e reformado da Rodoviária Nacional.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» dirige aos familiares dos camaradas falecidos as mais sentidas condolências.

JORNADA DE CONVIVIO À SERRA DA ESTRELA PELA PAZ PELO DESARMAMENTO



6,7 FEVEREIRO/82

INFORMA-TE NOS CENTROS DE TRABALHO DO P.C.P. E DA J.C.P.

Anteontem estavam já confirmados 15 autocarros. Por outras palavras: algumas centenas de jovens já asseguraram os seus lugares. Falamos, é claro, da jornada de convívio à Serra da Estrela, pela Paz e do Desarmamento, iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) do distrito de Setúbal, que se realizará nos dias 6 e 7 do próximo mês de Fevereiro. Um fim-de-semana em cheio!

Uma passagem pela Cooperativa «1.º de Maio» em Avis e um grande bailinho na Covilhã são dois dos muitos atractivos da jornada de confraternização, que pretende ser também um

testemunho combativo da jovem geração na luta pela Paz e o Desarmamento, justas aspirações dos Povos de todo o mundo.

Os interessados (talvez ainda se arranjam uns lugares...) devem contactar os Centros de Trabalho do PCP e da JCP do distrito setubalense.

Já agora aqui fica o itinerário da excursão: distrito de Setúbal, Coruche, Avis, Ponte de Sor, Nisa, Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Fundão, Covilhã; no 2.º dia - Torre, Sela, Coímbra, Leiria, Vila Franca de Xira, distrito de Setúbal

Boa viagem!

problemas da paz e do socialismo

revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

UM PANORAMA MENSAL DOS GRANDES ACONTECIMENTOS MUNDIAIS

edições Avante!

Poder local

Eleições em St.º Ildefonso e Fiães

APU é a alternativa necessária

• Entrevista com Fernando Ribeiro

A população de Santo Ildefonso, terceira freguesia da cidade do Porto a realizar eleições antecipadas, irá escolher nova Assembleia de Freguesia no próximo dia 31 de Janeiro. APU, PS, UDP, PSD e CDS, (com listas separadas) são as forças concorrentes que os cerca de 17 mil eleitores poderão escolher.

A APU foi até agora a única candidata que junto da população divulgou o seu programa, as suas propostas, falou dos seus candidatos. O «Avante!» falou a propósito com Fernando Ribeiro, 38 anos, bancário, que foi presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia depois do 25 de Abril, desde aí até agora sempre membro activo e destacado da Junta e Assembleia de Freguesia. É o cabeça de lista da candidatura APU.

A — Estão em campanha eleitoral. Há 5 listas concorrentes, a APU desenvolveu já intenso trabalho na freguesia. É possível dar-se-nos uma ideia da receptividade da população à candidatura APU?

F. R. — Falando dos dois últimos tempos, podemos dizer que estamos em pré-campanha eleitoral há cerca de um mês.

Fizemos de facto já um bom trabalho. Temos feito várias equipas de contacto, porta-a-porta, de esclarecimento da população. Devo dizer que até agora não levámos com nenhu-

ma porta na cara. As pessoas recebem-nos e ouvem-nos. Publicamos 8 boletins e um jornal amplamente distribuídos. Tivemos duas sessões, uma das quais de apresentação dos candidatos. A sala da Cooperativa do Povo Portuense estava cheia e estabeleceu-se um debate muito frutuoso sobre o nosso programa. Foi uma boa sessão e foi importante as pessoas conhecerem pessoalmente os candidatos. Houve também uma sessão para crianças com o Barata Moura. Foi uma maravilha. Depois da sessão fizemos

uma visita ao Bairro do Leal, reunimos ali toda a população do Bairro com os miúdos. Foi mesmo uma maravilha. A população não nos recusa. Acho que temos tido boa aceitação.

A — E agora durante a campanha há iniciativas previstas, em que base vão trabalhar?

F. R. — Uma das bases de trabalho continuará a ser o contacto porta-a-porta. Fizemos uma boa parte da freguesia e agora vamos continuar. O boletim semanal continuará a sair.

Faremos uma série de sessões de esclarecimento nas colectividades, até sobre temas específicos do programa. A primeira será sobre os infantários e protecção às crianças. Depois algumas grandes iniciativas já programadas: Uma, que conta com a presença da música portuguesa, com Paulo de Carvalho. No dia 23, Rock para a juventude. No dia 28 será a festa de encerramento e podemos dizer que estará connosco Carlos do Carmo.

A — A APU, apresenta um programa de propostas concretas que abrange os mais di-

versos problemas. Este programa é para concretizar num ano?

F. R. — Bom. Muitas das propostas podem ser concretizadas rapidamente. Por exemplo, no que diz respeito a infantários e crianças, é possível desenvolver a participação de pais e estruturas populares no sector social. É possível tomar medidas para que os idosos que não recebem pensão social passem a recebe-

la. É possível requisitar para este tipo de serviços uma assistente social.

Mesmo no domínio da habitação, sector em que a capacidade de intervenção própria da Junta de Freguesia é condicionada pela política desastrosa da Câmara e do Governo AD, julgamos que há um longo e activo papel a desempenhar pela Junta que vier a ser eleita. O nosso programa aponta nesse sentido um conjunto de direcções de trabalho de que recordamos algumas: o recenseamento de pes-

soas e agregados em más condições; a fixação na base da auscultação dos moradores de critérios de prioridade de realojamento; a criação de uma comissão de realojamento; a discussão do caso das "ilhas" na Assembleia Municipal; o apoio à Associação de Moradores do Bairro do Leal e à Cooperativa de Moradores de St.º Ildefonso; a participação activa da Câmara pela aplicação do PRID — para a reparação de habitações.

A — Sobre os candidatos da APU, que se falar?

F. R. — A nossa lista é de facto uma lista amplamente unitária. St.º Ildefonso é uma freguesia onde há muitos comerciantes e intelectuais. A nossa lista tem comerciantes e intelectuais, nomes ligados ao teatro, escritores, médicos. São pessoas prestigiadas, não só nos seus meios profissionais, mas também na freguesia, são pessoas capazes e com provas dadas, conhecidas.

Aliás se formos ver as outras listas, a do PSD e CDS, são pessoas que já participaram no executivo anterior, gente desacreditada, e a do PS gente pouco conhecida que não dá um mínimo de garantias.



Poupança ou incompetência?

A Câmara Municipal de Sintra entrou em 1982 com um saldo positivo de 260 120 contos. O facto, tanto mais insólito quanto é do conhecimento geral que a esmagadora maioria dos municípios não dispõe do mínimo indispensável de verbas para acorrer às necessidades concelhias, coloca de imediato a questão: será que em Sintra não restam problemas para resolver e que o executivo se pode dar ao luxo de poupar verbas de ano para ano?

A resposta é evidente. No concelho as carências são cada vez mais graves e a «poupança» leva a pensar numa gestão municipal como se de mercancia se tratasse, onde o essencial é o lucro.

A partir deste facto torna-se mais «compreensível» que a maioria AD na Câmara de Sintra tenha apresentado um projecto (?) de Plano de Actividades para o corrente ano com apenas treze páginas, o que evidentemente não com grande poder de síntese chega para abarcar as áreas do município onde forçosamente será necessário intervir.

Aquele arremedo de Plano opôs a APU um verdadeiro Plano de Actividades, cuidadosamente elaborado e abordando todas as carências do concelho. O contraste foi tão evidente que o presidente do executivo louvou o trabalho dos eleitos da APU (o PS não apresentou qualquer proposta) e recomendou o seu estudo atento. A Câmara de Sintra deverá discutir o Plano de Actividades na próxima semana.

Nome do mercado de Alcântara é demagogia de Abecasis

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa anunciou recentemente que o município da capital dará o nome Rosa Aguiha ao futuro mercado de Alcântara, velha aspiração da freguesia pela qual se luta há dezenas de anos, em especial as vendeadeiras.

A escolha do nome da popular vendeira não foi posta em causa na freguesia, mas seria a própria a denunciar em sessão pública da respectiva Assembleia que a construção do mercado constitui uma vitória popular, salientando ter sido a APU a força que na freguesia mais se bateu pela sua concretização.

Se o principal responsável da Câmara de Lisboa pensava colher quaisquer dividendos ao anunciar o nome do futuro mercado pode desde já perder as ilusões, pois como disse a Rosa Aguiha as suas posições face ao problema do mercado e à luta da população não se alteram por isso, pois «não se compra nem se vende».

Escândalos em Sta. Cruz

Dos favores que o presidente da Câmara de Sta. Cruz, na Região Autónoma da Madeira, faz a compadres e amigos já muito se tem dito. Mas o rol nunca acaba.

Segundo o último Boletim local da APU, os mais recentes escândalos lá do sítio passam pelo roubo de água pertença do povo e da utilização de meios e materiais públicos para servir interesses privados.

No primeiro caso é a população do sítio da Torre quem sofre directamente mais esta prepotência do eleito do PPD. Acontece que durante anos o povo do lugar se abasteceu de um fontanário público servido pela rede e por uma pena de água. Esta última, em tempos lidos propriedade privada, foi cedida à população em troca de uns terrenos que serviram para a abertura de um caminho que beneficiou muito as terras do antigo dono da água.

A troca deixou as partes interessadas satisfeitas até à chegada do PPD, claro. Os vereadores deste partido, sempre interessados em servir os amigos, resolveram agora dar de mão beijada a pena de água ao herdeiro do falecido (ex)proprietário do precioso líquido, deixando a população servida apenas pela rede. O que significa que quando esta falha não há água para ninguém... da população, claro.

Outro dos escândalos mais comentados em Sta. Cruz prende-se com a descarada utilização de bens públicos por amigos e compadres do PSD, designadamente do presidente da Câmara.

Que o diga, por exemplo, um dos capatazes dos Serviços Municipais da Câmara, que pintou a sua residência com tintas do município, não se cobindo mesmo de para tal encarregar o pintor da Câmara. Que o digam os felizardos contemplados com sacos de cimento e outros materiais, ou os que se servem dos carros da autarquia para farras e patuscadas, etc., etc.

O próprio presidente da Câmara gosta de dar o exemplo servindo-se do carro da Câmara e do motorista privativo para ir à caça com os amigos.

Como diria o PSD em tempo de eleições, as preocupações deles são as do povo português... como se vê!

Eleições intercalares agressões e ilegalidades

A incompetência, os desentendimentos políticos, o compadrio e a corrupção são algumas das principais razões que levam à queda de órgãos de poder local, nas zonas ainda dominadas pela direita.

O desencadear dos processos eleitorais inerentes a tais casos são, por curiosa coincidência, normalmente recheados de ilegalidades. S. Facundo de Abrantes, encontra-se como o «Avante!» já referiu numa situação de completa ilegalidade dado que a respectiva Câmara Municipal não marcou eleições no prazo a que é obrigada, ou seja, trinta dias após a comunicação das demissões. Ao que consta, o presidente da edilidade ainda anda a pensar no assunto, parecendo «inclinar-se» pelas eleições.

Pelo que se fica a saber que lá por Abrantes a lei está entregue às vontades de cada um... ou parece.

Diferente, mas igualmente grave, foi o acontecido em Brândara, onde o presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia (AD) agrediu um vereador socialista da Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Ao que se sabe, a agressão — que provocou a fractura de uma mão ao vereador socialista — ficou a dever-se à «ousadia» do militante do PS em pedir certidões de eleitores dos candidatos daquele partido às eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia a realizar em Fevereiro.

É claro que foi apresentada queixa em tribunal, mas isso não impede que se pergunte como podem pessoas como o agressor eleito pela AD continuar em exercício de funções públicas, quando têm da convivência política tão particular concepção.

Só como achega refira-se que o agressor do militante socialista, presidente da Comissão Administrativa da Junta, é o ex-presidente da mesma. O executivo caiu por incompatibilidades entre os eleitos da AD, que detinham a maioria.

Lei eleitoral da AD é porta aberta à batota

A proposta de lei eleitoral para as autarquias que o Governo apresentou recentemente à Assembleia da República e o anunciado pacote legislativo para o Poder Local, constituem mais uma manobra descarada da AD no sentido de viciar os princípios democráticos consagrados na Constituição e criar as condições que lhe permitam continuar no poder independentemente da vontade do eleitorado.

Na análise da proposta de lei pode considerar-se que os objectivos do Governo AD estão condensados em quatro alterações principais: restrição da liberdade de propaganda, símbolos de coligações, voto por correspondência e regime de inelegibilidades.

Que liberdade?

Segundo o número 1 do artigo 56.º da proposta do Governo, «as Juntas de Freguesia devem estabelecer, até três dias antes do início da campanha eleitoral, espaços especiais em lugares certos destinados à afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos».

O número 4 do mesmo artigo estabelece entretanto que «não é permitida a afixação de cartazes nem a realização de inscrições ou pinturas murais... num raio de 100 m do local de funcionamento das Assembleias Eleitorais». Finalmente, segundo o n.º 5 «as Câmaras Municipais podem proibir a afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos fora dos locais referidos no n.º 1, ficando os partidos, coligações ou grupos cidadãos eleitores sujeitos à responsabilidade civil pelos danos causados pela afixação

ilícita daquele material de propaganda eleitoral».

A ser aprovada semelhante proposta, que liberdade de informação e propaganda restaria às forças políticas? Repare-se que não é sequer estabelecido um mínimo para o espaço a definir pelas freguesias, deixando-se o assunto ao seu livre critério.

Por outro lado, importa não esquecer que os partidos no poder dispõem, da forma discriminatória já conhecida, de poderosos meios de informação e propaganda ao seu dispor, pelo que apenas a oposição seria lesada com semelhante legislação. Para já não falar, evidentemente, da prática proibitiva de se de esperar das autarquias de direita no decorrer do período eleitoral. Se mesmo ilegalmente essa prática se verifica, como seria depois?

O medo da APU

Que a AD não gosta e teme a APU sabe-se há muito. O que não seria de esperar era que o manifestasse tão claramente numa proposta de lei, que dedica um dos seus artigos expressamente à coligação dos comunistas com os seus aliados.

Falamos do artigo 47.º, n.º 2, que diz textualmente: «as coligações podem utilizar denominações, siglas e símbolos próprios, desde que estes permitam identificar com suficiente clareza os partidos coligados segundo os respectivos símbolos registados no Supremo Tribunal de Justiça».

Acontece que de todas as coligações existentes até ao momento apenas a APU (por acaso a mais antiga) não está conforme aquela norma. Pelo que não é preciso muito para se adivinhar que com tal manobra se pretende fazer desaparecer o símbolo com que a APU se tornou conhecida junto do eleitorado, um eleitorado que cada vez lhe vem sendo mais favorável.

Uma esperteza, não é?

Voto por correspondência ou o ovo de Colombo da AD

Para generalizar o «voto por correspondência», o Governo de Pinto Balsemão mostra completamente o jogo — abre de par em par as portas à batota eleitoral. A violação do segredo e da pessoalidade do voto, a exposição dos eleitores à manipulação sempre possível em situações de dependência económica, social ou familiar, são os exemplos das regras do jogo que a AD pretende impor.

Basta dizer que quem fornece os «documentos comprovativos» dos eleitores «que por força da sua actividade profissio-

nal se encontrem na data da eleição presumivelmente ausentes da área da circunscrição eleitoral» é a entidade patronal!!!.

Para além disso, os boletins de voto e os dois envelopes que cada eleitor deve utilizar no voto por correspondência (que podem ser recebidos em mão ou pelo correio) são preenchidos, fechados, lacrados e remetidos pelo correio pelo próprio, sem necessidade de qualquer testemunhas idóneas.

Tanta «facilidade» contrasta seriamente com as disposições actualmente em vigor para o voto por correspondência, que estabelece que o cidadão vota na presença do presidente da Câmara do concelho onde se encontra deslocado, em condições que garantam o sigilo do voto, devendo o envelope do mesmo ser fechado e lacrado pelo presidente na presença do eleitor e assinado por ambos.

O objectivo da «alteração» proposta pelo Governo não podia ser mais claro.

Inelegibilidades ao gosto da AD

Finalmente, no artigo 4.º, alínea d) da proposta de Lei do Governo, a direita joga a fundo na defesa das suas posições eleitorais quando ameaçadas com eleições intercalares.

A ideia é um primor. Estipula-se muito simplesmente que «os membros dos órgãos autárquicos dissolvidos, nos termos da lei reguladora do regime de tutela das autarquias locais, nos



actos eleitorais destinados ao congelamento do mandato no decurso do qual ocorreu a dissolução e, nos subsequentes, durante o período de tempo equivalente a um novo mandato» serão inelegíveis.

Trocando por milúdos, pretende-se impedir que concorram a eleições intercalares eleitos que se tenham destacado na administração dissolvida, mantendo-se o impedimento até às eleições normais que se realizem em período de tempo equivalente a um mandato.

Consciente do descrédito nacional dos seus eleitos, a AD

Terra

Lavoura intensifica preparação da Semana Nacional de Protesto

No âmbito da actividade preparatória da Semana Nacional de Reclamação e Protesto da Lavoura, a decorrer de 7 a 14 de Fevereiro, realizaram-se em Meãs do Campo (Montemor-o-Velho) uma reunião promovida pela Liga dos PMA's e pelo MARN-Beiras para discutir o problema do subsídio do gasóleo e na Figueira da Foz, dia 17, um plenário onde foi eleita a direcção da União de Agricultores locais.

Como referimos no número anterior, a decisão de realizar esta Jornada Nacional partiu da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), após reunião da sua direcção efectuada recentemente em Coimbra. Tal decisão resultou da grave situação que se vive nos campos, com os agricultores e as suas organizações a enfrentarem um número crescente de problemas, a sentirem cada vez mais o peso da ruína.

Vários factores contribuíram para criar tal estado de coisas: os aumentos verificados nos factores de produção; os elevados prejuízos sofridos, primeiro com as geadas e depois com a prolongada seca, sem que até ao momento tenham sido pagas quaisquer indemnizações ou concretizadas as prometidas medidas de apoio aos agricul-

tores; os preços não compensadores ou mesmo ruinosos para os produtos agrícolas, pecuários e florestais.

E perante tudo isto que faz o Governo a proeza de superar a incompetência que na maior parte das vezes o caracteriza, pela sua própria incompetência. Por outras palavras: não paga as dívidas que tem para com a lavoura como seja o caso dos 1,6 milhões de contos que o ministro Basílio Horta anunciou pagar já lá vai para um mês, nem cumpre as medidas de apoio que prometeu; isto enquanto faz subir o preço dos adubos, dos pesticidas, do gasóleo, das rações, das máquinas, não garante o escoamento dos produtos, não abre linhas de crédito com taxas de juro suportáveis, etc., etc.

Mas vai mais longe o Governo: permite-se marginalizar a CNA, como aconteceu nos recentes contactos do Primeiro-Ministro com as organizações sociais sobre a CEE, o que «faz adensar ainda mais as justificações apreensões» conforme um comunicado daquela organização — quanto ao futuro da agricultura em Portugal.

Estas, pois, as justas razões que estiveram na base da convocação daquela Jornada Nacional que está a contar com a

adesão de muitos milhares de agricultores. É que o empobrecimento da vida nos campos está a ultrapassar a fronteira da subsistência. A fome e a miséria surgem de novo muito nitidas no horizonte da lavoura.

Assim, no âmbito das acções preparatórias para a Semana de Protesto estão marcados na região de Coimbra plenários onde serão eleitos as direcções das União de Agricultores nas seguintes localidades: dia 22 em Condeixa; dia 24 em Mira, Cantanhede, Soure e Montemor. Na região de Viseu está previsto uma concentração de Produtores Florestais em Mortágua, para o dia 24, e uma entrevista da delegação do MAPRU com o Governador Civil para o dia 26. Também na região de Aveiro estão marcadas uma reunião de Produtores de vinho para o dia 22, em Silvã (Mealhada) e uma reunião de agricultores para o dia 24 em Albergaria-a-Velha.

Povos e Baldios Homenageiam Aquilino Ribeiro

«Quando muitos milhares de compartes levantaram a voz para homenagear Aquilino Ribeiro, levantaram também a voz para afirmarem a sua vontade firme de defender hoje o que já ontem os nossos antepassados defenderam: os baldios», afirma o Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu, em comunicado recentemente distribuído a propósito da homenagem pública ao escritor Aquilino Ribeiro marcada para o dia 7 de Fevereiro, em Soutosa, concelho de Moimenta da Beira.

Com esta iniciativa os Povos e Compartes pretendem manifestar a sua gratidão ao escritor por este ter deixado descrito no conflito da «Serra dos Milhãres», a luta heróica em defesa dos Baldios levada a cabo pelo povo contra aqueles que pela força lhes queriam tirar.

O Secretariado salienta ainda que «os Povos e Compartes têm demonstrado e demonstrarão mais uma vez, o seu apoio à Lei dos Baldios» (Leis n.º 39/76 e 40/76) e o seu repúdio por todas as tentativas de alteração ou revogação como a que apareceu na Assembleia da República por mão de um projecto de lei do CDS que visa «extinguir os Conselhos Directivos dos Baldios e entregar estes e as suas receitas às Juntas de Freguesia».

Depois de apelar aos Conselhos Directivos dos Baldios, aos Compartes e aos Povos para que «organizem excursões e venham a Soutosa no dia 7 de Fevereiro» o Secretariado sublinha a sua firme disposição de tudo fazer para «não permitir que qualquer outra lei ou abuso de autoridade venha tirar o que é nosso e fazer os tempos voltarem para trás».

Agricultores de Barcelos reunidos em plenário

Mais de mil agricultores vindos das 54 freguesias do concelho de Barcelos, reuniram-se recentemente no Campo da Feira daquela cidade, onde aprovaram uma carta de reclamações dirigida aos órgãos de soberania. Nela se descreve a «trágica situação da lavoura», agudando os subscritores uma resposta do Governo às suas reclamações até ao próximo dia 3 de Fevereiro.

No decorrer do plenário usou da palavra um representante das Ligas Agrícolas do Norte que descreveu o quadro da situação da agricultura e das incidências da política governamental neste domínio.

Tal política, incapaz de dar resposta aos grandes problemas que afectam a lavoura, mereceu dos presentes um firme repúdio, tendo estes manifestado a sua disposição de lutar pela defesa dos seus interesses.

Os agricultores exigiram ainda a fixação de preços mínimos de garantia para os seus produtos no início de cada campanha e a reposição do crédito agrícola de emergência.

Depois de considerarem «o congelamento por um ano do custo dos factores de produção», como uma das medidas capazes de inverter a actual política de ruína levada a cabo pelo Governo, os agricultores barcelenses reclamaram ainda a intervenção permanente da JNPP no escoamento do gado e a revisão dos preços da carne.

NENHUM HOMEM É ESTRANGEIRO

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Sai amanhã o seu primeiro número de 1982

Contém entre outros artigos:

- 1982 — «AD» fora do governo
- Preparar as eleições autárquicas de 82, uma tarefa actual
- Sobre as relações internacionais do Partido em 1981
- Ainda sobre a Polónia
- Reforçar muito o acompanhamento da organização
- Algumas experiências da luta dos trabalhadores têxteis

SEMANA Internacional

13

Quarta-feira



Derby Gomes, um desertor do Exército salvadoreño, acusa conselheiros americanos de terem participado em sessões de tortura a presos políticos salvadoreños ■ O chanceler da RFA, Helmut Schmidt, considera em entrevista à revista «Stem» que a constante subida do desemprego nos EUA e nos grandes países europeus pode provocar perturbações sociais e desestabilizar o Ocidente ■ O governo da Nicarágua acusa funcionários da embaixada venezuelana de estarem envolvidos numa conspiração para destruir importantes alvos económicos e assassinar líderes governamentais ■ O representante da Liga Árabe na ONU afirma, no 5.º dia de debate sobre a anexação por Israel dos Montes Golan (pertencentes à Síria), que o governo sionista estava a transformar as suas barreiras militares na zona numa pretensa «fronteira internacional», o que constitui um novo desafio ao Conselho de Segurança.

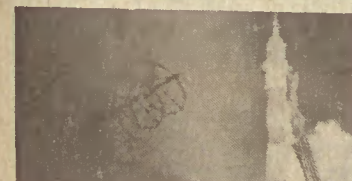
14

Quinta-feira

Um avião comercial norte-americano choca contra uma ponte do rio Potomac, em Washington, pouco depois de ter levado voo, mergulhando de seguida nas águas geladas; o acidente provocou 80 vítimas mortais ■ Economistas da Wall Street afirmam que o enfraquecimento da economia norte-americana numa altura de agudo crescimento da oferta de moedas e de um enorme défice orçamental, está a aumentar os «dilemas» da administração Reagan e do Banco Central norte-americano ■ A Jordânia põe a circular um projecto de resolução a aprovar pelo Conselho de Segurança da ONU para impor um embargo de armas a Israel, em protesto pela anexação dos Montes Golan ■ Um mês após a declaração do estado de emergência, o Conselho Militar da Salvação Nacional polaco reúne-se com a presença de membros da «Solidariedade» e de outros sindicatos não ligados a esta organização, para fazer o ponto da situação; o general Jaruzelski presidiu à reunião.

15

Sexta-feira



O conselho de ministros espanhol demite os quatro membros da Junta dos Chefes de Estado-Maior das FFAA, substituindo-os de imediato por novos oficiais-generais; o acontecimento apanhou de surpresa a generalidade do país ■ Rádio Varsóvia anuncia que o parlamento polaco se reunirá em 25 de Janeiro próximo, na sua primeira sessão desde a instauração da lei marcial ■ O presidente romeno, Nicolae Ceausescu, e o seu homólogo búlgaro, Todor Jivkov, apelam ao incremento da cooperação e unidade no seio da comunidade socialista ■ Rádio Moscovo anuncia que a prevista missão espacial conjunta franco-soviética, a ser lançada em meados deste ano, terá a duração de oito dias, sete dos quais a bordo da estação orbital «Salyut-6» ■ Segundo a imprensa norte-americana, os EUA possuem 50 mil toneladas de gás mortífero do tipo «Sarin» e «VX», estando 70% armazenado e o resto utilizado para equipar munições: mísseis, bombas, obuses e minas.

16

Sábado

A embaixada norte-americana em Paris confirma que Chester Crocker, sub-secretário de Estado norte-americano para os assuntos africanos, se encontrou na capital francesa com o ministro angolano dos NE, Paulo Jorge, para discutir as relações entre os dois países ■ Os ministros dos NE dos dez países que integram a CEE terminam mais uma reunião sem terem conseguido chegar a um acordo final sobre a redução da contribuição britânica para o orçamento da Comunidade e a reforma da política agrícola comum; ficou marcado novo encontro para Bruxelas, no próximo dia 25 de Janeiro ■ O Egito recebe o primeiro lote de 40 «caças» F-16 de fabrico norte-americano, e prossegue negociações para o fornecimento de mais 40.

17

Domingo

Fontes diplomáticas norte-americanas em Port-au-Prince, capital do Haiti, revelam que um grupo de exilados rebeldes antiovernalistas continuam a defender-se das forças de segurança de regime ditatorial de Jean-Claude Duvalier na ilha de Tortuga, tendo os combates já provocado 60 mortos ■ Na sequência do retamento de relações diplomáticas entre a Grã-Bretanha e o Vaticano, ontem oficializado, o papa João Paulo II confirma uma visita pastoral à Grã-Bretanha no próximo mês de Maio, a primeira na História ■ As FFAA moçambicanas anunciam que aviões do regime racista sul-africano violaram onze vezes o espaço aéreo moçambicano nas últimas seis semanas ■ A oposição francesa (gaullistas e giscardianos) vence as eleições legislativas parciais hoje realizadas em circunscrições consideradas seus tradicionais bastiões.

18

Segunda-feira



O tenente-coronel James Charles Ray, antigo militar dos EUA em França, é morto a tiro por um desconhecido, em Paris, quando saía da sua residência para entrar no automóvel ■ Quatro aviões da esquadrilha norte-americana de acrobacia aérea «Thunderbird» chocam em pleno voo no Nevada, provocando a morte dos quatro pilotos ■ São presos na Holanda 20 manifestantes que se haviam acorrentado a um comboio de passageiros numa tentativa de impedir a passagem, daí a algumas horas, de um carregamento de munições norte-americanas ■ O ministro dos NE israelita, Yitzhak Shamir, acusa o Egito de «ter endurecido» a sua posição em relação à autonomia palestina, «diminuindo as hipóteses» de se encontrar um acordo sobre a questão ■ Mauro Kovisto, de 58 anos, primeiro-ministro social-democrata da Finlândia, ganha confortavelmente a primeira volta das eleições presidenciais no país ■ O Departamento de Estado norte-americano afirma que não pode «legalmente» impedir os exilados nicaraguenses nos EUA de se treinarem militarmente com a intenção confessada de «libertar o seu país» pelas armas.

19

Terça-feira

Morre em S. Paulo a cantora brasileira Elis Regina, vítima de uma paragem cardíaca; tinha 36 anos de idade ■ O primeiro-ministro grego Andreas Papandreu afirma que o seu governo vai abolir o quadro legislativo anti-democrático que rege o sindicalismo na Grécia ■ Willy Brandt, dirigente do Partido Social Democrata Alemão e da Internacional Socialista, critica no parlamento da RFA as sanções decretadas pelo EUA contra a Polónia e a URSS e rejeita as críticas governamentais francesas quanto à atitude da RFA a respeito da situação na Polónia, sublinhando não ter muita consideração por aqueles que pedem sanções para depois pressionarem os outros a cumpri-las.

Efeméride da Semana — A 14 de Janeiro de 1969 são colocadas em órbita terrestre as naves soviéticas «Soyuz-4» e «Soyuz-5»; é feita a junção desta duas naves, constituindo-se assim a primeira estação experimental em órbita.

Internacional

Quem teme o movimento pela paz? E porquê?

Os amplos protestos levantados por toda a Europa, quando Reagan anunciou a decisão de produzir e armazenar a bomba de neutrões, foram então considerados pelo secretário de Defesa norte-americano Caspar Weinberger, como «uma soma inacreditável de mitologia, de propaganda e de estupidez pura e simples». Em Março de 81 o mesmo Caspar Weinberger defendeu, perante a comissão senatorial das Forças Armadas, «uma estratégia que nos dê plenamente a vantagem em relação aos pontos vulneráveis dos Soviéticos». Assim se compreende melhor a irritação do secretário de Defesa face à envergadura do movimento popular contra a corrida aos armamentos que sem sombra de dúvidas caracteriza a política do seu governo.

As Marchas da Paz que sábado passado reuniram em Lisboa cerca de 150 mil pessoas e várias dezenas de milhares no Porto foram tratadas pelo governo, pela AD e pelo PS, em termos em tudo identificáveis aos que são tónica por parte dos governantes norte-americanos — os muitos milhares de pessoas que saíram para a rua, os muitos milhares que de diversas formas se têm pronunciado contra as armas nucleares na Europa e em Portugal, conta a corrida aos armamentos, ou não saberiam, pura e simplesmente, o que andam a fazer, batendo-se quixotescoamente contra moinhos de vento, ou seriam vítimas da propaganda ... de Moscovo em geral, claro está, e dos comunistas portugueses em particular. Uma identidade de opiniões que não surpreende, habituados como estamos a ouvir e ver a AD e a direcção do PS a parafrasear e seguir as opiniões e os caminhos que Washington indica, mas que não pode deixar de nos fazer pensar, a vez mais... e suspirar.

O mesmo Weinberger que considera «estúpido» o movimento europeu contra as armas nucleares, afirma claramente as pretensões norte-americanas de superioridade militar, dando assim justificação de sobra à existência de tal movimento. E em Portugal? Porquê uma

tão desenfreada campanha contra as Marchas da Paz? Quem tão bem perfiha as teses norte-americanas não se disporá, se for caso disso, a ir até à aceitação da instalação de armas nucleares no nosso país? Quem garante o contrário?

Armas nucleares em Portugal, não é uma questão sem sentido

Muitos esforços foram despendidos, em particular nestes últimos dias, para convencer a opinião pública no nosso país que isso de armas nucleares não nos diz respeito (fugindo a boca para a verdade, chegou mesmo a dizer-se que não diz respeito sequer aos povos da Europa em cujos países está anunciada a instalação dos novos mísseis norte-americanos). Portugal estaria alheio a esse problema.

Mas a realidade é que para já nem sequer temos a garantia de que não haverá, neste momento, armas nucleares instaladas no nosso território. O exemplo do Japão onde, apesar do seu carácter inconstitucional e no total desconhecimento do povo japonês, armas nucleares norte-americanas transitavam e estacionavam no território deste país, é um alerta que não convém esquecer. Exemplo a que se soma a prática política de um

governo useiro e vezeiro em agir nas costas do povo.

Por outro lado o governo AD nunca afirmou frontal e claramente a sua recusa à instalação, trânsito ou estacionamento de armas nucleares no nosso país. Pelo contrário, tem sempre assumido uma posição ambígua. O permanente alinhamento com Washington, completamente alheio aos interesses do povo português, não é de molde a tranquilizar a opinião pública portuguesa. Quem se propõe permitir que as Lajes sejam utilizadas pelas forças de intervenção rápida norte-americanas contra os povos do Médio Oriente, estará na disposição de outras «concessões», em nome dos interesses do Pentágono.

O que se passa em torno da base de Beja é particularmente grave. Quando foi construída há cerca de 20 anos, a base de Beja destinava-se a servir de base estratégica aos aviões «Starfighters», portadores de armamento nuclear, da aviação militar da RFA. Actualmente decorrem negociações com os Estados Unidos para a utilização, por este país, da base de Beja. A facilidade do uso do míssil de cruzeiro, que permite a sua vectorização por diversos tipos de aviões significa que a simples utilização desta base por pessoal da Força Aérea norte-americana pode representar a possível utilização desta base para vectorização de meios nucleares.

Tata-se de factos muito concretos e não de imagens promovidas por uma propaganda que andaria a enganar os «inocentes» ou «estupidos» participantes das marchas contra as armas nucleares, também no nosso país.

São milhões contra as armas nucleares

Dois representantes estrangeiros estiveram entre nós, na Marcha da Paz realizada em Lisboa. Assim soubemos que na América, e na própria Câmara de Representantes, há quem considere a luta pela paz uma batalha vital no nosso tempo. E que na Bélgica, todos os partidos políticos participaram na marcha da paz realizada neste país. Quereria o governo AD que o nosso povo se mantivesse alheio a um movimento que mobiliza toda a Europa e diz respeito a um bem comum a toda a humanidade — a paz, como condição da própria sobrevivência?

É na verdade muito amplo o movimento pela paz na Europa. Em muitos países levou às maiores manifestações dos pós-guerra. E reúne simultaneamente os mais diversificados sectores. Apenas dois exemplos bem significativos:

• A secção do Partido Social-Democrata da RFA de Baden-Württemberg, decidiu, no seu Congresso realizado em Maio de 81, adoptar uma resolução



contra a decisão da NATO de implantação de novos mísseis nucleares, defendendo simultaneamente a via da negociação.

• Em Outubro de 1981 a União dos Partidos Socialistas da CEE declarou em comunicado: «Mesmo que sejam diferentes as motivações dos que se manifestaram em Bona como em Roma, em Bruxelas ou Londres, em Estocolmo ou Paris, a União dos Partidos Socialistas da CEE partilha a emoção dos que saíram às ruas para exprimir a sua profunda inquietação sobre os problemas relativos à segurança na Europa e a sua indignação contra o desperdício de recursos».

Que ameaça? Não há

Se as muitas dezenas de milhares de pessoas que saíram à rua o tivessem feito, não contra as armas nucleares no nosso país, não contra a instalação de novos mísseis na Europa, mas contra os SS-20 soviéticos, sem dúvida ela teria sido, não só amplamente promovida pelos meios oficiais, como considerada de manifestação «patriótica». Não poucos esforços são despendidos nesse sentido a nível mundial pelos EUA e no nosso

país pelos órgãos de informação ao serviço da AD. Esforços que no essencial têm redundado num fracasso.

Porquê? Porque apesar do matraquear sistemático das campanhas do imperialismo torna-se cada vez mais evidente que a União Soviética não ameaça ninguém com os seus mísseis.

Apenas duas — insuspeitas — opiniões:

• O senador italiano Nino Pasti, general reformado, antigo adjunto ao comando supremo da NATO na Europa, afirmou recentemente: «A decisão da NATO sobre os mísseis confirma que o governo dos Estados Unidos tenta a qualquer preço alcançar a supremacia militar». Enquanto o carácter agressivo dos Exércitos da NATO se torna cada vez mais evidente, as Forças Armadas soviéticas têm um carácter inteiramente defensivo.

• Erhard Eppler, um dos dirigentes do Partido Social-Democrata de Schmidt, na grandiosa manifestação de paz realizada em Bona, lançou um apelo para o fim da corrida aos armamentos e de renúncia à distribuição dos novos mísseis norte-

-americanos, declarando: «Seja como for, o Ocidente encontra-se em posição no capítulo de armas atómicas, de fazer frente ao Leste sem implantar os novos mísseis».

Declarações que vão de par em par com factos muito concretos. Apenas um: a 6 de Outubro de 1980, em Berlim, por ocasião do 30.º aniversário da República Democrática Alemã, a União Soviética divulgou uma nova iniciativa de paz, coerente com todas as anteriores e que depois vinha a ser repetidamente reafirmada — iniciativa que incluía, como um dos pontos capitais, a reafirmação de que a União Soviética jamais empregará armas nucleares contra os Estados que renunciam à sua produção, compra e implantação no seu território.

Uma garantia que nunca foi dada pelos Estados Unidos.

Se em Portugal não há armas nucleares, nem tão pouco tal perspectiva, que teme o governo AD? Porque aponta a União Soviética como um perigo para o nosso país?

Ou teremos que concluir que há razões para que o nosso país pudesse vir a ser um alvo nuclear?

Da “democracia” na Turquia e no Chile ao “totalitarismo” na Polónia

Pela primeira vez há muitos meses a Polónia respira a um ritmo quase normal. Depois da quebra do rendimento nacional em 15 por cento ao longo do ano passado, os ritmos de produção normalizaram-se, são cumpridas as metas diárias, enquanto se procede a tarefas fundamentais como a luta contra todas as manifestações de actividade anti-constitucional e a activa participação do POUP em todo o processo que se vive, e que passa por uma remodelação dentro das suas próprias fileiras. Toda uma acção só possível, e num tão curto espaço de tempo, pela participação real dos trabalhadores polacos.

No trabalho de recuperação de um país que a contra-revolução lançou numa situação de caos, a Polónia conta com a ajuda sistemática do conjunto dos países socialistas. Camiões e comboios especiais de transporte passam ininterruptamente as fronteiras da Polónia, provenientes dos outros países socialistas, com produtos vários de consumo, medicamentos, e tudo o que é tão necessário hoje ao povo polaco, após uma paralisia da produção que levou a graves desproporções no mercado interno. Produtos diversos a que, particularmente na época do Natal, se juntaram os brinquedos para as crianças polacas fabricados pelos seus pequenos colegas e pelos professores dos países do Pacto de Varsóvia. Este o carácter da «intervenção» da comunidade socialista.

A ingerência — essa assume real — do mundo capitalista, assume aspectos bem diferentes. Referindo as diversas situações de escassez que ainda se registam, um porta-voz do governo polaco realçou que tais situações «podem ganhar amplitude em virtude das chamadas sanções decretadas por alguns países ocidentais».

É esta de facto a pretensão e o sentido das «sanções económicas» que Reagan impõe à Polónia e que desejaria fossem alargadas ao conjunto de países capitalistas com que a Polónia tem relações comerciais. Uma posição perfeitamente coerente. Os mesmos que ontem aplaudiram os profundos abalos provocados na economia polaca por uma acção contra-revolucionária que habilmente utilizou o descontentamento de massas contra anteriores violações das leis económicas do socialismo e da democracia socialista, e para isso altamente

sações de Madrid, colocando a questão polaca como tema primordial, mostram a interligação entre a acção contra a Polónia e contra o socialismo, e os esforços continuados para pôr em causa o processo de desarmamento internacional e contra a corrida aos armamentos.

Uma mesma luta: Haig...

O secretário de Estado norte-americano Haig foi expressamente a Bruxelas tentar convencer os países membros da NATO da adopção de sanções contra a Polónia e a União Soviética. No seu ardor de defender os «valores» da sociedade capitalista, os «valores» da política desenvolvida pelo imperialismo e pelos seus aliados, perdeu talvez a capacidade de discernir os limites aconselháveis — para bem da defesa de tais

«valores» — nas declarações públicas e avançou na defesa da ditadura militar turca que está neste momento empenhada na aplicação da pena de morte a dezenas de sindicalistas presos!

Na sua irritação, Haig perguntou mesmo: «Não terá chegado a hora de pedir aos nossos críticos ocidentais que acabem com os seus próprios julgamentos com dois critérios e de acabar com esta destruição massoquista dos nossos valores comparados com o totalitarismo do leste?»; e referiu as «garantias» dadas pelas «autoridades militares turcas de restabelecer em data determinada o processo democrático». Um processo de restabelecimento do processo democrático que para já assenta em 570 mortos. Números que talvez tornem mais claro qual o conceito de «dois critérios» de Haig.

Se somarmos a estas declarações um outro facto recente,

como a visita ao Chile, concluída há dias, de uma delegação do Congresso dos Estados Unidos, para debate de questões militares relativas à situação na América Central, os meios de desenvolver as Forças Armadas, chilenas e as relações militares entre os EUA e o Chile — temos um quadro elucidativo que pode esclarecer dos «valores» que Washington defende, também em relação à Polónia, como é evidente.

...e Gonçalves Pereira

Se todos os governos dos países da NATO agissem conforme a orientação que vem a ser seguida pelo governo AD, de certeza a visita de Haig a Bruxelas teria sido inútil. Não haveria ninguém a convencer de que as sanções contra a Polónia e a URSS são uma necessidade,

em nome de valores democráticos... Isso mesmo é mais uma vez comprovado pela escandalosa decisão de negar os vistos à delegação soviética que se deslocava a Portugal a convite do Partido Comunista Português. Uma prática aliás muito comum nos Estados Unidos mas de uma forma geral desmascarada na Europa, mesmo na Europa da NATO, e que se insere no aproveitamento pelo governo AD do caso Polónia para concretizar uma ambição que sempre tem pontuado a sua política externa — a limitação tão acuada quanto possível de quaisquer relações ou contactos com os países socialistas em geral e a União Soviética em particular. Seguidismo sistemático em relação à Casa Branca, ao medo do socialismo real que se pretende caricaturar ao nível das ditaduras vigentes nos países aliados dessa mesma Casa Branca? Ou as duas coisas?

EFFECTOS DE LA INTERVENCION YANQUI EN EL SALVADOR

“Não mais vietnameses!”

Centenas de manifestantes, em Fort Bragg, na Carolina do Norte, enfrentaram temperaturas negativas numa marcha de quilómetros a meio, para protestar contra a política seguida por Reagan, acusando-o de genocídio e do treino de soldados salvadoreños por para-queadistas norte-americanos na base militar de Hugu. Uma das muitas manifestações de solidariedade para com o povo de El Salvador e de consciência da inegável participação decisiva do governo dos EUA no massacre que se concretiza em El Salvador. Massacre e participação que os factos diariamente comprovam.

Foi recentemente publicada pela agência norte-americana «Associated Press» o testemunho de um estudante da Universidade de Stanford, Philip Bourgeois, que refere o assassinato de mais de três mil cidadãos e centenas de

casas queimadas, quando de uma acção de extermínio empreendida por grupos militares especiais treinados por norte-americanos, que a pretexto da luta contra a guerrilha, mataram indiscriminadamente, utilizando metralhadoras, morteiros e helicópteros.

Isso passou-se em Novembro e foi ocasionalmente testemunhado por um estudante norte-americano. Mas faz de facto parte da vida quotidiana do povo de El Salvador.

Guilherme Ungu, presidente da Frente Democrática Revolucionária (FDR), denunciou há dias em Paris, nomeadamente em contactos com membros do governo francês, a intervenção militar directa dos EUA numa prática repressiva que já fez mais de 30 mil mortos em menos de 2 anos.

Guilherme Ungu deu elementos concretos dessa intervenção

directa: cerca de cinquenta oficiais americanos dirigem a guerra contra-revolucionária em El Salvador. Os Estados Unidos forneceram gratuitamente 24 helicópteros as forças armadas da Junta fascista e treinam 1600 soldados salvadoreños nos Estados Unidos e na zona do Canal do Panamá.

Apesar da intensa repressão, só possível com este apoio directo de Washington, a luta continua e intensifica-se. Conforme afirmou, também em Paris, Ana Guadalupe, membro da comissão político-diplomática da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, as forças revolucionárias lutam com armas em mais de nove frentes simultaneamente e controlam cerca de um quarto do país, onde a maioria da população está integrada nas organizações mas não nas da Frente, embora se mantenham aí alguns postos isolados do exército.

Por que faltam os cigarros?

Agora, a desculpa é a greve!

Mas antes, o que se passava na gestão?

— Dê-me um “SG Filtro”!
— Não há!
— Então pode ser “Ventil”!
Também não temos. Só para a semana, quando vier o próximo fornecimento!

Situações idênticas passavam-se também com outras marcas de cigarros, nomeadamente o “Português Suave” sem filtro. Por vezes, comentários menos precisos atribuíam à greve dos trabalhadores da “Tabaqueira” a falta dos cigarros. Mas, em Outubro e Novembro, quando esta situação se começou a fazer sentir ainda os trabalhadores não tinham feito greve. Ela viria mais tarde, concretamente no dia 10 de Dezembro, o primeiro dia de paralisação de uma luta que ainda se arrasta.

Com a greve vieram à tona problemas graves que a “Tabaqueira” enfrenta devido à incorrecta gestão feita pelo Conselho de Gerência e o seu presidente, José Nunes Rodrigues. Era como se para esta entidade que a sua incompetência fosse atribuída aos trabalhadores, ou não tivessem os trabalhadores as costas largas para tudo o que nesta mal e se pretende justificar. Esta tem sido a actuação do governo “AD” — aumento o custo de vida, a culpa é dos trabalhadores, diminuem as exportações a culpa é dos trabalhadores, encolhem as remessas dos emigrantes e do turismo, a culpa é dos trabalhadores. Mas passamos ao caso concreto da falta do tabaco.

No filtro é que está o lucro

A razão de fundo para a falta de determinadas marcas de cigarros prende-se directamente com a má gestão e planificação que José Nunes Rodrigues e o Conselho de Gerência (CG) fizeram no sector de produção da empresa.

Primeiro começa por pôr em prática um plano de reformas antecipadas que atingiu cerca de 350 trabalhadores. Isto sem fazer um levantamento correcto dos recursos humanos da empresa e guiando-se pelos conselhos que os chefes lhes davam. Resulta daí que as grandes medidas no pessoal vão provocar a situação seguinte: as pessoas certas não estão nos lugares certos.

Por outro lado, J. N. Rodrigues e o CG pretendem encerrar a unidade fabril de Cabo Ruivo, o que provoca um clima de instabilidade que necessariamente se iria reflectir na baixa de produção que intencionalmente deixam cair. (Ver relatório e contas da empresa em 1980).

Paralelamente, esta situação coincide com o período de férias, altura em que não se verifica o trabalho por turnos. Com estas medidas, os “stocks” de SG Filtro; SG Ventil e Português Suave, sem filtro, baixam quase a zero.

Com a falta de produto acabado, J. N. Rodrigues e o CG ficam alarmados e fazem eritão a descoberta de que existem marcas que dão prejuízo.

Na verdade, o que se passa é que existem marcas que dão mais lucro do que outras. Um cigarro desde que tenha filtro passa a conter muito menos matéria-prima, neste caso o tabaco, e o lucro passa a ser maior.

Acabar com os “SG” pequenos

J. N. Rodrigues e o CG resolveram pois não planificar a produção dos cigarros curtos, virando o esforço da produção para os cigarros longos — caso do “SG Gigante” e “Português Suave” com filtro que nunca foi afectada.

Neste sentido é pedida autorização ao Governo para que as marcas atrás referidas acabem, sendo substituídas por cigarros longos.

Nesta altura a Comissão de Trabalhadores da Tabaqueira manifesta a sua oposição a tal decisão em virtude de não estarem convencidos do prejuízo da tais marcas — nunca fora feito um estudo de mercado — e por considerarem que tal decisão iria afectar precisamente as classes menos favorecidas. Basta ver que o tabaco sem filtro (mais barato) vende-se mais nas zonas rurais e no interior do país.

Governo não autoriza a supressão das referidas marcas de cigarros e então J. N. Rodrigues e o CG dão indicações para que a produção

de “SG Filtro” e “Ventil” passem de 9 para 15 toneladas por dia. Face a isto os trabalhadores estranham que só quando os “stocks” chegaram a zero o CG e o seu presidente tivessem começado a fazer contas e ordenassem para aumentar a produção. Mistérios... de gestão. Entretanto, a partir do plano de reformas antecipadas começa a verificar-se uma situação caótica: máquinas paradas, grande recurso às horas extraordinárias (os operários chegaram a trabalhar ao sábado e ao domingo) e recorre-se mesmo ao pessoal contratado, que precariamente ascende a 170 eventuais, estando prevista a admissão de pessoal efectivo.

A Greve

Parece estar explicada a falta de certas marcas de cigarros que se verificou antes da greve e como se vê a culpa não foi dos trabalhadores que até horas extraordinárias, sábados e domingos trabalharam. Mas falemos da greve que agora se verifica para vermos também as culpas que cabem a J. N. Rodrigues e ao CG no boicote às negociações.

Com a denúncia do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), os sindicatos apresentam uma proposta exigindo um aumento de 29% da massa salarial, com efeitos retroactivos a partir de 22 de Novembro último.

A contraproposta do CG e de J. N. Rodrigues foi a seguinte: tentativa de retirar 55 cláusulas, das quais a grande maioria são regalias conquistadas há muitos anos, ao mesmo tempo que ofereciam um aumento da tabela salarial de 14,75% até ao nível 10, dos trabalhadores e para os níveis restantes (chefias) propunham um aumento de 10% reservando-se a administração ficar com 5% da massa global para utilizar nos níveis de chefia para promoções de mérito feitas a seu belo critério.

Reunidos em plenário os trabalhadores rejeitam esta

contraproposta poderia ser encarada.

Diálogo ou monólogo?

Em 10 de Dezembro dá-se o primeiro dia de paralisação e inicia-se a greve às horas extra, o que origina uma redução da produção na ordem dos 15 a 20 por cento.

J. N. Rodrigues responde com uma nova proposta, respectivamente de 17 e 12 por



O trabalhadores não se limitam a estar à espera: participam activa e empenhadamente na busca de uma solução quer para os seus problemas, quer para a situação da empresa.

cento, mantendo 2 por cento para as chamadas promoções por mérito.

Esta proposta do presidente do Conselho de Gerência da “Tabaqueira” é feita em sintonia com as declarações do ministro das Finanças e do Plano, João Salgueiro, sobre aumentos e tectos salariais. Contudo, nesta proposta, manifesta-se ainda a intenção de retirar clausulado do ACT, não deixando qualquer abertura para a retroactividade dos aumentos.

Os trabalhadores em plenário decretam mais dois dias de greve, a 22 e 23 de Dezembro e simultaneamente a Comissão

trabalhadores da “Tabaqueira” decidem, em novo plenário entrar em greve sectorial de duas horas diárias, a qual origina um acentuado abaixamento da produção.

Por conversas de corredor e de restaurante J. N. Rodrigues manifesta a disposição do CG em manter os 19% mais 1,5% para mérito, mas com efeitos retroactivos, desta vez, a partir de 23 de Dezembro.

Simultaneamente e provando o espírito de diálogo dos trabalhadores é apresentada pela Comissão Negociadora Sindical dos Tabacos uma contraproposta em que se baixa para 25% os aumentos salariais com efeitos retroactivos, desta vez, a partir de 1 de Dezembro último. Ao mesmo manifestam-se dispostos a estudar formas de combater o absentismo fraudulento, no caso de ele existir.

Começa então, face à disposição de não negociar manifestada pela administração, a greve sectorial, de 12 a 15 de Janeiro. J. N. Rodrigues declara não apresentar já por escrito a proposta informal que fizera correr nos corredores. Mas a percentagem de adesão à greve é elucidaiva — quase 100 por cento. — e J. N. Rodrigues e o CG vêem-se obrigados a passarem para o papel as propostas feitas informalmente, o que se verifica em 15 de Janeiro.

Ao mesmo tempo a administração faz sair um comunicado intimidatório no intuito de desmobilizar a greve ameaçando que pagaria os vencimentos na exacta medida da produção perdida. Mas os 1518 trabalhadores na sua quase totalidade aderem à greve sectorial. Só não o fazem os quadros da empresa por intimidação do CG que ameaçou substituí-los pelos seus imediatos caso fizessem greve. Isto origina que tanto uns como os outros não fazem greve — os primeiros com receio de serem destituídos, os segundos na esperança de virem a subir na hierarquia.

Entretanto, nova greve sectorial continua a registar-se até ao fim desta semana.

triplicar as encomendas e importar cigarros espanhóis

Perante a firmeza e a disposição de luta dos trabalhadores J. N. Rodrigues e o CG mais não têm feito do que tomarem medidas que os trabalhadores consideram ruins para a empresa e a economia nacional. Senão, vejamos: quando o primeiro pré-aviso de greve foi feito, em Novembro, os “stocks” da Tabaqueira duravam para meio mês e representavam 650 toneladas de tabaco.

Nessa altura, o CG convida os depositários para que triplicassem as suas encomendas pois ao ver avizinharem-se um período de greve queria o tabaco fora dos armazéns. Este convite aos depositários é acompanhado de um alargamento dos prazos de pagamento.

Deste modo o CG e J. N. Rodrigues fomentam o acambramento por parte dos grandes depositários com grande poder financeiro prejudicando os pequenos que não podem triplicar as encomendas. Esta uma das razões porque nas zonas do interior do país a falta de tabaco se verificou há algum tempo. Esta medida originou também

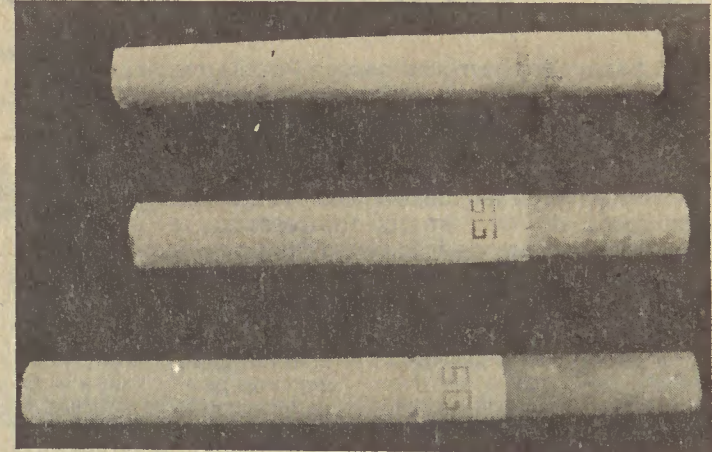
espanhol no valor de 300 000 contos.

Confirma-se hoje a encomenda de 20 000 caixas de tabaco à Tabacalera Española das marcas “Fortuna” e “Florida” no valor aproximado de 2 milhões de dólares o que ao câmbio actual perfaz cerca de 130 000 contos.

Entretanto, têm os trabalhadores conhecimento que o Boletim Global de Importação foi entregue na Direcção Geral do Comércio Externo na sexta-feira passada, com o aval da Secretaria de Estado da Indústria.

Mas o CG, pela voz do administrador Lencastre de Freitas tem desmentido esta situação. Também o Conselho de Ministros, pela voz de Marcelo Rebelo de Sousa, afirmou desconhecer a intenção de tal importação. E mais: segundo sabem os trabalhadores de fonte segura, no Banco de Portugal desconhecem qualquer tipo de autorização para a importação de tabaco espanhol.

Perante isto e certos de que a importação foi feita, os



Três cigarros diferentes — “SG Gigante”, “SG Filtro” e “Português Suave” sem filtro. E é precisamente no filtro que está a ganho. Quanto maior este for menos tabaco é incorporado e maiores são os lucros. Por isso o Conselho de Gerência da “Tabaqueira” pretendeu acabar com a produção destas duas últimas marcas e outras de características iguais

trabalhadores interrogam-se: Quem manda? José Nunes Rodrigues e o CG ou o Governo? Qual é afinal o ministério da tutela da empresa?

João Rocha e as multinacionais

O actual CG tem-se caracterizado por criar um clima de instabilidade e perseguição dentro da empresa ao mesmo tempo que destrói as estruturas de produção criadas e em funcionamento.

Desde as admissões por compadrio com critérios de avaliação de competência de que os trabalhadores duvidam até à ausência de planos de produção, os caos parece instalar-se na “Tabaqueira”.

Exemplo típico foi o aparato feito com os investimentos. (Ver relatório e contas da empresa já citado). Numa autêntica manobra de fachada J. N. Rodrigues e o CG procedem a grandes investimentos erradamente nos sectores de cigarros e empacotamento, sectores que estavam já suficientemente avançados e só depois disso, ou seja, agora, começam a investir no sector primário que se sabia estar bastante atrasado.

Entretanto, nas relações com as multinacionais Reynolds e Philip Morris para a fabricação das marcas “Marlboro”, “Camel” e “Winston” os trabalhadores verificam com

surpresa que a “Tabaqueira EP” detém apenas 50% do capital das respectivas empresas, enquanto as multinacionais aparecem com 40% e os 10% restantes pertencem a... João Rocha, o actual presidente do Sporting.

Consideram os trabalhadores que não existe nenhuma razão para este capitalista aparecer como detentor daquela percentagem e que a posição correcta deveria ser 60% para a “Tabaqueira” e os restantes 40% para as multinacionais, ou então, manter-se a actual proporção desde que os 10% restantes fossem da responsabilidade da banca nacionalizada ou do Instituto de Participações do Estado.

Também aqui o panorama não se apresenta muito limpo pois o presidente do Conselho de Gerência representa a parte da “Tabaqueira” e ainda a parte de João Rocha. Ou seja os 10% detêm na prática a maioria do capital à custa do capital nacionalizado. Serão necessários mais comentários? Convém referir que as marcas espanholas agora importadas são marcas que pertencem à Philip Morris.

Nem escapam os transportes

Ainda no respeitante às multinacionais e contrariando o que está disposto na formação da sociedade, que atribua aquelas a criação de estruturas e a implantação da distribuição o que se verifica é que por fracasso do processo é a “Tabaqueira” que a partir de dada altura passou a fazer a distribuição das marcas concorrentes juntamente com os seus produtos.

Por outro lado é de referir o que se passa com o sector de transportes da Tabaqueira que foi dissolvido pelo CG permitindo com isto que uma empresa privada — Transportes Ribatejanos — passem a desempenhar esta função... e a colher os lucros. Anteriormente não fora feito nenhum estudo comparativo relativamente aos transportes da “Tabaqueira” ou de qualquer outra transportadora. Isto é que vai uma gestão!

Denunciam ainda os trabalhadores outros aspectos que evidenciam o panorama caótico que se pretende impor, nomeadamente a marginalização de certos trabalhadores — como é o caso do sector das ramas — substituindo-os por amadores, o que põe em perigo a qualidade

Esclarecimento sobre o caso da Marinha Grande

Tendo tomado conhecimento dos acontecimentos ocorridos na Marinha Grande, no dia 18 de Janeiro de 1982 e face às especulações de órgãos da comunicação social da direita e da Comissão Permanente do Partido Socialista, a Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, entende dever esclarecer o seguinte:

1. Desde os tempos do fascismo que a insurreição operária de 18 de Janeiro de 1934, contra a fascização dos sindicatos tem vindo a ser comemorada pela classe operária e pelo povo da Marinha Grande.

2. Após o 25 de Abril essas comemorações passaram a ser da iniciativa do Sindicato Vidreiro (um dos organizadores da acção revolucionária de 1934), dos heróicos sobreviventes e dos familiares dos intervenientes já falecidos.

3. Este ano, uma vez mais, os sobreviventes e o Sindicato Vidreiro organizaram a sua romagem, que teve lugar no dia 17, domingo, e para a qual convidaram toda a população que, aliás, se associou massivamente.

4. Paralelamente, um grupo de divisionistas da UGT, com o apoio da secção local do PS, convocou para a tarde de segunda-feira uma romagem com nítido carácter de provocação aos sobreviventes do 18 de Janeiro, que não foram previamente contactados como seria legítimo esperar.

5. Os heróicos revolucionários do 18 de Janeiro ainda vivos, bem como os familiares dos já falecidos, têm toda a legitimidade para aceitar ou rejeitar as homenagens que lhes queiram prestar.

6. Os sobreviventes do 18 de Janeiro, e os familiares dos já falecidos, consideraram ofensivo para a memória daqueles e para a própria memória do acto insurreccional, a farsa que a UGT montara. Rejeitaram a homenagem-provocação e isso mesmo comunicaram à delegação da UGT, à entrada do cemitério.

7. A delegação da UGT, espezinhando os sentimentos que os sobreviventes do 18 de Janeiro expressavam, pretendeu pela força persistir na sua inqualificável atitude. Tal acto de arruagem gerou incidentes que a UGT já previa e pretendia.

8. Tais são os factos que toda a população da Marinha Grande conhece.

9. A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP repudia e enjunta a tentativa de envolvimento do PCP nos acontecimentos, bem como as ilações anticomunistas que deles se pretende tirar. Foram conhecidos militantes do PCP que com a sua intervenção moderadora impediram consequências mais graves.

10. A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP repudia as informações veiculadas por alguns jornais da direita, que pretendem ter havido confrontação entre militantes comunistas e socialistas.

11. A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP lamenta profundamente o ocorrido e responsabiliza pelo incidentes a atitude divisionista e provocatória da UGT, reafirmando uma vez mais, que os socialistas e comunistas de boa-fé não se deixarão iludir em manobras que pretendam pôr em causa a unidade necessária para defesa da democracia e do 25 de Abril.

Marinha Grande, 19 de Janeiro de 1982

A Comissão Concelhia da Marinha Grande do Partido Comunista Português

Provocações

Violência pela «Paz» — titulava na primeira página, com grande destaque, o matutino «Portugal Hoje» (edição de domingo passado).

«Missão cumprida», diriam os que durante a Marcha da Paz realizada no último sábado em Lisboa tentaram a provocação.

Que sucedeu, afinal, no participado desfile, promovido pelo Movimento de Opinião «Não às Armas Nucleares»? Que cenas «teríveis» de violência se terão passado para que vários órgãos de Comunicação Social (o «Portugal Hoje» destacou-se, embora os órgãos de informação da «AD», é claro, também tenham dado um «jeito») apenas tenham referido tais incidentes, «esquecendo-se» da própria Marcha, do seu êxito, da sua importância na vida política e social do País e no contexto da luta dos povos da Europa pela paz e do desarmamento.

Sucedeu apenas que meia dúzia de pessoas, falando de assuntos que nada tinham a ver com a Marcha, decidiram sentar-se no meio da Avenida Fontes Pereira de Melo, perto do Saldanha, com o objectivo de impedir o desfile.

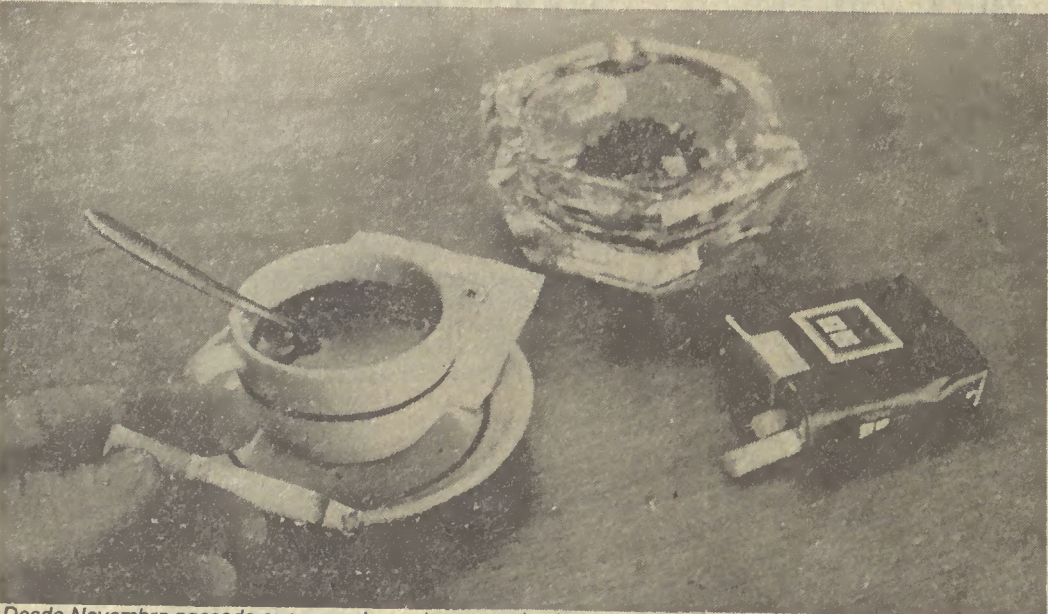
A cena estava bem montada. Nem faltaram fotógrafos, de máquina em punho, ali, mesmo «em clima do acontecimento»...

Provocar o incidente, vestir a capa da «vitima» e tentar denegrir o valor e a amplitude de uma grande iniciativa de massas, estes eram os objectivos. E o método utilizado não é novo.

Pessoas e organizações que, pela sua orientação e pela sua prática, nada têm a ver com iniciativas populares, com jornadas de luta e de protesto, com datas históricas do combate antifascista (caso da Marinha Grande, a que nos referimos noutro local), têm muitas vezes o hábito de se meter onde não são chamados. Apos-tam na provocação.

Só que as manobras nem sempre têm o seu resultado. A Marcha da Paz, em Lisboa, foi por si só, uma resposta a essa gente.

Terão aprendido a lição?



Desde Novembro passado que encontrar esta marca de cigarros “SG Filtro” ou o “SG Ventil” — se revelava difícil para os consumidores. Com esta rareficação do mercado o Conselho de Gerência da “Tabaqueira” pretendia levar os consumidores a adquirirem apenas as marcas idênticas mas do tipo “king size”. Passava-se isto no “SG” e no “Português Suave” onde nunca houve quebra no fornecimento dos cigarros longos